

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# JÉSSICA SANTOS LOPES DA SILVA

# O "IMPÉRIO DAS CIRCUNSTÂNCIAS":

CARNAVAL E DISPUTAS POLÍTICAS NO PÓS-ABOLIÇÃO (SALVADOR, 1890-1910)

## JÉSSICA SANTOS LOPES DA SILVA

# O "IMPÉRIO DAS CIRCUNSTÂNCIAS":

CARNAVAL E DISPUTAS POLÍTICAS NO PÓS-ABOLIÇÃO (SALVADOR, 1890-1910)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos Lopes da Silva, Jéssica O "Império Das Circunstâncias": carnaval e disputas políticas no pós-abolição (Salvador, 1890-1910). / Jéssica Santos Lopes da Silva. -- Salvador, 2018. 142 f.

Orientadora: Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

1. Carnaval. 2. Clubes carnavalescos. 3. Primeira República. 4. Pós-abolição. 5. Brasil. I. Ribeiro de Albuquerque, Wlamyra. II. Título.



## Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



## ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO .		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Jéssica Santos Lopes da Silva		215117208	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO "O Império das circunstâncias": Carnaval e disputas p	olíticas no pós-abolicão	(Salvador, 1890-	1910).
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Wlamyra Ribeiro Albuquerque - orientadora	Quina	534	.895.615-4
Antônio Luigi Negro (UFBA)	Atte	V 94	11532041
Eric Brasil Nepomuceno (UNILAB)	Ere Bratily	anuar 110.	028-587-39
ATA			
Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito,	nas dependências da	Faculdade de Filo	osofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA	A), foi instalada <b>a ses</b>	são pública para	julgamento do
trabalho final elaborado por Jéssica Santos Lopes o	da Silva, mestranda do	Programa de Pó	s-graduação em
História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a		10	
e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, en			
integrantes da banca. Terminada a leitura, procede			
banca, reunida em separado, resolveu pela AVLO	VACAO da aluna. N	lada mais haven	do a tratar, fo
encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será	assinada por quem de	direito.	
A BONCA CONSIDERA QUE A	DISSERTICAD	ÉLLORA	AN ADARIA
THEORIANT PARA HISTORINGERS	BEASILET		E TO A
POTENCIAL PARA PUBLICAÇÃO.	APÓG AG	EDPPED	nes igu
TECNICAS, ORTOGRAFICAS E	GRANATICAL	or Cas y	
the state of the s	Jenger Cars	•	
	e constant and the second seco		
SSA, 10/07/2018: Assinatura do aluno:			
.6.			
SSA, 10/07/2018:: Assinatura da orientadora:	lung		



## **AGRADECIMENTOS**

"São tempos difíceis para os sonhadores", mas seriam ainda mais difíceis se tivéssemos que caminhar sozinhos. Aqui, quero agradecer a todos que tornaram e tornam essa jornada mais fácil, mas sei que as palavras a seguir não serão suficientes para expressar minha gratidão, ainda assim, tentarei.

Inicialmente, quero agradecer à minha orientadora Wlamyra Albuquerque. Tive o prazer de ser sua aluna durante toda a graduação e foi na iniciação científica, sob sua orientação, que me encontrei no tema desse trabalho. Ela instigou para que eu descobrisse o meu caminho de pesquisa, sempre que surgia alguma questão nas reuniões, ela perguntava: "e aí, vamos pesquisar isso?", eu ficava sempre reticente. Até que chegou o dia do: "e aí, vamos pesquisar Carnaval?" Não deu outra! Obrigada por acreditar e por me fazer acreditar no meu trabalho, em momentos que até eu mesma duvidava. Obrigada por toda dedicação e pelas divertidas correções.

Meus agradecimentos também aos professores Milton Moura e Eric Brasil, por aceitarem participar da banca de qualificação. Os comentários realizados naquele momento foram essenciais para a continuidade da construção do texto. Ao Eric e também ao professor Antonio Luigi Negro, eu agradeço a disponibilidade em participar da banca de defesa.

Ao CNPq pelo financiamento recebido, o qual facilitou a realização desse trabalho.

Quero também agradecer a todos os professores que tive durante a graduação, e ao longo do mestrado na UFBA, essa formação foi decisiva, não somente na minha vida acadêmica, mas também no modo como hoje, eu enxergo a mim mesma e a nossa sociedade.

Durante a graduação, conheci pessoas que tornaram tudo mais divertido e enriquecedor. Portanto, agradeço às minhas amigas que estão coladas comigo, desde a primeira semana do ano letivo de 2009: Emily Machado, Luciana Souza e Taís Almeida. Obrigada por todas as gargalhadas, choros, papos bestas e as conversas sérias, nesses nove anos de amizade.

Aos colegas que dividiram comigo, os perrengues do mestrado, foi uma turma especial, companheira e divertida. Quero nominalmente agradecer ao Lucas Ribeiro, obrigado pela troca desde o PIBIC; e ao Lucas Andrade, sempre muito atencioso com todos. E, em especial, às minhas queridas amigas: Emanuelle Maia, guria gaúcha, alto astral, sempre divertida e disponível; e a Simony Oliveira, doce de pessoa, minha companheira nos dias de estudos na biblioteca, exemplo de dedicação.

Agradeço também aos meus outros amigos, que me acompanham nessa vida, não é possível citar todos, mas aqueles que são, sabem.

Ao meu querido, Gabriel Menezes, por todo carinho, cuidado e apoio, muito obrigada.

Acima de tudo, agradeço à minha família. Minha irmã, Mariana, companheira de vida.

Aos meus pais, Jerfeson e Márcia, obrigada por apoiarem as minhas escolhas, por toda a dedicação conosco e por serem minha base, todas as minhas conquistas são graças a vocês.

**RESUMO** 

O objeto desta dissertação são as festas carnavalescas de Salvador, durante as duas

primeiras décadas da República. Seguindo o viés dos estudos da História Social da Cultura,

enxergamos esse lugar festivo como espaço onde também são construídas as relações sociais,

incluindo suas tensões e conflitos. A imprensa é uma das principais fontes, percebida não só

como forma de divulgação, mas também como lugar de construção de imagens e práticas nos

dias momescos. Portanto, através das crônicas carnavalescas, dos temas e versos apresentados

nos desfiles, analisamos as escolhas dos grupos que festejavam e como estavam ligadas aos

diferentes projetos de nação, e aos questionamentos acerca de problemáticas, provenientes

daquela sociedade que encarava um novo regime. Nesta imprensa, percebemos a atuação de

clubes negros, que através das exibições nos carnavais, renegavam estereótipos e afirmavam

sua cidadania. Nesse trabalho, também buscamos identificar alguns sujeitos que participavam

da organização dos carnavais e de alguns clubes. Por isso, as listas de participantes dos

clubes, associações e das comissões carnavalescas são fontes aqui privilegiadas.

Palavras-chave: Carnaval; Clubes Carnavalescos; Primeira República; Pós-abolição; Brasil.

**ABSTRACT** 

This research analyzes Salvador's Carnivals during the two first decades of the

Republic. By following study lines of the Social History of Culture, we perceive this festive

space where social relationships are built, including its tensions and conflicts. The press is one

of the most importante sources, taken not only as a form of propagation, but also as a place of

construction of images and practices on Carnival days. Thus, through Carnival chronicles,

themes and verses presented on the parades, we analyze the choices of groups which feasted,

and how those choices were connected to different nation projects and questionings around

problems coming from that society which faced a new regime. Also in this press, we can

notice action from Black Clubs that revoked stereotypes and affirmed their own citizenship

through Carnival performances. In this research, we also seek to identify people who

participated organizing Carnivals and some Clubs as well. Hence, Clubs participants' lists,

associations and Carnival commissions are hereby privileged sources.

**Keywords**: Carnival; Carnival Clubs; First Republic; Post-Abolition; Brazil.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Fragmento da Planta da Cidade de Salvador	30
Figura 2- Antonio Pacífico Pereira	40
Figura 3- Cincinato Franca	44
Figura 4- Estandartes	65
Figura 5- Programa Clube Congresso Vulcano	74
Figura 6- Programa do baile da Embaixada Africana	97
Figura 7- Caricatura	112

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A imprensa baiana: breve contextualização e levantamento bibliográfico	13
Combate ao entrudo	17
CAPÍTULO I - O reinado de Momo na folia republicana	26
Geografia do Carnaval	28
As comissões carnavalescas	33
Carnaval republicano	47
CAPÍTULO II - Do batuque da zabumba ao barulho do trabalho	55
"Foi-se a idade de ouro"	57
A "irmandade do zabumbar"	68
Os filhos do trabalho na folia carnavalesca	77
CAPÍTULO III - "Tudo cheirava a África"	91
Embaixada Africana e o "baruio do vatapá"	95
Embaixadores da Zululândia	100
"Atiraram-se ao tabaque com unha e dentes"	108
"Por estarem mascarados, se formam ousados"	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
BIBLIOGRAFIA	134
FONTES	140

## INTRODUÇÃO

O Carnaval tem sido objeto de investigação por parte de pesquisadores que buscam entender aspectos culturais e políticos da sociedade brasileira republicana, o contexto do presente trabalho será o das manifestações nas ruas da cidade de Salvador, retratadas pela imprensa da época. As fontes pesquisadas informam sobre as comissões carnavalescas e as tentativas de organização por parte das autoridades locais; os clubes carnavalescos com seus desfiles, temas e canções; e determinados personagens, que ocupavam a cena festiva, como os mascarados, caretas e "maltrapilhos", figuras próprias ao universo momesco, registradas pela crônica carnavalesca. Buscar-se-á compreender e identificar os debates, imagens, leituras e significações construídas pela imprensa, acerca desses grupos. Porém, as discussões nos levarão, principalmente, a entender como o carnaval foi um local de exibição, debate e construção sobre os diferentes projetos de sociedade.

O recorte temporal, construído para este projeto, ocupa-se do período de 1890 a 1910. Iniciamos as reflexões com o primeiro carnaval republicano e encerramos com o fim da primeira década do século XX, tentando analisar os anos logo após a proibição dos clubes "africanizados", em 1905. Tal periodização está relacionada com a tentativa de compreender a relação da organização do carnaval com os ideais e discursos em circulação no pós-abolição, e as intensas mudanças que se realizavam na sociedade brasileira que se refletiram também em novos comportamentos e olhares sobre manifestações culturais populares. A imprensa era espaço privilegiado para a construção e disputa entre estes projetos do pós-abolição. De modo que, ao analisar suas leituras sobre os carnavais das duas primeiras décadas da República brasileira, é possível adentrar nos debates sobre os projetos de nação, durante o início do novo regime, assim como os conflitos sociais e a racialização das relações no pós-abolição. Contudo, as questões levantadas vão além dos olhares da imprensa.

Tratamos aqui de um contexto envolvido por ideias cientificistas e higienistas, as elites vinculavam discursos e estabeleciam leis, supostamente civilizatórias, que tinham como principal alvo a população pobre e negra. Porém, para além dos debates do que seria aceito como adequado ou dentro da ordem, aqui desejamos fazer um esforço para entender os sentidos, que distintos foliões construíam para essa festa.

Para tanto, a perspectiva de investigação é da História Social, entendendo o campo da cultura como um lugar de valores compartilhados, mas também de diferenças e conflitos,

como é defendido por Thompson.<sup>1</sup> Conforme esclarece Maria Clementina Pereira Cunha, esse viés nos permite uma História do carnaval "em buscas de sujeitos, das tensões, da constituição de relações e das formas pelas quais, nestas ocasiões privilegiadas em que se acostuma encenar um risonho congraçamento, processa-se um diálogo social tenso e intenso".<sup>2</sup>

O carnaval como objeto da história social nos trouxe questionamentos que escapavam das perspectivas que o tratavam como espaço homogêneo<sup>3</sup>. Há alguns estudos que nos apresentam esse espaço também como lugar de construção, de conflitos, de tensões, e acima de tudo, uma festa heterogênea em seus sujeitos e referências culturais. O carnaval, portanto, é marcado pela diversidade, seja dos grupos que o realizam, das maneiras de se divertir ou nos diferentes significados a ele inferidos.

A historiografia recente vem apontando as diversas tensões que marcaram o processo abolicionista e as primeiras décadas da República. Com os fins das relações escravistas, criouse uma suspeição generalizada sobre as camadas mais pobres, mas a ideia construída de quem eram as "classes perigosas" recaía principalmente sobre a população negra, como argumenta Sidney Chalhoub.<sup>4</sup> Foi um período no qual o controle sobre as manifestações culturais negras se intensificou. Buscavam-se maneiras de conter os ânimos e montar novas formas de garantir a manutenção da ordem social, resultando em um processo de racialização das relações sociais.<sup>5</sup>

Mesmo diante de políticas excludentes e das disputas em torno da ocupação do espaço público, pesquisas mostram a diversidade de significados que a liberdade ganhou para a população de libertos e seus descendentes, o que perpassa por diversos âmbitos sociais.<sup>6</sup>

O Carnaval não ficou de fora desses debates e disputas. Como observa Eric Brasil, em relação ao Rio de Janeiro, na Primeira República, mas que também pode ser aplicado ao

<sup>2</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org) *Carnavais e outras frestas – ensaios de história social e cultural.* Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2002, pp 11 – 23.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.13-24.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Um dos trabalhos que se propõe a pensar o carnaval como espaço homogêneo é o pesquisador Roberto Da Matta. Ver: DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Ver também: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Carnaval da Letras: Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.26 – onde o autor analisa criticamente tão construção de Da Matta, entendendo que este perde em sua análise a compreensão histórica da festa quando não se preocupa com as especificidades de cada local e momento.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. *Revista Trabalhadores*, n. 6, p. 2-22, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup>Em relação à decadência das relações escravistas e as medidas de controle na Bahia podemos ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 2009; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).* Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Fraga trabalha em sua tese as diversas significações de liberdade por libertos e descendentes de escravos no recôncavo baiano, vislumbrando as construções de trajetórias individuais e familiares desses sujeitos no pós-abolição. Ver também: MATA, Iacy Maia. "Libertos de treze de maio" e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. In: *Afro-ásia*, vol.35, 2007, p. 163-198.

Carnaval de Salvador, "esse espaço [festivo] foi eleito por significativa parcela da população, descendentes de escravos, como caminho para expressar suas ambições e projetos de participação, auto-representação e cidadania [...]". Maria Clementina Cunha e Leonardo Pereira abordam em seus trabalhos, as tentativas de organização do carnaval no Rio de Janeiro por parte da elite e letrados. Pereira ao debater sobre diversos literatos cariocas do período entende que, para estes, "em um país de iletrados, era nas representações, nas crenças e nas práticas desses grupos — da rua — que devia incidir a sua mensagem civilizadora. Mostravam com isso que o carnaval, momento supremo da folia, também podia ser coisa séria."

Um dos principais textos da historiografía baiana, que busca entender os aspectos e mudanças do Carnaval da Bahia nos primeiros anos da Primeira República, foi escrito por Peter Fry, Sergio Carrara e Ana Luiza Martins em *Negros e Brancos no Carnaval na Velha República* (1988). Esse trabalho procura analisar as tensões raciais presentes no espaço carnavalesco. Ao tratar do "carnaval da civilização", os autores nos informam sobre o surgimento dos clubes carnavalescos como modelos de festejos momescos e acerca do intenso combate às práticas afro-brasileiras, como os batuques que, associados ao candomblé, passaram a ser proibidos. Enquanto a persistência dos batuques é vista pelos autores como resistência, o surgimento dos clubes negros, na última década do século XIX, é visto como conformidade aos padrões impostos pelos brancos.

Wlamyra de Albuquerque, em *Jogo da dissimulação* (2009), propõe outra interpretação para a presença desses grupos negros no espaço carnavalesco. Para além das questões de resistência e assimilação, a autora sugere que pensar a constituição destes clubes expõe leituras de um passado africano, assim como os "limites da cidadania negra" na Bahia recém republicana. Tendo como objetos os clubes carnavalescos, Embaixada Africana e os Pândegos da África, Albuquerque busca analisar os préstitos para pensar as construções sociais, culturais e políticas, baseadas em questões raciais e identitárias, em Salvador no pósabolição. Estes dois grupos traziam para as ruas, durante o reinado do Momo, representações da África. Em um período em que ser africano marca um passado cativo, essas manifestações ganham grande significado. Ao fantasiar-se de africanos, enfatizando seu lugar

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*, p. 195-244.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>BRASIL, Eric. Cidadania "na ponta": participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917). In: *Anpuh*. Natal, 2013.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PEREIRA. *Carnaval das Letras*, p.45.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup>FRY, Peter, et al. Negros e Brancos no Carnaval na Velha República. In: REIS, J. J.(org.). *Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 222 – 263.

marginalizado, talvez afirmassem sua identidade baiana e brasileira, além de recriarem os vínculos comunitários.

Pensar a materialização dessa cidadania dentro do espaço festivo, juntamente com as reconstruções de hierarquias na crise do escravismo, talvez seja aqui um ponto importante. Petrônio Domingues e Flávio dos Santos Gomes, ao questionarem as construções de memórias acerca do legado do pós-abolição, criticam a produção de discursos hegemônicos, durante o fim do XIX até meados do XX, que por vezes deixam de lado o protagonismo negro. Estes tinham como orientação em seus debates "signos de modernidade e modelos de cidadania". Os autores sugerem ao historiador a prática do exercício de "pensar formas nítidas e invisíveis de experiência [negra] do pós-emancipação". A proposta dos autores é avançar no debate "identificando vivências, ações, ambiguidades...". <sup>11</sup>

Inscritos na história social e dialogando com os historiadores que se debruçaram sobre os espaços festivos no contexto, buscaremos analisar a construção do Carnaval de Salvador durante as duas primeiras décadas da República. Para o desenvolvimento dessa pesquisa contamos com fontes pouco variadas, sendo esse aspecto uma de suas principais dificuldades e limitações. As buscas iniciais se deram no intuito de encontrar pedidos de licenças e posturas municipais no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Tratando-se das posturas municipais, tivemos acesso a dois livros com regulamentações entre os anos de 1903 e 1929, entre elas estavam às referentes ao carnaval. Entretanto, a documentação dos clubes carnavalescos para o período estudado é rara, no AHMS; encontramos apenas três documentos do Clube Carnavalesco Cruz Vermelha. Em 1890, o clube comunicava um desfile em prol das vítimas de uma catástrofe na cidade; em 1904 pedia emprestado um carro do corpo de bombeiros para o desfile de uma alegoria; e em 1905 comunicava o adiamento de uma passeata. Além desses, encontramos mais um documento do clube Embaixada Africana, no ano de 1896, que pedia licença para a distribuição, acompanhada por tambores, do programa de um baile. No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), encontramos alguns documentos dos anos anteriores à década de 90 do século XIX, mas nenhum referente ao nosso recorte.

Os textos dos memorialistas, mais especificamente de Antônio Vianna e de Hildegardes Vianna, foram referências importantes. Contudo, as fontes centrais, que permitiram a escrita desse trabalho, foram os jornais. Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) tivemos acesso a alguns periódicos, mas nos concentramos em dois

1

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup>GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez a invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.p.18-19.

especificamente, o *Jornal de Notícias* e o *Diário da Bahia*. Entre os jornais em condições de uso, esses foram os que mais continham notas sobre o carnaval, principalmente o primeiro jornal que chegava a dedicar páginas inteiras aos festejos. Isso era fruto de uma tentativa de popularização, buscada por esses jornais.

Foi de essencial importância durante a construção do texto o acesso ao acervo digital da Biblioteca Nacional, onde consultamos publicações como o *Almanak do Estado da Bahia*, Anais da Câmara; e números dos periódicos a *Cidade do Salvador*, *Correio do Brazil*, *Pequeno Jornal*, *A Ordem*, entre outros. Através das buscas nominais realizadas nessas publicações disponíveis *online*, principalmente nos Almanaques, foi possível localizar alguns dos sujeitos que aparecem no decorrer dos capítulos, além de outras notas e crônicas sobre o carnaval.

## A imprensa baiana: breve contextualização e levantamento bibliográfico

Os jornais, nossa principal fonte, são passíveis de olhares críticos e questionamentos. Alguns trabalhos já se debruçaram sobre questões das quais a imprensa se tornou a principal fonte, trazendo informações que nos ajudam a elucidar acerca dos contextos e debates, nos quais estão inseridos os periódicos analisados para o estudo aqui pretendido. Ainda que não se tratem de estudos essencialmente sobre a imprensa.

Um dos clássicos da história política baiana, *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, de Consuelo Novais Sampaio, tem como objetivo montar o cenário político baiano, de forma objetiva e sistemática, na recém-proclamada República. Buscou compreender as formações dos partidos políticos, composições e atuações, até então menosprezadas na historiografia, diante dos personalismos presentes na política baiana. <sup>12</sup> Segundo Sampaio, os órgãos da imprensa do período, em sua maioria, existiam para a política partidária, que era a "grande responsável, não só pelo aparecimento, mas também pela atuação e pela morte" desses. Os jornais que a autora utilizou com maior frequência foram o *Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Diário da Bahia, Gazeta do povo, O Democrata e o A Tarde*. Os dois primeiros tentavam manter a imagem de neutralidade partidária, enquanto os restantes declaravam seus posicionamentos. <sup>13</sup> Esses jornais aparecem em meio às disputas e tinham papéis importantes nas campanhas políticas.

<sup>13</sup> Idem. p.24.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup>SAMPAIO, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. p.22.

Meire Lucia Alves do Reis<sup>14</sup>, em *A cor da notícia*, debate acerca dos discursos sobre o negro na imprensa baiana, refletindo sobres teorias racistas reproduzidas nos jornais. Utilizando-se dos dados que Sampaio nos oferece sobre a população alfabetizada da Bahia – para enumerar os eleitores do período –, Reis remonta o cenário de leitores da imprensa baiana. Em uma sociedade onde apenas 8% da população sabia ler<sup>15</sup>, o número de leitores era, provavelmente, ainda mais limitado. Os jornais eram então voltados para uma elite letrada, mas isto não eliminava o acesso às suas informações por outras classes. As leituras em voz alta, por exemplo, eram uma maneira que a população não alfabetizada tinha para acessar as notícias.

Tais jornais eram em sua maioria efêmeros, Reis destaca a criação de cerca de quatrocentos periódicos no período por ela estudado. Eram eles meios essenciais de divulgação do pensamento da elite, "impunham respeitabilidade por serem portadores de notícias e pontos de vista 'verdadeiros' formando opinião", diz a autora. 16 Mesmo envolvidos nas disputas políticas, se afirmavam independentes. A imprensa se colocava como prestadora de serviços de utilidade pública, e entre esses estava a missão de abolir atos por ela considerados incivilizados. É através desses jornais, que a autora vai buscar a imagem que a elite baiana construía acerca dos "novos cidadãos", os quais traziam consigo a marca do passado escravo, destacando que "a notícia tem cor, sexo (gênero), religiosidade e classe social". Concentrando-se no debate sobre a raça, Reis fala sobre dois discursos predominantes. O primeiro do racismo científico, que considera o negro geneticamente e biologicamente inferior. E o segundo revela aspectos positivos da cultura negra, mas ainda trata o negro enquanto inferior, por sua condição social, hábitos e moral. A ciência era tida como verdade absoluta e a imprensa era sua porta-voz, usando, inclusive, a sua linguagem para as mais diversas notícias, políticas religiosas, criminais, sociais, culturais etc. Desta forma, com o tom de imparcialidade, declarava a inferioridade do negro.<sup>17</sup>

Essas discussões são interessantes por facilitarem a compreensão sobre o ambiente construído em torno da imprensa, cada vez mais popular, cada vez mais influente. Atuando em várias esferas, seu papel político é inquestionável. Nas mãos de uma elite letrada, sua suposta missão civilizadora tentava cercar as manifestações culturais. Sobre tal missão que era

<sup>14</sup>REIS, Meire Lucia Alves dos. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937).* Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.p.18-28

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup>SAMPAIO. Op. Cit. P.51-52. Dados relativos ao ano de 1920

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup>REIS. A cor da notícia, p.8

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup>Idem. p.29-63

comum na imprensa brasileira, podemos tomar alguns estudos referentes ao Rio de Janeiro para melhor entendimento da incidência desses discursos sobre o carnaval.

Cunha chama de "missão pedagógica" o comportamento dos letrados e jornais em relação ao carnaval. Tratando da busca por estes na implantação de um carnaval nos moldes europeus, através das grandes sociedades, seus luxos e suas críticas, e da eliminação das antigas brincadeiras populares. Pereira enfatiza a "missão" dos literatos, que tiveram como maior apoio e meio de divulgação, o jornalismo que despontou nas últimas décadas do século XIX. "Montados como empresas comercias, esses novos jornais começavam a constituir a grande imprensa no Brasil, dinamizando o processo de massificação cultural da sociedade carioca da segunda metade do século XIX", afirma o autor. Assim, escritores do período tentavam transformar o mundo iletrado para construir uma nação moderna. Desta forma, na investida para "educar" os grupos de rua, o carnaval se tornou um de seus alvos. 19

A imprensa baiana não ficou de fora deste exercício pedagógico. Sem deixar de lado suas predileções políticas e partidárias, os jornais se tornavam mais comerciais. Alguns, de grande circulação, criados no fim do XIX, se declaravam apartidários, como o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, entretanto representavam grupos da elite baiana, e consequentemente seus ideais políticos, porém revestidos com o discurso de imparcialidade e profissionalização.

Aloísio de Carvalho Filho faz um pequeno percurso pela história do jornalismo na Bahia, em um ensaio que foi resultado de uma palestra em comemoração ao aniversário do *Diário de Notícias*, realizada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1960. Nele o autor constrói uma argumentação objetiva, pontual e sem grandes análises sobre os jornais que formaram a imprensa baiana. Referindo-se ao *Jornal de Notícias* e ao *Diário de Notícias*, Carvalho Filho diz que eles foram benéficos à imprensa local, trouxeram um enriquecimento material, preocupação na formação de um quadro de redatores e colaboradores, entre eles pessoas no exterior, além da divulgação de artigos originais. Essa imagem confirma a preocupação com a modernização dos periódicos, de modo a torná-los mais populares.

A imprensa soteropolitana foi além dos limites da capital, para demonstrar a influência dos jornais no interior, e o interesse popular pelas colunas de humor. O autor transcreve parte

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup>CUNHA, *Ecos da Folia*, p.181-182.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup>PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup>CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, n.82, p.17-27, 1958-1960.

de um estudo do professor Isaías Alves, o qual nos permite notar como era percebida a atuação da imprensa. Em trecho citado, Alves diz:

Do 'Jornal de Notícias' a coluna em versos de Lulu Parola era o primeiro contacto com a inteligência da Capital. Havia na imprensa da época uma atitude didática em que no artigo de fundo ou na coluna humorística, o cidadão do interior bebia o vinho comunicante do seu credo. (ALVES,1959 apud CARVALHO FILHO,1960)

A coluna a qual Isaías Alves se referia era a Cantando e rindo, escrita por Lulu Parola, pseudônimo de Aloísio de Carvalho, pai do ensaísta acima citado. Nessa coluna, ele juntava humor e crítica em versos rimados, e começou a ser publicada em 1891. Daniel Rebouças Carvalho, em estudo sobre a obra do jornalista, diz que a proposta da coluna era de "comentar os fatos da cidade como uma distração literária", principalmente se comparada à outra coluna de crônicas em prosa, chamada *Far-niente* que Aloísio de Carvalho escrevia anteriormente. O investimento desse tipo de colunas com versos, humor e crítica social, era também uma escolha mercadológica, maneira de atrair um maior público.<sup>21</sup> A República estava entre os principais assuntos da coluna Cantando e rindo, principalmente, as frustações em torno dela. Carvalho identifica nos versos de Lulu Parola, a partir de 1913, a preocupação com o futuro do país, para além dos embates políticos, que eram seus temas recorrentes, sua atenção se voltava agora também para os hábitos do povo. Estava em consonância com diversos outros literatos e intelectuais do período, como aqueles referidos por Pereira. Havia um tom ufanista em seu discurso e ao mesmo tempo pessimista em relação ao comportamento da população pobre. O jornalista mostrava, por exemplo, uma irritação com as festas cívicas, como as comemorações do dois de julho. O autor destaca os versos onde o poeta chama de "País de doidos", um lugar onde mesmo diante da crise econômica acontecia a maior festa nacional, o carnaval. A festa permitia que as mazelas coletivas fossem esquecidas. Era o sentimento de frustação que tomava seus versos, "A república não efetivou uma nação branca civilizada e europeia", destaca Rebouças sobre os sentimentos de literatos do período.<sup>22</sup>

\_

<sup>22</sup>CARVALHO. Op. Cit.p.122-130.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup>CARVALHO, Daniel Rebouças. *As crônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (1891-1916)*. Dissertação (mestrado em Historia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.p.52 Rebouças concorda com o trabalho de Lizir Alves. Ver: ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. Dissertação (Mestrado em Letras) Departamento de Letras clássicas e vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

## Combate ao entrudo

Antes de iniciarmos os debates sobre o carnaval, durante as primeiras décadas do regime Republicano, precisamos pontuar brevemente sobre algo crucial para as projeções em torno dos modos de festejar criados no período, o combate ao entrudo. A proibição de modo oficial dos jogos do entrudo, em Salvador, teve início na década de setenta do século XIX, entretanto, seu derradeiro fim levou muitos anos até ser concretizado. Suas insistentes permanências foram motivo de reclamações da imprensa e reiteração constante de sua proibição por parte das autoridades.

O combate ao entrudo, iniciado na segunda metade do século XIX, se trata de algo que vai além de simples mudança na forma de festejar, como aponta Peter Fry. As características que, a partir de então, foram designadas ao entrudo – de barbárie, atraso e selvageria, etc. – concomitante à defesa do carnaval, colocado em posição oposta, levanta questões que para serem compreendidas, é necessário um entendimento do "significado mais profundo" dessas práticas, dizem os autores. <sup>23</sup>

O entrudo ficou mais conhecido e eternizado pelas memórias como jogo de molhadela, onde as "batalhas" de água eram a principal diversão. Entretanto, estudos como o de Maria Clementina Pereira Cunha demonstra como essa diversão reunia um conjunto variado de formas de brincar. A autora ressalta, que "o entrudo compreendia um conjunto de comportamentos condenáveis aos olhos daqueles foliões encastelados nas Grandes Sociedades e na imprensa do Rio de Janeiro". Ela explica que, para boa parte da população, entrudo e carnaval tinham o mesmo significado, apenas no fim do século XIX, autoridades, jornalistas, políticos e literatos começaram a fazer uso desses termos colocando-os como opostos, onde o carnaval (bailes, préstitos etc.) era posto como superior ao entrudo (resumido à molhadela). <sup>24</sup>

Ambos os trabalhos abordam sobre uma divisão entre o público e o privado nas brincadeiras do entrudo. Fry fala de um entrudo doméstico, restrito ao mundo da casa, das senhoras nas sacadas, das brincadeiras da "família"; em oposição ao entrudo da rua, "que diz respeito ao entrudo do comércio, das praças e dos negros e escravos". <sup>25</sup> Para Cunha, mesmo já existindo as diferenciações dos espaços sociais, nas ultimas décadas do século XIX as

 <sup>&</sup>lt;sup>23</sup> FRY, Peter. et al. Negros e Brancos no Carnaval da Velha República, p.237.
 <sup>24</sup> CUNHA. Ecos da folia, p.25.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> FRY et al, Negros e Brancos no Carnaval da Velha República, p.241.

brincadeiras nas ruas, durante os dias de carnaval, pareciam cada vez mais inadequadas às "famílias" e ameaçadora ao ambiente doméstico.<sup>26</sup>

As hierarquias sociais vigentes no cotidiano de uma sociedade escravista eram mantidas durante a folia, neste sentido, as brincadeiras explicitavam as tensões raciais e sociais do período, ressalta Cunha. A questão que surgia com o fim do século XIX, diante da decadência das relações senhoriais, era justamente, a forma de manutenção da ordem na sociedade, o que incluía os espaços festivos. Segundo Cunha, até então um negro poderia pintar-se de branco e ridicularizá-lo, de modo que se elaborava "um discurso sobre desigualdade e a injustiça ao explicitar a percepção que os negros tinham dos senhores." <sup>27</sup> Mas, como também ressalta Fry, não havia espaço para o negro desafiar o branco, ele poderia ridicularizá-lo, mas não atacá-lo, algo do tipo era caso de polícia.<sup>28</sup> Entretanto, o que incomodava não era a brincadeira em si, e sim a possibilidade de quebra dessas hierarquias diante de uma sociedade de negros livres e libertos.<sup>29</sup>

A partir da década de 1870, as brincadeiras do entrudo foram sendo ligadas a um passado arcaico, selvagem e monárquico, a ser superado. Vinculadas à incivilidade, passaram a ser tratadas também como caso de saúde pública. O entrudo foi proibido, mas não apagado, a sua insistência era percebida pelas diversas reclamações nos jornais, ano após ano. A imprensa foi a grande porta-estandarte desse combate ao entrudo e de defesa do carnaval, durante os últimos anos do século XIX e início do XX. Anunciavam sua morte, mas ao mesmo tempo, revelavam sua persistência.

Em Salvador, o registro mais antigo da proibição do entrudo a que temos acesso é o código de posturas da Câmara Municipal de Salvador, do ano 1873, onde se lia:

> Fica Absolutamente prohibido o jogo de entrudo, e os objetos para elle destinados expostos á venda e encontrado nos lugares publicos serão apprehendidos e logo inutilizados. Os infractores incorrerão na multa de 30\$000 ou 8 dias de prisão. O chefe da casa donde se jogar entrudo, responderá pelas infraçções dos que com elle morarem, ou n'ella se acharem com sciencia sua. Os escravos ficarão isentos da supradita pena sendo castigados corporalmente á pedido de seus senhores.<sup>30</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> CUNHA. *Ecos da Folia*. p.29.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> FRY, Peter. et al. Negros e Brancos no Carnaval da Velha República.p.244.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup>Idem. p.245. CUNHA, *Ecos da Folia*, p.76

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> APEB. Posturas da Câmara Municipal da Cidade de S. Salvador, 1873. Posturas aprovadas pelo governo, nº A 73.

Em 1896, a Intendência Municipal solicitou à imprensa, que tornasse pública a postura que proibia o entrudo, prevendo a mesma pena, multa e dias de prisão da antiga postura, mas agora noutro cenário social, uma vez que a escravidão e a monarquia já não existiam. <sup>31</sup>A "vitória" sobre o entrudo não se deu de forma rápida, nem fácil. Sua persistência revela que os planos para "civilizar" e "ordenar" os modos de festejar, por parte de autoridades e letrados, estavam distantes dos usos do espaço festivo feito pela população.

Ao mesmo tempo em que se empenhavam em eliminar as brincadeiras do entrudo, tentava-se refinar a formas de brincar, instituindo o que deveria ser o carnaval.<sup>32</sup> Seringas, bisnagas, confetes, serpentinas, dividiram espaço com o os limões de cheiro, na tentativa de substituí-lo com tons mais "elegantes". Antônio Vianna, em uma de suas crônicas, constrói uma imagem de evolução da festa de rua, onde o "estúpido entrudo" foi se transformando até não mais existir:

A brincadeira estúpida do entrudo vivia, apenas, na memória de velhos foliões, quando surgiu a novidade importada do lança-perfume. Os da minha geração alcançaram tão somente a laranjinha e o limão de cheiro. Eram pequeninas esferas de cêra delgada, cheias de agua aromatisada, feliz sucedâneo das bacias, potes, jarros, seringas e quejandas vasilhas condutoras de agua, muita vez suja, com mau gosto de uma época supliciava o próximo. Os antigos praticantes do entrudo atacavam as pessoas incautas com seu arsenal líquido, deixando-as em lastimável estado de encharcadas e de saúde periclitante nas ameaças de pneumonias fulminantes. [...]

Foi nesse período que chegou o lança-perfume maneiroso, espécie de carinho desconhecido dos hábitos provincianos. Receberam-no com justificadas reservas. A apresentação material elegante e distinta não desarmou as prevenções da maioria. É que o jacto perfumoso visava os olhos dos atingidos, numa revivescencia infeliz do abominavel entrudo. Custava, além disso, caro, de preço inaccessivel às bolsas minguadas.<sup>33</sup>

O discurso de Vianna, ao relembrar os brinquedos utilizados nos jogos do entrudo, era algo compartilhado entre os letrados. Tendo vivido um pouco do entrudo em sua infância, considerava-o abominável, as brincadeiras são marcadas como local de proliferação de doenças, pensamento que comungava com as ideias higienistas, as quais ganharam forças no final século XIX.

O lança-perfume, ao qual Vianna se refere, passou a ser vendido em Salvador nos primeiros anos do século XX. Os primeiros anúncios comerciais, que encontramos nos

-

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup>Jornal de Noticias. 15 de fevereiro de 1896.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup>CUNHA. *Ecos da Folia*.p.80-82.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup>VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia; Secretária de Educação e Saúde. p.56

jornais, são do ano de 1902, quando aparece como uma novidade elegante, chegando ainda em pouca quantidade, não se tratando a princípio de um produto acessível, como relata a crônica. Antes do aparecimento do lança-perfume nas ruas de Salvador, os confetes e as serpentinas despontaram como objetos das batalhas do carnaval e de saudação aos clubes que passavam em frente aos sobrados. Nos jornais, os destaques eram principalmente as batalhas que ocorriam nos hotéis, como o Sul-Americano, localizado da ladeira de São Bento que abrigavam as "famílias" baianas para as festas. É este carnaval das "famílias" e dos hotéis que Antônio Vianna mencionava, mesmo quando criticava o uso "entrudoso" do lança-perfume.

Mesmo os confetes foram alvo das medidas de higiene, em 1902, quando foi proibida a venda de pacotes que continham os divertidos discos de papel de qualidade e cor diferente<sup>34</sup>. Proibir a venda de confetes coloridos era uma maneira de prevenir que fossem vendidos pacotes de confetes catados no chão. Como vamos percebendo, a vigilância sobre as formas de brincar era justificada pela higiene. Conforme ressalta Cunha, no combate pela ocupação do espaço público, as novas armas que tentavam extinguir as brincadeiras antigas não foram capazes de mudar os velhos sentidos da festa pública, mas "de alguma forma tornaram suas novas possibilidades bastante seletivas e inacessíveis a uma grande parte da população, enfatizava-se no interior das práticas carnavalescas a diferença de classes". 35

Em 1899, um dos assuntos que preocupava a cidade, recorrente nas matérias dos periódicos, foi a falta de água. O problema se tornou até mesmo tema para clubes, grupos e mascarados no Carnaval. Para um colunista do Jornal de Notícias, a escassez da água tinha um lado positivo: a impossibilidade da prática do entrudo naquele ano. O colunista dizia: "Na conviçção, a mais plena, de que a Intendência não terá este ano o trabalho de proibir o entrudo visto não haver água". 36

É provável que, mesmo mediante as subversões, o controle sobre os jogos do Entrudo se realizasse com maior intensidade nas festas de carnaval que aconteciam no centro da cidade. Supomos que em locais não centrais esse controle existia, mas de modo mais flexível ou menos incisivo. No ano de 1901, na cidade de Itaparica, ilha próxima à Salvador, o Entrudo parece ter tido espaço para acontecer através de "indivíduos maltrapilhos".

> Não há diversão mais estupida, nem perigosa que o entrudo, grosseira velharia, já hoje felizmente banida de muitos pontos do nosso estado e prohibida até por lei. Apezar disto, porém e apezar principalmente de condemnada por posturas municipaes, ainda nella se aprazeram este anno

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup>AHMS. livro de posturas municipais (1897-1929), postura Nº36 A, 1903. <sup>35</sup>CUNHA. *Ecos da folia*.p.82.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup>O carnaval. *Jornal de Notícias*. 23 de janeiro de 1899.

muitas pessoas da pitoresca cidade de Itaparica, sem a devida repressão policial.

Assim nol-o contaram vários informante, um delles acrescentando que no dia 17, indivíduos maltrapilhos, sobraçando latas percorriam as ruas mais publicas dalli, em perseguição até de famílias, com quem, na maior parte, jamais tiveram conhecimento.

Casas foram invadidas, á procura deste ou daquele a quem se queria molhar, sendo que nem pessoas doentes infundiram respeito para a poupança da triste selvageria.

Não é que as auctoridades policiais não vissem, nem percebessem, queixas sobre o que estava se praticando, até contra as senhoras . Garantem-nos que diversas victimasdirigiram-se a pedir providencias ao comissário de policia, e isto baldamente, acrescendo que até em sua presença foi entrudado um cidadão.

Em resumo: o entrudo ali se fez, violento, bárbaro, contra a lei e contra a civilização, em deponente espectaculo, que não desejamos repetido e cuja impunidade é para lamentar.<sup>37</sup>

O cronista condena o entrudo colocando-o como uma brincadeira de maltrapilhos que ganha tons de criminalidade no discurso. A brincadeira, apresentada como oposta aos divertimentos familiares, rompia a ordem hierárquica desejada, incluindo a separação entre o público e o privado, colocada à prova com as "invasões" das casas, por exemplo, assim, foi julgada como uma prática "perigosa". Os jogos de entrudo realizados em frente às autoridades da ilha nos leva a refletir sobre as permissividades em torno das brincadeiras. É bastante provável que os acordos sociais entre os moradores daquela cidade e as autoridades permitissem o jogo tão aberto, mesmo naqueles anos de proibição. Não era apenas uma brincadeira de maltrapilhos avulsos pelas ruas, podemos supor que casas e famílias também ainda brincassem o entrudo. Se até mesmo os frequentadores dos hotéis de Salvador transformaram a *chic* novidade do lança perfume em objetos para entrudar, segundo Antonio Vianna, era por que os jogos também resistiram nas famílias.

Os discursos, entretanto, colocavam em oposição: a família e o povo, a rua e a casa, o público e o privado. Wlamyra Albuquerque ao tratar das comemorações do dois de julho, em Salvador, ressalta essa diferenciação entre o público e privado. Práticas associadas a esses festejos eram toleradas quando praticadas nos bailes, mas nas ruas eram vistas como perigo à ordem social. A autora diz inclusive que a promoção dos bailes nas primeiras décadas da República era também uma tentativa de desestimular as práticas do entrudo de rua. 38

A imprensa então saía em defesa da "família", colocando-a em oposição ao povo. Segundo Alexandre Lazzari, as crônicas na imprensa que declaravam a derrocada do momo

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> O entrudo. *Jornal de notícias*. 23 de fevereiro de 1901.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazzarra nas Ruas: comemorações da Independência da Bahia (1889 -1923)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p.78.

acusavam aqueles "que ultrapassaram o limite entre a discrição relativa às desventuras da vida privada dos cidadãos e o que poderia ser exposto em escárnio público". As famílias consideradas respeitadas, já não mais aceitavam ser colocadas em pé de igualdade daqueles mascarados do povo.<sup>39</sup> Para Lazzari, as crônicas sobre o carnaval de Porto Alegre dão a entender que pessoas de diversas camadas praticavam os jogos de entrudo, mas para quem condenava, era visto como uma brincadeira que apenas permanecia graças ao povo vulgar, o entrudo aí não representava apenas uma imoralidade, mas também uma promiscuidade social.<sup>40</sup>

Rita de Cássia Barbosa de Araújo, ao pensar sobre o carnaval de Recife, sugere uma mudança do significado do espaço público nas últimas décadas do século XIX. Para a autora, a elite, com o ideal de modernidade europeia, decide ocupar as ruas para além dos afazeres cotidianos. No novo projeto de cidade, que as elites desejavam, incluíram também os momentos festivos. Al A repressão aos modos de festejar atingiu, principalmente, as classes mais populares, as novidades como as bisnagas de metal, lança perfume e serpentinas eram anunciadas nas lojas de salvador que serviram para os jogos do entrudo, como vimos, mas podemos imaginar que provavelmente, os vendedores de laranjinhas das ruas eram os mais atingidos pelas proibições.

Além das posturas que proibiam o jogo e mandavam inutilizar os objetos destinados à prática, como vimos no início desse tópico, o Conselho Municipal publicou, em 1903, uma postura que proibia especificamente a exposição de vendas nos dias de carnaval, de bisnagas, laranjinhas e seringas etc. Es endo que, certamente as fabricações de objetos, como os limões de cheiro eram hábitos para a obtenção de renda extra, restritas às mulheres mais pobres. Estados de cheiro eram hábitos para a obtenção de renda extra, restritas às mulheres mais pobres.

Em 30 de dezembro de 1891, o *Pequeno Jornal* publicara em uma nota intitulada "Mais um preconceito", o texto originalmente pertencente a uma publicação de Lisboa, *Atlântico*, falava sobre mais um preconceito popular, espécie de lenda que se espalhou sobre um homem, o "Entrudo":

Há dias espalhou-se nesta villa o boato de que *um medo*, em figura de homem, a que dão o nome de *Entrudo*, aparecia nos campos, nos sitios mais

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup>LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, SP:Editora da Unicamp/Cecult, 2001. p.53-55

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> LAZZARI. Coisas para o povo não fazer.p.35

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. In: *Estudos Avançados*, vol.11, n.29, 1997, p.203-216.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Arquivo histórico municipal de Salvador, livro de posturas municipais (1897-1929), N°36 A, 1903.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> CUNHA. *Ecos da folia*.p.64.

escuros, ás mulheres que caminhavam sós; que se *atirava a ellas*, roubandolhe depois os brincos e os anéis, o fato, e que preferia as raparigas mais novas e bonitas.

De uma vez comera o almoço que uma pequena levava a seu pai, que trabalhava no campo, e depois despejou-a da roupa, amarrando-a em seguida a um pinheiro.

A imaginação popular, excitada por estas historietas contadas mysteriosamente, inventou então cousas extraordinárias, atribuindo ao lendario *Entrudo* façanhas diabólicas!

### Contemos algumas:

- O *Entrudo* possue uma brôa e uma faca encantadas. Altas horas da noite vai para encruzilhada, perto de alguns povoados e espeta a faca na brôa. Esta parte-se imediatamente em quatro bocados, que vão introduzir-se nas casas onde ha raparigas novas e formosas. O *Entrudo* segue os bocados de broa e despe, rouba e beija as raparigas em todo o corpo, exepto nos seios, porque *não entra* nelles.
- Um dia quizeram prendel-o (porque o *Entrudo* anda foragido); estava então numa taberna a comer. Quando viu que o queriam agarrar levantou-se e disse; <O' das brôas, acode-me"> e imediatamente homem, comida, prato e talher, tudo se desfez em fumo!
- Outra vez, ao roubar uma mulher; esta gritou. Acudiram alguns homens, e *Entrudo* vendo que não podia escapar, deitou-se no chão, gritando: <Levantai me!> e agitando braços e pernas que se transformaram em negras azas, desapareceu no espaço.
- é longa ainda a lista das partidas do *medo*, mas abstemo-nos de enumerar mais, O que ahi fica, mostra bem o gráo de atraso em que o nosso povo jaz.<sup>44</sup>

Não alcançaremos aqui os possíveis sentidos que tal lenda poderia ter em Lisboa, mas o ponto que nos interessa, é o sentido que tal texto teria ao ser publicado em um jornal baiano no fim do século XIX, justamente em um período em que se iniciava o tempo festivo em Salvador. O combate às práticas do entrudo naqueles anos é o que nos faz pensar sobre os significados que esse texto tem do lado de cá do atlântico. O homem da lenda, o *Entrudo*, atacava no campo, aqui os "ataques" dos jogos se davam nos espaços urbanos. A imaginação popular que criara tais histórias, para o autor na nota jornal português, mostrava o "grau de atraso" daquele povo, mas aqui era a própria prática do Entrudo que gerava essa opinião da imprensa.

Nos dias das festas do Entrudo, as mulheres tinham a oportunidade de participar ativamente dos jogos como a molhadela, onde lhes cabia parte da organização, particularmente ao ambiente doméstico. Mas também era lugar onde poderiam tomar iniciativa nas brincadeiras, que por vezes tinham intenções amorosas, eram elas as mais fiéis praticantes daquela celebração condenável, na perspectiva da imprensa.<sup>45</sup> Portanto é curioso imaginar o entendimento que ganharia para os leitores daquele jornal uma história onde o

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup>O Pequeno Jornal. 30 de dezembro de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup>CUNHA. Ecos da folia.p.61-64

vilão tinha como principais vítimas as "raparigas mais novas e bonitas", e com suas "façanhas diabólicas" e inapropriadas, descritas de maneira sexualizada. O tom de imoralidade permeava o "preconceito" do jornal lisboeta e as críticas ao entrudo pela imprensa baiana.

No ano de 1909, fim da primeira década do século XIX, O *Jornal de Notícias* deu nota da prisão de uma mulher, Maria Colombo, ocorrida no domingo de carnaval, no distrito da Sé:

Na estação policial da Sé, deu entrada hontem Maria Colombo, que feriu na face ao sargento-ajudante do regimento policial Vicente Paixão, quando este lhe dera voz de prisão, por ter infringido a postura municipal que veda o entrudo, atirando bacias d'agua sobre pessoas que transitavam pela rua do Chile.

Cerca de 11 horas da noite foi posta em liberdade, por ter prestado a respectiva fiança. 46

Possivelmente, o registro desse episódio se realizou, justamente por ter ocorrido em uma região central da cidade, local onde a imprensa dedicava-se a registrar os principais festejos carnavalescos e, como ressaltamos anteriormente, onde a ação policial se realizava de maneira mais incisiva, na tentativa de fazer valer as posturas municipais. As permanências dessas práticas exigem análises que marquem os conflitos gerados pela proibição, como o ocorrido com Maria Colombo e o sargento-ajudante, Vicente Paixão. Para o trabalho que aqui propomos esses registros servem para refletirmos que não houve uma ruptura delimitadora entre o fim do entrudo e a formação do carnaval, como desejavam as autoridades. As manifestações consideradas "antigas" e "inadequadas" continuaram a ser praticadas e vivenciadas, mesmo com novos formatos que tentavam se aproximar das novas exigências republicanas. As investidas de combate e condenação ao entrudo não foram suficientes, para que ele fosse verdadeiramente erradicado dos festejos carnavalescos. Seus praticantes, não necessariamente, compartilharam as ideias que o tratavam como uma prática bárbara a ser extirpada, assim ignoravam normas higienistas e burlavam as leis que o condenavam, mantendo os seus modos de divertimentos.

Tendo entendido brevemente os debates em torno do entrudo, passaremos a nos concentrar nas construções do carnaval durante as duas primeiras décadas da República. Nesse intuito, o texto está dividido em três capítulos. Para o primeiro capítulo tentamos mostrar a organização de um carnaval que se pretendia moderno e republicano, tendo como principal foco, a formação das comissões carnavalescas. Buscamos entender através delas, como os projetos de nação disputados na sociedade do pós-abolição, também eram debatidos

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup>Jornal de notícias. 22 de fevereiro de 1909.

durante o carnaval. Tendo as primeiras comissões, para o combate ao entrudo e a construção do carnaval, sido nomeadas ainda no final do império, identificar alguns de seus componentes, nos permitiu refletir como se idealizou essa "missão" dada a certa parcela da população da cidade, durante o novo regime, levando em consideração os debates que os cercavam, assim como, suas diferentes condições sociorraciais e ideais políticos. Além disso, buscamos com alguns desfiles dos primeiros anos republicanos, perceber como os temas oriundos do advento da República foram debatidos, (re)afirmados e (re)construídos nos dias do Momo.

No segundo capítulo, analisamos diferentes clubes carnavalescos presentes no carnaval, seus desfiles, temas e, quando possível, seus integrantes. Com isso, buscamos nos aproximar de distintos grupos sociais que se organizavam para os festejos carnavalescos em Salvador. Suas performances expressavam diferentes interesses ou intenções, referentes aos seus contextos e aos conflitos cotidianos da cidade. Assim sendo, trataremos inicialmente daqueles classificados como os grandes clubes e os mais antigos, presentes naqueles carnavais, os *Fantoches da Euterpe, Cruz Vermelha* e *Inocentes em Progresso*. Além de pensar sobre as escolhas dos seus temas, seus versos, abordaremos como suas ausências em alguns anos foram lamentadas pela imprensa que os colocavam como o formato ideal do modo de festejar. Perceberemos, inclusive, a atuação da imprensa na classificação dos clubes adequados ou não, na construção do carnaval republicano. Trataremos também de outros clubes que não eram classificados como os grandes, mas que não necessariamente, estavam distantes deles no seu tipo de exibição. Por fim, traremos ao debate os clubes alusivos à classe operária, identificando alguns, e contextualizando-os, de modo breve, dentro do mundo do trabalho da capital baiana.

No último capítulo, debateremos sobre as proibições em torno das manifestações negras e pobres no carnaval de Salvador. Medidas restritivas resultantes do processo de racialização das relações na sociedade do pós-abolição. Analisaremos a presença dos clubes "africanizados" no carnaval de Salvador, analisando a disseminação deles de maneira formalizada. Para entender um pouco mais do que era levado às ruas, faremos uma breve análise das Áfricas que eram exibidas em resposta aos discursos disseminados, os quais a colocavam com "incivilizada" e "bárbara". Tratava-se de debates em torno da cidadania e das construções de identidades dentro do espaço festivo. Buscaremos também, elucidar sobre a presença e as tentativas de controle em torno dos usos das máscaras nas ruas, e as consequentes tensões e conflitos gerados pela atuação das forças policiais, diante de manifestações culturais durante a Primeira República.

# CAPÍTULO I O reinado de Momo na folia republicana

Momo principia a limpar guizos e a fazer a roupa nova.

Ele se aproxima e quer, em honra da República, fazer uma entrada triunfal. Sacudiu também com a coroa que fez-se democrata, mas democrata às direitas – sem resistência e aplaudindo... *o império das circunstâncias*.

Os clubes, estes já principiaram a receber novidades. A alfandega já tem no bojo cada volume do tamanho de um mundo.

O comercio espera as encomendas, que fez para a festa dos três dias...

Vae se acentuando o novo movimento e a aguardemos os fatos

Oxalá que o carnaval de 90 tenha todo sucesso.

Preparem-se os nossos amigos fora da capital.<sup>47</sup>

Assim foram dadas as primeiras notas musicais e jornalísticas do carnaval de 1890. Enquanto anunciava a preparação da festa, o jornalista convidava a vizinhança da capital baiana, pois não se trataria apenas de mais um Carnaval, mas da primeira festa da República. Por isso, esperava-se "uma entrada triunfal" do Rei Momo, a partir de então, o único monarca que ainda reinava nas Américas. Eram-lhe prestadas as devidas reverências e em pleno solo republicano, ao menos por três dias em cada ano, seriam dedicadas celebrações ao reinado da folia.

O comércio se movimentou diante da chegada do período momesco como nos anos anteriores. A loja *Maia & Maltez*, por exemplo, anunciava o recebimento de lanternas, bandeiras e escudos que levavam os distintivos dos clubes, especialmente dos *Fantoches da Euterpe* e do *Cruz Vermelha*. Outras lojas anunciavam roupas ou tecidos próprios para os dias da festa, como fez a loja *Ferreira Santos*. Ambas as lojas se encontravam na Rua das Princesas, no distrito da Conceição da Praia.

Mas, naquele ano, o que deu os contornos da festa foi a nova ordem política instaurada. Os clubes, principalmente os mais aclamados pela imprensa, tornariam esse o seu principal tema, com esperanças e desilusões sobre o novo regime político. As autoridades e as elites locais desejavam, naqueles tempos, a organização de um Carnaval "civilizado". Como já vimos, esse projeto iniciou ainda em tempos imperiais, com o combate ao Entrudo, mas com o advento da República passou a ser conectado a uma ideia de moderno, atribuída ao novo regime político. Nos discursos de modernização o conceito de progresso estava alinhado ao estilo de vida europeu, sendo assim, condenavam vários aspectos presentes na sociedade brasileira que não encaixavam em seus moldes: hábitos e costumes, cultura popular,

<sup>49</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> Jornal de Notícias. 10 de janeiro de 1890.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Jornal de Noticias. 25 de janeiro de 1890.

arquitetura etc.<sup>50</sup> Tenta-se construir a imagem de um novo Carnaval, moderno e republicano contrapondo-o às antigas práticas e ao antigo regime.<sup>51</sup>

No dia 26 de fevereiro de 1897, o Jornal de Noticias publicou uma nota onde transcrevia trecho de um relatório enviado ao governo, em 20 de abril 1880, pelo então chefe de polícia, o desembargador, José Antônio da Rocha Vianna, descrito como "o iniciador dos festejos carnavalescos por meio de comissões". O trecho extraído e publicado no jornal dizia:

> No intuito de evitar o pernicioso brinquedo do entrudo, tão enraizado em nossa população, e do qual tão lamentáveis ocorrências tem resultado, em 15 de fevereiro do ano próximo passado [1879] reuni em secretaria os seguintes subdelegados da capital, e depois de com eles conferenciar, não só recomendei-lhes a maior energia para a fiel observância da postura municipal tendente á proibição do entrudo, mas também deliberei providenciar para que fosse substituído esse uso bárbaro pelos divertimentos do Carnaval.

> Neste sentido foi nomeada uma comissão composta de cidadãos que representam todas as freguesias da capital, a fim de promover tais divertimentos e fiscalizá-los com o auxilio das autoridades locais.

> A comissão desempenhou perfeitamente a sua missão, e as festas que tiveram lugar durante os dias de entrudo si (sic) completamente não produziram o resultado que se tinha em mira, muito oportunamente se pode afirmar que muito pouco deixaram

> N'este ano dei iguais providencias, e os resultados foram ainda mais satisfatórios. Tenho fé em que si meus sucessores não desprezarem as medidas que tomei e continuarem pô-las em prática, em breve será esquecido, para sempre, o abusivo costume de lançar agua sobre os transeuntes, dando assim a nossa população uma prova da convicção que deve ter de que a civilização do século repele esses usos condenáveis que nos foram legados pelo exemplo do barbarismo.<sup>52</sup>

Tal relatório, relembrado pelo jornal dezessete anos depois de sua feitura, nos revela que a criação das comissões carnavalescas nos últimos anos do Império, surgiu com o ideal de designar homens de destaque social, "cidadãos" reconhecidos, para o embate contra a prática do entrudo. Durante o período aqui estudado essas comissões continuaram a ser nominadas, com a mesma pretensão de reunir "cidadãos" para a organização dos festejos, mesmo quando as práticas a serem extirpadas eram outras. Por isso, elas nos parecem ponto importante de análise sobre a disputa em torno do Carnaval de Salvador, seus significados e legitimidade.

O objetivo deste capítulo é compreender como os projetos de nação republicana refletiram, foram debatidos e construídos também no Carnaval do período. A intenção é perceber como esses primeiros carnavais republicanos foram palcos para a proliferação de ideias e debates em torno dos rumos da festa e da sociedade. Para isso, buscaremos identificar

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup>SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.3ªed, São Paulo: Brasiliense, 1983, .p.25-40.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup>CUNHA, *Ecos da Folia*.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> "O entrudo". *Jornal de notícias*. 26 de fevereiro de 1897

quem eram os homens que fizeram parte de comissões nominadas oficialmente para a construção de um Carnaval projetado pelas autoridades e letrados. Perceberemos a presença de diferentes homens, entre eles trabalhadores qualificados, que compartilharam a experiência de pensar e organizar os festejos carnavalescos em seus bairros. Além disso, veremos através dos temas e desfiles de alguns clubes como as questões em torno do novo regime davam os tons das brincadeiras nos primeiros carnavais após a proclamação.

Iniciaremos localizando, brevemente, as ruas do Carnaval central da cidade de Salvador, por onde percorriam os desfiles dos principais clubes que serão estudados por todo esse trabalho.

## Geografia do Carnaval

Ás nove e meia da noite do dia 6 de fevereiro de 1891, o Clube Carnavalesco Cruz Vermelha entrou no Largo do Teatro. O Jornal de Notícias descreveu a passagem com detalhes e de maneira apoteótica. Disse que o clube foi precedido de uma "cavalgada brilhante e numerosa" e que o povo lotou o largo, portando cruzes vermelhas e muitas pessoas soltaram foguetes para receber o clube que subiu pela Rua Carlos Gomes, onde recebeu flores e chuvas de papéis coloridos, das casas iluminadas. Uma hora depois do início do desfile, o clube chegou à Piedade, o edificio da Sociedade Euterpe se iluminou, e segundo o jornal, foram dadas vivas duraram dez minutos. Em momento posterior ao desfile, o Clube Caixeiral fez o mesmo em sua sede. O Cruz Vermelha desfilou até o Politeama e depois fez o caminho inverso, retornando ao largo do Teatro. 53 Já o Pequeno Jornal não contou tantos detalhes, mas confirmou a concorrência do público; teria sido uma multidão "extraordinária" que aguardou a passagem do clube.<sup>54</sup>

Não se tratava do préstito de Carnaval ainda, era uma passeata de ensaio, que o Cruz Vermelha e outros diversos clubes realizavam, uma prévia do que iria acontecer nos dias oficiais da festa. A descrição esfuziante do *Jornal de Noticias* era previsível, já que se tratava de um clube considerado tradicional e elegante, concorrido pelo público e aclamado pela imprensa. No ano anterior, 1890, o clube não saíra, segundo a nota publicada no Jornal de Notícias, por falta de sócios inscritos para desfilar fantasiados, realizaram apenas alguns

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup>*Jornal de Notícias*. 07 de fevereiro de 1891, p1. <sup>54</sup>*Pequeno Jornal*. 07 de fevereiro de 1891.

simples desfiles para marcar a presença, portanto, havia também naquela passeata o entusiasmo do retorno.<sup>55</sup>

Mas o que nos interessa aqui, através dessa descrição, é localizar o espaço na cidade de Salvador onde ocorriam as manifestações carnavalescas que nesse texto serão trabalhados. O desfile citado, realizado pelo clube *Cruz Vermelha*, saiu do Largo do Teatro, vindo do Comércio onde o clube se reuniu. O itinerário do carnaval ocupou mais ruas: subindo pela ladeira da Montanha (Ladeira Barão de Homem Mello), seguiriam pelas mesmas ruas, mas dessa vez estenderam até o Campo Grande, retornando pelas Mercês. Na volta desceriam pela rua direita da Piedade, seguindo pela Rua São Pedro, passando pelo largo Castro Alves e encerrando o desfile dessa vez no Largo do Terreiro.

Os outros clubes faziam percursos parecidos, muitas vezes tendo como saída ou chegada, sua sede ou local próximo. Em alguns desfiles, o ponto final era o Baile do Polythema, onde a maioria dos clubes populares fazia sua entrada. Alguns clubes não declaravam seu itinerário e parecia deixá-lo aberto às espontaneidades dos dias festivos, como os *Companheiros do Silêncio*, que anunciaram ser o seu itinerário "todas as ruas, praças e becos". <sup>56</sup> Contudo, trato aqui principalmente dos desfiles que ocorriam nas ruas do centro de Salvador, dos distritos da Sé, de São Pedro e Vitória, mas abarcando também as freguesias de Santo Antônio, Santana e Conceição da Praia. Alcançaremos os distritos mais distantes, como Brotas e Penha, somente em alguns pontos, principalmente quando tratarmos das comissões carnavalescas, onde buscaremos diferentes personagens envolvidos na organização do Carnaval da cidade.

-

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup>Jornal de Notícias. 4 de fevereiro de 1890.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup>Jornal de Notícias. 7 de fevereiro de 1891.

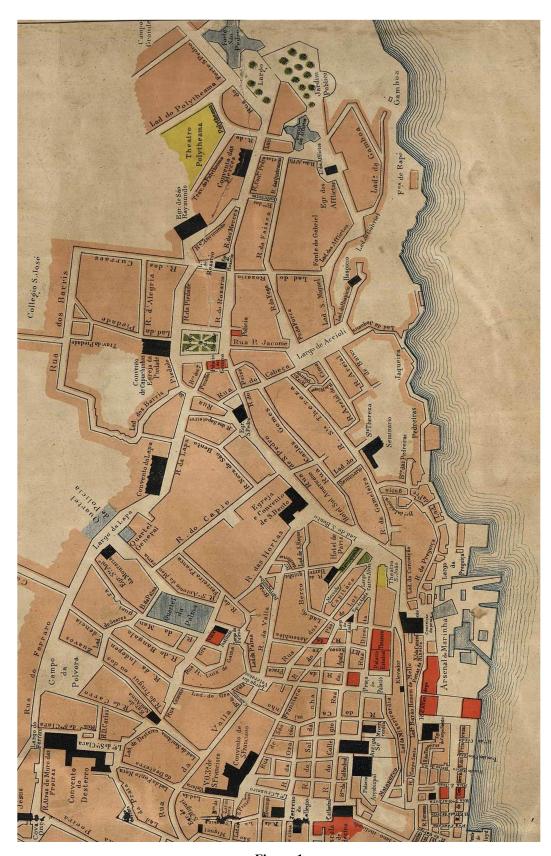


Figura 1
Fragmento da Planta da Cidade de Salvador, de 1894, organizada pelo engenheiro espanhol Adolfo Morales de Los Rios. Disponível no acervo online da Biblioteca Nacional<sup>57</sup>.

<sup>57</sup>Disponível em: <a href="http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\_digital/div\_cartografia/cart530889/cart530889.html">http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\_digital/div\_cartografia/cart530889/cart530889.html</a>

Era nas ruas do centro da capital baiana onde desfilavam os principais clubes que atraíam o grande público, vindos de outras partes da cidade e também de cidades próximas. O que não quer dizer que não havia festas em distritos mais distantes. Em 1901, por exemplo, na povoação de Periperi foram organizados préstitos, que segundo o *Jornal de Notícias*, foi realizado com "brilhantismo e ordem", "dignos de elogio". O elogio parecia mais contundente por aquela ser uma localidade mais afastada da área central, portanto mais longe do controle das autoridades. É flagrante na imprensa a ideia de ordem sendo utilizada como forma de classificar e hierarquizar as manifestações carnavalescas. Normalmente, mas não exclusivamente, os clubes e grupos que se encaixavam nesse perfil ordeiro eram aqueles que se aproximavam dos formatos idealizados pelos projetos das elites locais, de um Carnaval europeizado e distante das práticas negras.

Segundo o censo de 1890, que mesmo impreciso nos fornece dados importantes sobre população baiana, a cidade de Salvador tinha 144.959 habitantes em onze paroquias. Os distritos que compunham o centro da cidade eram os de maior concentração populacional, a freguesia da Sé, por exemplo, era a terceira mais populosa de Salvador com 20.550 habitantes, enquanto a freguesia de São Pedro sendo a quarta mais populosa, também continha pouco mais de 20 mil habitantes. As freguesias de Santana e Santo Antônio Além do Carmo ocupavam os primeiros lugares com relação ao contingente populacional, cada uma com 24.417 e 22.593 pessoas, respectivamente. Já a população da Vitória concentrava 15.865 mil habitantes. <sup>59</sup> Para Kátia M. de Queirós Mattoso, levando em consideração a participação das freguesias no total da população da cidade em comparação ao censo de 1872, não houve alterações percentuais, sendo assim, podemos supor que nos anos imediatos após a abolição houve pouca movimentação populacional nas freguesias da cidade. Portanto, tomando os números apresentados pelo censo 1872, diante de uma população "de cor" numerosa - cerca de 68,9% - até mesmo nas freguesias que habitavam famílias mais abastadas, como a Sé, São Pedro e Vitória havia um número de não brancos – grupo variado, com diferenças sociais percentualmente mais altos que de brancos.<sup>60</sup>

Além da concentração populacional, nessas freguesias estavam os centros comerciais da cidade, desde o século XVIII. Segundo Eloísa Petti Pinheiro, houve em Salvador a concentração de funções nos distritos centrais, que se deu diante das dificuldades de deslocamento entre os pontos da cidade. Houve então a formação de um centro único que

<sup>58</sup> *Jornal de Notícias*. 22 de fevereiro de 1901.

<sup>60</sup> Idem. p.123-125.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup>MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império.* Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1992,p.111-114.

concentrava as atividades comerciais e os transportes, situação que segundo autora, só foi modificada na segunda metade do século XX.<sup>61</sup>

Eloísa Petti Pinheiro aponta, que entre meados do século XVIII e os anos finais do XIX, há uma expansão da cidade em direção ao norte e ao sul, que acarreta a formação de novos bairros, os quais são beneficiados também por transportes. Para a primeira metade do século XIX, há um crescimento da cidade baixa, com áreas aterradas. Eram, portanto, três os vetores de expansão da cidade, sendo a mais importante o advindo da canalização do rio das Tripas, que possibilitou a expansão da cidade por áreas pantanosas, e a abertura da Rua da Vala, que facilitou a ligação do centro com pontos periféricos. Os outros dois vetores são: do Campo Grande em direção ao Rio Vermelho e da Rua da Vala, também na direção ao Rio Vermelho. Houve, portanto, a incorporação de alguns núcleos de povoamento dispersos nesse período.

Antônio Vianna, memorialista da primeira metade do século XX, ao remontar os carnavais de sua infância e juventude lembra-se da concorrência do distrito da Sé nos dias de carnaval, que segundo ele era "a mais afamada, pelo cômico das caras comuns aos frequentadores das ruas suspeitas." Para as ruas do centro confluíam foliões vindos de outras regiões, inclusive fora da capital. Em *Quintal de Nagô e outras Crônicas*, Vianna acentua esses aspectos do carnaval soteropolitano, que fora estimulado pela imprensa: "enchiam-no as chegadas de gentes de toda parte atraídas pela propaganda intensa dos jornais e dos caixeiros-viajantes, consumados divulgadores do que prometia em alegrias inéditas." <sup>63</sup>

Vianna viveu entre os anos de 1883 e 1952, em tom nostálgico e de valorização do passado, relembra em seus textos as festas da sua infância e juventude e outras questões sobre a Primeira República. Vale ressaltar que Vianna foi um memorialista atento às dinâmicas festivas da cidade. Como aponta Albuquerque, em relação à interpretação feita por Vianna dos festejos do Dois de Julho, ele se mostrou preocupado com um projeto moralizador e com as concepções de civismo e civilidade. Segundo a autora, Vianna sugeria que era preciso ensinar "o povo a ser povo", isso incluía os modos de festejar.

As movimentações de pessoas vindas de pontos não centrais e de outras cidades para o Carnaval se revelam também nas mudanças de horários e intensificação dos transportes. As empresas responsáveis tinham que aumentar os números de suas viagens para dar conta da

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup>PINHEIRO, Eloísa Petti. Intervenções na Freguesia da Sé (1850-1920). In:NASCIMENTO, Jaime. GAMA, Hugo (orgs.). *A urbanização de Salvador em três tempos — Colônia, Império e República. Textos críticos de História Urbana*. V.1, Salvador: IGHB, 2011. p.136-138.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup>VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Publicações do Museu do Estado, nº10, 1950. p.52.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup>"A semana do Carnaval". Em: VIANNA, Antônio. Quintal de Nagô e outras Crônicas. *Centro de Estudos Baianos*, 1979. p.19.

grande quantidade de pessoas que se encaminhavam para os distritos centrais. O *Jornal de Notícias*, em fevereiro de 1896, elogiava os serviços de uma das companhias responsáveis pelos bondes, a *Transportes Urbanos* e *Linha Circular*, por as constantes viagens e números de veículos, mesmo diante do trânsito complicado, consequência da aglomeração de pessoas desde a Praça Castro Alves até o Campo Grande.<sup>64</sup> Entretanto, outras notas revelam uma insatisfação aos serviços prestados, sendo ele insuficiente para atender satisfatoriamente o grande público do Carnaval:

Os bondes – bem insuficiente ainda é entre nós o serviço de bonde nos dias justamente em que a população precisa comodamente transporta-se de um ou mais pontos.

Basta dizer-se que , em dias como os de Carnaval, as companhias de bondes desta capital, exceto a *Carris Electricos*, não prorrogaram o seu serviço, terminando-o justamente a hora dos horários ordinários.<sup>65</sup>

As reclamações se referiam, principalmente, à falta de transporte à noite, sendo fretar bondes especiais a solução para aqueles que poderiam arcar com este custo. A companhia *Estrada de ferro da Bahia ao São Francisco* também anunciava a partida de trem especial das cidades do interior, especialmente as do Recôncavo, para o "Carnaval da Bahia". Essas notas nos confirmam sobre o grande alcance e movimentação das festas de Carnaval no Centro de Salvador.

#### As comissões carnavalescas

O texto do desembargador, José Antônio da Rocha Vianna, em 1880, colocou como um dos pontos chaves para a construção do carnaval "civilizado" na cidade de Salvador, a formação de uma comissão, segundo ele, "composta de cidadãos que representam todas as freguesias da capital, a fim de promover tais divertimentos e fiscalizá-los com o auxilio das autoridades locais." <sup>68</sup> Essa formação se realizou com a ajuda dos secretários e subdelegados das freguesias. Deste modo, autoridades policiais escolhiam aqueles que acreditavam como "cidadãos" para auxiliá-los no combate aos dias de "barbárie" e "atraso" que os jogos do entrudo representavam.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup>Jornal de Notícias, 19 fevereiro de 1896.

<sup>65</sup> Jornal de notícias. 28 de fevereiro de 1900.

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup>Jornal de notícias. 15 de fevereiro de 1899.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup>Diário da Bahia. 16 de fevereiro de 1890.

<sup>68 &</sup>quot;O entrudo". Jornal de notícias. 26 de fevereiro de 1897

Durante os anos de 1890 e 1910, não se trataria mais de apenas uma comissão para a cidade, e sim de uma para cada freguesia onde ocorriam os maiores festejos. Ao compararmos as comissões, das primeiras décadas da República, percebemos que os números de comissões oficiais foram aumentando com o passar dos anos e sendo subdividas, chegando a ter, em 1900, comissões específicas para determinadas ruas. Normalmente entre os meses de janeiro e fevereiro, os jornais anunciavam as comissões carnavalescas distritais da cidade. Nomeadas pelo chefe de polícia ou de segurança pública, as comissões eram encarregadas das organizações dos festejos nos bairros, sendo de sua competência as decorações das ruas e promoções de festas nos largos com bandas e bailes. Isso informa sobre uma maior organização da festa.

Entretanto, perceberemos que essas comissões nomeadas pela polícia incluíram homens com projetos heterogêneos para o carnaval e para a sociedade. Além disso, elas não eram cobradas para fiscalizar a festa, ou melhor, esse não era o principal papel das comissões, defendia-se que todos deviam prezar por um carnaval civilizado, obviamente, seguindo os planos daqueles que se colocavam como condutores. Entretanto, a atuação das comissões nas ruas ainda aparecerá como importante modo de inibir ou contrapor os modos de festejar "inadequados", seus trabalhos também passavam pelo crivo dos jornalistas. E, à medida que as práticas relacionadas ao entrudo foram enfraquecendo – mesmo não desaparecendo por completo –, as manifestações festivas a serem combatidas se tornaram outras. Pensar sobre a formação dessas comissões, suas composições e transformações é também analisar a quem era dado o direito oficial de construir o carnaval, o que, conjuntamente com o analisado nos outros capítulos, nos permitirá refletir sobre as disputas em torno da cidadania.

Ao selecionarmos nas listas das comissões, entre os anos de 1890 a 1910, os nomes que aparecem repetidas vezes nas listas nomeadas pelo chefe de polícia com o auxílio dos delegados e subdelegados, percebemos que com certa constância se tratavam de pessoas conhecidas nos distritos aos quais estavam relacionados e exerciam um papel economicamente e/ou socialmente destacado. Em 1892, Joaquim Simões Daltro e Silva – o então chefe de polícia interino – teve a sua reunião com "os cidadãos influentes das paroquias da capital" anunciada no jornal, para "deliberar a respeito do carnaval". 69

Através das designações que antecedem os nomes, percebemos a presença de professores, capitães, tenentes, coronéis, comendadores, doutores etc. Os trabalhadores identificados eram aqueles qualificados, conhecidos operários ou artesãos, que circulavam

-

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> Jornal de Notícias. 13 de fevereiro de 1893.

com maior facilidade entre os espaços socialmente privilegiados. Relacionaremos alguns nomes que nos ajudarão a entender a quem estava tutelado o carnaval das ruas dos principais distritos de Salvador.

Ao comparamos as listas de juízes de paz dos anos de 1899 e 1903, presentes nas edições do *Almanak do Estado Bahia*, com os listados nas comissões carnavalescas, é facilmente encontrado nomes de alguns juízes de paz nas comissões dos respectivos distritos onde atuavam. Os juízes de paz na Bahia, durante a República, tinham mandatos de quatro anos, com jurisdição nos distritos em que eram eleitos. Representavam a primeira instância da esfera judicial, uma de suas competências, por exemplo, eram os julgamentos de infrações de posturas e regulamentos municipais. <sup>70</sup>Aldrin Castellucci ressalta que, para além do que era de direito, eles ainda exerciam um papel importante nas eleições e no jogo político, tanto que os partidos se mobilizavam para eleger seus candidatos para a Justiça de Paz. <sup>71</sup> Por isso, encontrá-los entre as comissões confirma que estas apresentavam em suas composições, pessoas com certa posição ou reconhecimento social.

Antonio Bento Guimarães foi um dos que encontramos em ambas as listas. Nas comissões carnavalescas do distrito de Mares esteve presente nos anos de 1892, 1898, 1899 e 1904. No *Almanak do Estado da Bahia* ele estava entre os listados da Justiça de Paz do Município da capital nos anos de 1899 e 1903, no mesmo distrito. A atuação política de Antonio Bento, no distrito de Mares, se construiu ainda em tempos imperiais. Em 1876, estava listado entre os "cidadãos qualificados, aptos para votar e serem votados na Paroquia de Nossa senhora dos Mares". Em sua descrição feita pela Junta Municipal lia-se: "160 Antonio Bento Guimarães, 26 anos, solteiro, carapina, sabe ler e escrever, filho de Polvearpa Maria da Guia, renda presumida 600\$; elegível." No mesmo ano foi indicado para o cargo de juiz de paz pela *Chapa popular de artistas da freguesia dos Mares*. Entre as disputas de liberais e conservadores, essa chapa se declarava independente, "não hasteamos bandeira", diziam, estavam apenas em favor dos interesses da classe. Com 109 votos, Antonio Bento foi eleito como suplente e nos anos seguintes o encontramos participando das eleições das juntas paroquias de qualificação e a compondo em 1878, como mesário. Essas juntas tinham papel

-

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup>CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república*. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2008. P. 40 <sup>71</sup>Idem. p.41-42.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup>O Monitor. 20 de agosto de 1876.p.2. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 26 de julho de 2017. <sup>73</sup>Idem. p3.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup>O Monitor. 30 de setembro de 1876.p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup>O Monitor. 06 de outubro1876.p.3. Correio da Bahia. 22 de junho de 1878. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 26 de julho de 2017.

crucial na politica eleitoral, por estar nas mãos de seus componentes o julgamento de quem estava apto a votar e a ser votado.<sup>76</sup>

A atuação de Antonio Bento no distrito de Mares, durante a Primeira República, continuou ligada a classe operária e artística, compondo o *Partido Operário da Bahia* e depois do Centro Operário da Bahia.<sup>77</sup> Participou das juntas paroquiais dessas organizações, e foi em nome no Centro Operário, candidato e eleito para o cargo de Juiz de Paz em 1899 e 1903.<sup>78</sup> Além disso, ele continuou presente nas listas das mesas eleitorais, como a publicada no ano de 1892, pelo *Pequeno Jornal*.<sup>79</sup>

Antonio Bento Guimarães, negro<sup>80</sup>, foi mestre carpinteiro e teve uma oficina de carpintaria. Articulado politicamente com a classe "artística e operária" desde as últimas décadas do século XIX, ele esteve presente também em sociedades beneficentes, como a *Sociedade Bolsa de Caridade*, onde ocupou cargo de presidente do diretório, em 1899; e na *Sociedade beneficente União das Classes* onde foi vice-presidente, no mesmo ano.<sup>81</sup> Certamente foi uma figura reconhecida entre a classe operária, principalmente no distrito que residiu e atuou como juiz de paz, Mares. Era ele um dos cidadãos qualificados a organizar os festejos carnavalescos das ruas de Salvador, experiência que compartilhou com outros trabalhadores qualificados como ele.

Marcos do Rego Gomes, residente do distrito do Pilar, também esteve presente nas rodas da política e em cargos oficiais desde as ultimas décadas do Império, sobre o qual encontramos registros como suplente nas juntas paroquiais<sup>82</sup>, como suplente de juiz de paz<sup>83</sup> e também como alferes da Guarda Nacional<sup>84</sup>. Nas primeiras décadas da república continuou a exercer funções na organização eleitoral, participando das juntas de alistamento do Pilar e ocupando o cargo de Juiz de Paz.<sup>85</sup>

76

<sup>77</sup>CASTELLUCCI. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. p.103

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup>Sobre como foi montado os aparatos eleitorais durante o Império, assim como as mudanças diante de novas leis e após a proclamação da República, ver: CASTELLUCCI. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. p.21-43

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup>Idem. p203-233. Como participante da comissão paroquial do Partido operário: *O Pequeno Jornal*. 21 de janeiro de 1891.p2. Posse do exercício de juiz de paz dos Mares: *Cidade do Salvador*. 26 de agosto de 1898.p1. Lista da Justiça de Paz do ano de 1903: *Almanak do Estado da Bahia: administrativo, indicador, noticioso, commercial e literário*. Ano de 1903. p.357Disponíveis em: <memoria.bn.br>. Acessados em: 26 de julho de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup>Pequeno Jornal. 11 de maio de 1892. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 26 de julho de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup>Segundo Castellucci, Antonio Bento Guimarães era classificado como homem. Mestiço. CASTELLUCCI. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. p.103

<sup>81</sup> Almanak do Estado da Bahia. Ano 1899. p.440 e 441

<sup>&</sup>lt;sup>82</sup>O monitor. 22 de junho de 1878, p1. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 28de julho de 2017.

<sup>83</sup>*O monitor*. 09 de julho de 1880, p.1.

<sup>84</sup>O monitor. 15 de novembro de 1879, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup>Pequeno Jornal. 20 de junho de 1892, p2; O Pequeno Jornal.03 de setembro de 1892. p.; Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1903, p.351. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 28de julho de 2017

Além de oficial da Guarda Nacional e Juiz de Paz do Pilar, Marcos Gomes também era reconhecido por suas atividades como empresário. No *Almanak do Estado da Bahia*, dos anos de 1898 e 1899, são registrados dois trapiches no Pilar e uma oficina de carros<sup>86</sup> em seu nome e no início de tal década foi de sua competência outro tipo de organização em relação à Salvador, sua empresa foi responsável pelo asseio da capital.<sup>87</sup> Com posses e cargos, ocupando posição social certamente privilegiada, Marcos Gomes parecia bem relacionado com a imprensa, ao menos com os jornalistas do *Pequeno Jornal*, que saiu em sua defesa quando sua empresa foi multada pelo conselho municipal. O jornal argumentava que nunca se viu a cidade tão limpa<sup>88</sup>. Em artigo assinado por Espiridião Souza, publicado no mesmo jornal, ele é descrito como "laborioso e honrado cidadão". <sup>89</sup>

O encontramos como um dos componentes das comissões carnavalescas do distrito de Pilar em registros que datam dos últimos anos da década de 1890, mais especificamente os anos de 1896, 1898 e 1899. Mas sua participação no carnaval não se encerrava nas comissões, no ano de 1904, seu nome aparece na extensa lista de sócios protetores do *Clube Carnavalesco Fantoches da Euterpe*, publicada juntamente com a nova diretoria recém-eleita para as preparações do carnaval de 1905. 91

Entre os sócios protetores também estavam mais dois personagens da cena política e da elite intelectual baiana, os médicos Satyro Oliveira Dias e Antônio Pacífico Pereira. Figuras com destaque na administração dos governos estaduais, os "doutores" fizeram parte das comissões dos distritos que residiam.

Satyro Dias foi político atuante desde as últimas décadas dos XIX, foi um dos tipos políticos que, antes monarquistas, souberam se enquadrar à nova ordem, quando abolida a escravidão e proclamada a República. Satyro Dias integrou o Partido Liberal na década de 1870, quando este estava em ascensão na política local. Em 1879 foi nomeado para a Secretaria do Governo<sup>93</sup>, deixando o cargo no ano seguinte para presidir o governo do Amazonas, nomeado por carta imperial, foi também presidente das províncias do Rio Grande

<sup>86</sup>Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p487; Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1899.p.564.

<sup>87</sup> Pequeno Jornal. 07 de maio de 1890, p.2. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 28de julho de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup>Pequeno Jornal. 09 de agosto de 1890, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup>Pequeno Jornal. 31 de outubro de 1890, p.2.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> Jornal de Notícias. 07 de fevereiro de 1896; Jornal de Notícias. 14 de fevereiro de 1898, p.1; Jornal de Notícia. 11 de fevereiro de 1899.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup>Correio do Brasil. 08 de março de 1904, p2.Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado pela última vez em: 28de julho de 2017

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup>Relatório dos trabalhos do Conselho Interino. Ano de 1880, p.98. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acessado em: 01 de agosto de 2017

do Norte e do Ceará. <sup>94</sup> Nesta última, durante sua gestão foi abolida a escravidão, fruto das tensões sociais, da pressão popular e dos movimentos abolicionistas no estado. O advento da República não trouxe prejuízos políticos ao médico, ao contrário, manteve-se nos espaços da administração política local e nacional. Exemplo maior disso foi sua participação na comissão central dos festejos de 1º aniversário da República. <sup>95</sup> Foi ainda eleito deputado estadual, participando da Assembleia Constituinte da Bahia, em 1891, chegando inclusive a presidi-la.

Até 1896, Satyro Dias ocupou o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública na Bahia, o qual assumiu antes mesmo da proclamação, em 4 julho de 1889, segundo Antonietta de Aguiar Nunes. <sup>96</sup> Tendo assumido no mesmo ano, durante o governo de Luiz Vianna, a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. <sup>97</sup> As reformas da Instrução Pública foram a principal pauta de sua atuação política nas primeiras décadas do governo republicano.

Vale ressaltar o que essas reformas significavam naquele contexto. Historiadores da educação apontam ausência de planos de educação para a população pobre, composta principalmente por negros, livres e libertos desde o desmonte escravista. A educação formal, juntamente com a repressão policial, se tornou uma das medidas disciplinadoras de uma classe, cada vez mais, considerada perigosa, os egressos do cativeiro. 8 Ian Andrade Cavalcante aponta a instrução pública primária como um dos mecanismos para a manutenção das hierarquias escravistas no pós-abolição. Segundo o autor, "o aparato estatal se utilizou da instrução pública primária como mecanismo de sujeição social. 9 Os cargos ocupados por Satyro Dias colocavam-no no cerne de tais questões no estado da Bahia, desde o fim do império, sendo intensificadas com o advento do governo republicano, que buscou captar pra si a ideia da construção de uma sociedade "civilizada". A elite buscava tutelar a população pobre e negra, que classificavam como dadas à vadiagem, como forma de ordenar o trabalho livre ao seu benefício, mas também de controlar as práticas culturais pobres e negras.

Satyro Dias ainda ocupou o cargo de vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, por anos. <sup>101</sup> Lembrando que durante os primeiros anos da república, o instituto representava o espaço da intelectualidade local. Wlamyra Albuquerque argumenta que "de

<sup>97</sup> NUNES. Op. Cit.; *Almanak do Estado da Bahia*. Ano de 1898, p.177; *Almanak do Estado da Bahia*. Ano de 1899, p.177.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> NUNES, Antonietta de Aguiar. "A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias." In: *Gestão em Ação*, Salvador, v.4, n.2, p.33-47, jul./dez. 2001, p.33-47.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup>Pequeno Jornal. 07 de novembro de 1890, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> NUNES. Op. Cit.

<sup>98</sup>CHALHOUB, Sidney. "Classes perigosas." In: Revista Trabalhadores, n. 6, p. 5-22, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> CAVALCANTE, Ian Andrade. "Cultura escolar e cultura urbana na Salvador do pós-abolição, 1888-1906." In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 67, mar2016, p.68-92.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p.331; Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1903, p.487

dentro do instituto e legitimada pelo discurso científico, a elite letrada se auto-representava como apta para identificar os impasses e anunciar os caminhos a serem seguidos pela sociedade." Por essas funções que exerce e pelo papel social que representa, a presença de Satyro Dias nos revela sobre as pretensões da elite política e intelectual acerca dos festejos carnavalescos.

Já Antônio Pacífico Pereira, residente do Campo Grande, estava em, pelo menos, cinco comissões listadas para o distrito da Victoria entre 1892 e 1905, sendo que em 1898 fez parte da comissão central, criada em alguns anos.<sup>103</sup>

Médico e professor reconhecido, Pacífico Pereira ocupou a cadeira de histologia da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. Ocupou também cargos onde se envolveu diretamente com a saúde pública da cidade. Em 1899, foi membro do Conselho geral de Saúde Pública e em 1903 foi inspetor geral na Inspetoria de Higiene e membro do Conselho geral sanitário. Colega de Nina Rodrigues, este que foi expoente do racismo científico e defensor da medicina legal, Pacífico Pereira era um dos nomes que debatiam sobre a reforma sanitária na Bahia. Esteve entre os membros de um grupo de médicos baianos que fundaram a *Gazeta Médica da Bahia*, em 1866, com publicações mensais. Tal revista tornouse uma das mais importantes sobre os estudos das ciências em nível nacional, e Pacífico Pereira dedicou-se por 50 anos à frente de sua direção.

\_

<sup>102</sup>ALBUQUERQUE. *Algazarra nas Ruas*.p.31-32.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Jornal de notícias. 22 de fevereiro de 1892. p,1; Jornal de Notícias. 3 de janeiro de 1893.p1; Jornal de notícias. 14 de fevereiro de 1898; Jornal de Notícias. 06 de fevereiro de 1904; Jornal de Notícias. 23 de fevereiro de 1905.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup>SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Poder, ideologia e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (orgs.)*Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.p.267



Figura 2
Antonio Pacífico Pereira
Fonte: A Notícia. 26 de novembro de 1914

Como aponta Lilia Moritz Schwarcz, houve uma guinada nas escolas de medicinas na década de 1870, quando a "missão higienista" foi ainda mais exaltada pela classe médica, diante das inúmeras epidemias existentes naquele período. Criou-se então a imagem do "médico missionário", a quem cabia orientar a sociedade pelas leis do progresso através da ciência. A Medicina foi apontada como tutora da sociedade e entre seus principais focos estavam a cura para a degeneração da nossa sociedade, vista como o resultado do processo de miscigenação. Suas práticas foram divulgadas através da imprensa médica, que sofreu um crescimento em meados do XIX, mas também pelos jornais da grande imprensa. 105

A questão racial fez parte dos debates na Gazeta Médica da Bahia. Schwarz, ao remontar a trajetória temática da revista, revela um número elevado de publicações nas quais a higiene pública é o principal tema. A higiene, encarada "como forma revolucionária de atuação na coletividade", estava intimamente ligada a ideia de saneamento, que por sua vez deveria ser conduzida por médicos através de grandes projetos públicos. Esses projetos buscavam a disciplina dos espaços públicos, e Pacífico Pereira era uma das vozes que defendiam a higiene como exigência de uma civilização. Mas, segundo a autora, somente em meados dos anos 1880 a classe médica baiana dedicou-se à pesquisa sobre a higiene pública,

1

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup>SHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.14ª ed. São Paulo:Companhia das Letras, 1993. p.256-260

ao mesmo passo que estabeleceram vínculo entre as doenças e as raças. Se desde o século XVIII, a concepção de nação era pensada em termos raciais, àquela altura dos oitocentos, mestiçagem e degeneração social eram tratados como aspectos intrínsecos, sendo o darwinismo social a base teórica para tais estudos. Nina Rodrigues, cientista já conhecido por suas pesquisas sobre grupos africanos no Brasil, expoente do racismo científico e defensor da medicina legal foi autor de diversas publicações da *Gazeta Médica*. <sup>106</sup>

Portanto, é significativo pensar a participação de pessoas como o médico Antônio Pacífico Pereira na organização do Carnaval, justamente uma figura apontada como um dos defensores da higiene pública na Bahia e que ocupou cargos diretamente ligados aos tais exercícios. Se em tais moldes a higiene pública e o controle dos usos dos espaços públicos estavam interligados, ao carnaval também cabia a higienização, seja no combate ao entrudo e a proliferação de doenças a ele associadas, seja em termos raciais, na presença das manifestações negras incivilizadas ou das próprias figuras "degeneradas", dadas à vadiagem e ao crime.

No segundo Carnaval sob o céu republicano, um dos nomes indicados para a comissão carnavalesca central foi Luiz Tarquínio. Fundador da mais importante indústria têxtil de Salvador, o influente industrial era símbolo de modernidade e prosperidade econômica. Albuquerque já apontou como a presença de Tarquínio era simbólica, ao tratar do destaque dado a ele em um desfile das comemorações do dois de julho em 1900. Em uma sociedade em que a elite buscava formas de diferenciação econômica, social e cultural, os festejos nas ruas se tornaram lugar de divulgação de uma cultura urbana desejada, onde a elite buscava a diferenciação socioeconômica de uma população pobre e negra. Por isso, a presença de uma figura como Luiz Tarquínio ganhava tamanha importância. 107

O que se ansiava das comissões carnavalescas, no fim do XIX e início do XX, era justamente a exposição de uma festa digna das mudanças políticas. Esperava-se das comissões os embandeiramentos das ruas, a organização de coretos onde pudessem ser apreciadas as bandas e uma boa iluminação. Para a imprensa, ao tomar notas sobre a organização das ruas, esses pontos eram os que garantiam o brilhantismo das festas nos distritos. No ano de 1891, aparentemente a atuação das comissões deixou a desejar, ao menos para o colunista do *Jornal de Notícias*:

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup>Idem. p.260- 286.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup>ALBUQUERQUE, *Algazarra nas ruas*. p.62-63

Não oferecem o aspecto dos anos anteriores as praças e ruas principais das freguesias mais procuradas desta capital.

As comissões paroquiais não empenharam-se desta vez em promover essas ornamentações poucos custosos e que tanto embelezam e agradam a vista do transeunte .  $^{108}$ 

Quando se deu a formação das comissões carnavalescas, com a instauração do carnaval oficial na década de 1880, tratava-se justamente de um momento em que as forças policiais do estado passavam por mudanças em sua estrutura, buscando a "moralização" destas, principalmente após a abolição, na tentativa da manutenção da ordem. Discutiremos melhor essa questão e como ela refletiu na repressão a certas manifestações carnavalescas em um próximo capítulo, quando trataremos da presença dos mascarados nas ruas.

O campo da História social é oportuno para discutirmos sobre o papel das comissões nas formas de controle das manifestações populares. O fato é que o Carnaval não estava apartado das tentativas de reordenamento social no pós-abolição. Portanto, quando um chefe de polícia estabelecia quem eram os cidadãos aptos a organizar o carnaval, também marcava quem não era e quais práticas não deveriam existir durante as manifestações carnavalescas. As construções dos discursos nos jornais corroboravam essa ideia. Com a descrição do ano de 1902, da organização das festas carnavalescas no Campo Grande pela comissão do distrito da Vitória, percebemos a ideia de contraposição colocada entre a construção deste carnaval oficial e familiar e as manifestações negras:

Campo Grande – Esse vasto parque, também sem uma flâmula, porque as comissões nomeadas pela polícia deram tanta importância a incumbência, como aquela deu ás nossas repetidas reclamações sobre a saída dos batuques, teve uma concorrência enorme, os bondes cruzavam-no, sempre cheios de senhoras e cavalheiros, sendo poucos para o movimento das ruas. 110

No ano de 1902, o carnaval das ruas já não era o mesmo daquele primeiro ano da República. A afluência de clubes carnavalescos que se intitulavam africanos desde que começaram a sair – de maneira oficial – nos anos 1890 com a *Embaixada Africana*, se multiplicara. Os proibidos batuques que ganhavam as ruas nos dias de carnaval e aqueles clubes africanizados considerados "inadequados" passaram a ser alvo das críticas. Quando foi criticada a falta de esmero da comissão responsável pelo Campo Grande, ao mesmo tempo,

MATA, Iacy Maia. Os Treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Dissertação Mestrado. Salvador: PPGH, UFBa, 2002. P.43-104

-

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> Jornal de Notícias. 09 de fevereiro de 1901.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup>Jornal de Notícias. 12 de fevereiro de 1902.

colocou-se em oposição aquilo que sobrava, os "batuques", sobre os quais a polícia, que nomeara a comissão "descuidada", não conseguia agir de maneira efetiva contra suas saídas. Ou seja, o abandono por parte das comissões de suas funções na organização, juntamente com a falta de repressão policial, significava para a imprensa a entrega do carnaval às manifestações indesejadas. O que marcava mais uma vez a relevância, para a imprensa e para as autoridades, das comissões para a construção de um carnaval idealizado. As festas "ordenadas" e "bem ornamentadas" nas ruas, organizadas por "cidadãos", ainda escolhidos oficialmente pela polícia, continuava a ser o contraponto às "barbáries", onde nesse momento, também incluíam os "africanismos".

Entretanto, seria errôneo concluir que os componentes das comissões formassem um grupo homogêneo, que compartilhavam os mesmos espaços e projetos para aquela sociedade. Se eles tinham em comum o reconhecimento social, que os tornavam "qualificados" para organização de festas populares como o carnaval, também é verdade que encontramos homens com experiências e ideais diferentes, não só sobre os dias de carnaval, mas relativos também a outras questões daquela sociedade em plena efervescência de pensamentos e teorias. Lançaremos olhar sobre outros nomes, que nos trazem outras perspectivas, se não em relação aos projetos acerca do festejar carnavalesco, ao menos em relação às diferentes experiências de atuação social.

Se Satyro Dias, dirigente da instrução pública do estado, formava as comissões também estava presente outro segmento interessado nas reformas da instrução, o professorado baiano. Esta classe nem sempre concordava com as medidas tomadas pela administração pública sobre o ensino, mas foi parte integrante e atuante na defesa da educação da população pobre.

Um dos nomes reconhecidos dessa classe foi Cincinato Ricardo Pereira de Franca, que compôs a comissão carnavalesca do distrito da Penha, nos anos de 1904 e 1905. 111 Cincinato Franca era um "homem de cor", advindo das classes pobres e atuante abolicionista em Cachoeira, foi um dos associados à *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, escreveu artigos para imprensa abolicionista da cidade, atacando a escravidão e o atraso que ela representava. Segundo, Jacó dos Santos Souza, Cincinato "adotou a instrução como divisa na luta contra a escravidão", chegando a abrir turmas de ensino gratuito para livres e escravos em 1888. 112 Tendo sido promovido e transferido por Satyro Dias para o distrito da Penha em Salvador, no

<sup>111</sup> Jornal de Notícias. 06 de fevereiro de 1904; Jornal de Notícias. 23 de fevereiro de 1905.

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup>SOUZA, Jacó dos Santos. Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887- 1889). UNEB. Dissertação de mestrado. 2010, p50-51.

ano de 1891.<sup>113</sup> Continuou a exercer suas funções voltadas para a escolarização de meninos em tal distrito, o qual era habitado, principalmente por uma população de trabalhadores pobres e negros. Como sugere Cavalcante, ele tornou-se bem quisto naquela região e um agente importante para a instrução primária do município, sendo as suas turmas as mais numerosas quando se tratava dos alunos formados no ensino primário.<sup>114</sup>



Figura 3

Professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca
Fonte: Edição da Livraria Econômica, Bahia, 1914.

Apud: SOUZA, Jacó dos Santos. Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889). UNEB. Dissertação de mestrado. 2010, p.53

Retornando ao ano de 1902, duas figuras reconhecidas faziam parte da lista de nomeados para as comissões de Santana e Brotas, eram eles: Ismael Ribeiro e Manuel Quirino, respectivamente. Homens negros, que usufruíam de prestígio social desde a luta abolicionista, também tiveram interessante trajetória no período republicano, principalmente nas lutas operárias; fizeram parte de um grupo que almejava uma República onde haveria espaços para a participação política e a defesa dos direitos de classe. 115 Como dito no início

<sup>115</sup>SANTOS, Thiago Alberto Alves dos Santos. *A liberdade e outras ilusões: a militância de Ismael Ribeiro dos Santos (1880-1912)*. Dissertação de Mestrado, PPGH, UFBa, 2015. p.52.

.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup>CAVALCANTE, Ian Andrade. "A Athenas Brasileira no pós-abolição: experiências na escolarização pública primária." In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 67, jun. 2016, p.32-56.

deste tópico, Antonio Bento Guimarães compartilhou com outros companheiros da luta operária a experiência de compor parte da organização do Carnaval.

Thiago Alberto Alves dos Santos, ao trabalhar a trajetória de Ismael Ribeiro, nos revela uma interessante e ativa participação deste personagem desde o fim do império até o decorrer da Primeira República. Ismael foi escravo, abolicionista, possivelmente participou do movimento republicano e se tornou liderança operária onde atuou ativamente, chegando a ocupar a presidência do Centro Operário da Bahia. Antes dessa que foi a principal organização operária do período, Ismael Ribeiro fez parte de outras tentativas de organizações, como o Partido Operário Baiano, fundado em 1890. Segundo Santos, Ismael Ribeiro construiu uma rede de apadrinhamento que lhe garantiu benefícios em sua trajetória política e pessoal. O autor diz que as relações de cunho paternalista estabelecidas por Ismael, também estavam ligadas a sua experiência escrava, pois desde muito cedo "aprendeu as maneiras de obter benefícios para si e para suas causas, através das ligações constituídas com indivíduos enriquecidos." <sup>117</sup>

Ele contava com certo prestígio social e mantinha ligações com grandes chefes políticos locais, como Severino Vieira, e lideranças políticas e operárias de outros estados, ou seja, estava inserido numa articulação política e social. Portanto, quando foi convidado a compor a comissão do distrito de Santana, onde residia, Ismael era um dos líderes operários influentes no Centro Operário Baiano.

Manuel Raimundo Querino teve trajetória parecida e cruzada com a de Ismael. Negro, jornalista, professor e artista, Querino também participou da luta abolicionista, lutou pela República e, assim com Ismael Ribeiro, defendeu os direitos dos trabalhadores. Ele circulou em diferentes espaços – políticos, intelectuais e culturais –, construindo uma rede de relações que envolvia figuras importantes da sociedade baiana, entre eles Conselheiros Dantas. Manuel Querino, além de ser membro do Centro Operário da Bahia, ocupou cargos públicos: foi membro do Conselho Municipal em 1890 e 1897, exerceu cargos na Diretoria de Obras Públicas e na Secretária de Agricultura. Foi professor, jornalista, publicou livros e membro fundador do Instituto Geográfico Histórico da Bahia. 118

Em seus estudos Manuel Querino foi contra a corrente do racismo científico, pregado pelos médicos da escola de Medicina, na qual Pacífico Pereira era integrante, e onde Nina

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup>Idem. p.53-61.

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup>Idem. p.68

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup>GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: BACELAR, Jeferson. PEEREIRA, Claúdio. *Política, instituições e personagens da Bahia (1850 -1930)*. Salvador: EDUFBA;CEAO, 2013, p. 125-143.

Rodrigues era o mais conhecido expoente. Opôs-se a ideia de inferioridade de negros e mestiços, buscou valorizar os aspectos culturais negros, colocando como essenciais à formação brasileira e se afastado das afirmações relacionadas à biologia. Desiludido com a política republicana de abandono da população pobre, Querino se insurgia contra o projeto de nação que colocava o povo negro em uma situação inferiorizada, defendia que a degeneração social era resultado da falta de instrução dessa população, portanto, defendia a educação formal como forma de regeneração. 119 Ele buscou também valorizar a presença negra nas manifestações populares, no clube "africanizado" Pândegos D'África foi diretor, enquanto Nina Rodrigues defendia as manifestações de áfricas mais "toleráveis" como da Embaixada Africana.

Como aponta Albuquerque, os dois foram interlocutores nos debates acerca das representações negras no carnaval, eles "estavam em pontos distintos e equidistantes da mesma questão: qual a relevância e proveito da herança africana na sociedade brasileira?" Para ela, esses pontos de vistas foram "dramatizados durante os desfiles dos clubes carnavalescos negros". Segundo a autora, a presença dos *Pândegos D'África* para Nina era a exibição de uma África inculta, enquanto para Querino era a exibição de uma herança Nagô, nação em que buscava as origens da população negra local e declarava a sua admiração. 120

Querino residia em Matatu Grande, no distrito de Brotas, local marcado pela presenca de candomblés e de moradia de africanos. 121 Apenas a partir do ano de 1902 encontramos registros de comissões nomeadas pelo chefe de segurança pública para o distrito de Brotas. Com o decorrer dos anos, os números de comissões aumentaram e algumas regiões não tão centrais também escolheram nomes para organizar o carnaval. Possivelmente isso se deu devido ao crescimento populacional nessas áreas, já que naqueles anos a integração com povoamentos mais distantes tinha aumentado. Mas também pode ser reflexo do crescimento dos festejos nessas regiões, o que não é o mesmo que dizer que antes não houvesse manifestações nesses lugares. Entretanto, talvez seja uma evidência que demonstra como as autoridades passaram a enxergar a necessidade de mais controle e organização aos seus moldes também em espaços para além do centro da cidade, como os distritos de Brotas e Penha.

<sup>119</sup> REIS, Carlos Antonio dos. A reabilitação do negro e do mestiço na história do Brasil: Manuel Querino seu projeto de identidade nacional. In: NASCIMENTO, Jaime. HUGO, Gama. (orgs.) Personalidades Negras: *Trajetórias e Estratégias Políticas*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Quarteto, 2012. p.55-103. ABUQUERQUE. *Jogo da Dissimulação*. p.217-235.

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> Idem. p.212.

Tanto Ismael Ribeiro, quanto Manuel Querino foram homens negros letrados que circulavam em ambientes políticos e participavam dos seus jogos de poder, o que explica a presença deles entre os "cidadãos" das comissões. As redes de clientela, a articulação política, muitas vezes era o caminho para homens negros alcançarem novos espaços e prestígio social, em um ambiente que tentava limitar a cidadania negra. Mas essas relações de tendência paternalista, não retiram das classes subalternas uma consciência dos interesses horizontais. 122 Suas presenças demonstram que o carnaval de Salvador, mesmo diante dos controles policiais e das regulamentações que tentavam delimitar as manifestações populares e negras, não era nas ruas o que era nos projetos idealizados pela imprensa e pela elite. As tentativas de um carnaval europeu e branco dividiam as ruas com um carnaval popular e negro, que resistia e se reconstruía.

É marcante a crescente participação de clubes que em suas designações remetem às classes de trabalhadores ou a uma herança africana, e que revelam como nesses espaços de manifestações culturais também estava incluído e de forma ativa o mundo do trabalho, as questões de classe e cor.

## Carnaval republicano

Em 15 de fevereiro de 1890, o clube Fantoches da Euterpe teve seu anúncio publicado nos jornais. O clube inicia sua proclamação exaltando a República:

> O deus Momo adheriu e nem podia deixar de fazer, quando todos adherem, quando todos se confessam republicanos desde berço.

> Elle quer- e eu proclamo como seu secretario especial- que homenagem á república, em homenagem á realisação dos sonhos que enchiam a alma brazileira, as festas do Carnaval sejam de esplendor nunca visto, cheio de brilhantes novidades, de hymnos novos [...]<sup>123</sup>

Era a declaração de um carnaval novo para um "um novo teatro nacional", fruto do "glorioso" 15 de novembro, quando a "espada do exército brasileiro" fez nascer uma "pátria nova".

Em seu desfile, entre banda de músicos caracterizados de russos, guarda de honra de príncipe de Galles, Vasco da Gama segurando o estandarte do clube e entre os carros, egípcio e romano, estava o carro alegórico intitulado "Federação", puxado por dois leões, com

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup>SANTOS. A liberdade e outras ilusões. p.70. Ver também: NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e História Social. In: *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004. p.29-30. <sup>123</sup> *Jornal de Notícias*. 15 de fevereiro de 1890.

meninas sentadas, onde "desfraldava a esperançosa bandeira da República Federal dos Estados Unidos do Brazil". O carro era uma homenagem ao governador do estado, Manuel Victorino.

Mas nem tão novo era o carnaval e nem tão gloriosa era aquela nova pátria, o carro que fechava o desfile dos *Fantoches da Euterpe* já demonstrava isso. O *Gargantua* era a figura que estava presente no fim, "um colosso, de largas guelas, sempre abertas, por onde sem descanso desapareciam pratos de comida" o carro, segundo a descrição do jornal, despertou o riso principalmente do "Zé-povo", "a quem a figura de *Gargantua*, sempre persegue e suga, seja em forma de impostos absurdos". <sup>124</sup> Os carros de ideia, que levavam às ruas os principais acontecimentos do ano e suas críticas, se tornariam cada vez mais comuns e números. Leonardo Affonso Miranda Pereira, analisando o carnaval carioca, aponta para as mudanças nas expressões carnavalescas das grandes sociedades na década a partir da década de 1880. O luxo característico das sociedades dos anos 1870 perdia espaço para as mulheres seminuas e para os carros de críticas políticas. <sup>125</sup>

Um dos clubes que naquele ano mais causou polêmica levava a crítica em seu nome, Os Críticos Independentes. Em 1890, o desfile desse clube era composto essencialmente pelos carros de ideias, em seu carro estandarte era representado um jardim, no qual se podia ver uma enorme rosa onde estava na figura de uma borboleta "umas das mais lindas flores do demi-monde". As mulheres seminuas portavam um estandarte que representavam "a crítica abatendo o luxo". O tal luxo que a crítica esmagava era representado pelos clubes, Cruz Vermelha e Fantoches da Euterpe. Os Críticos tinham como emblema a tesoura, a que tudo deveria cortar. Em seu desfile de carros, tudo era tema para crítica: os outros clubes, os jogos de azar, a política, figuras conhecidas e polêmicas etc. 129

Os *Críticos* pareciam não querer deixar nada que havia movimentado aqueles últimos tempos de fora de seus carros de ideias, e um deles levou a um conflito com autoridades policiais em frente ao Forte de São Pedro, que repercutiu durante todo o carnaval. No carro onde eram representados conhecidos jornalistas discutindo a questão das bandeiras

<sup>124</sup> Jornal de notícias. 1 de fevereiro de 1890

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> PEREIRA. O Carnaval das Letras, p.115-118

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> Jornal de notícias. 17 de fevereiro de 1890

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup>Brasil faz um breve debate sobre a presença feminina nos carnavais cariocas, onde demonstra que as mulheres apareciam nas sociedades carnavalescas normalmente de duas formas: como a representação da República e da liberdade ou como o objeto de desejo sexual. O autor conclui que as mulheres nos ano iniciais da república buscavam conquistar espaço na festa, na vida política e econômica do Rio de Janeiro. Ver: BRASIL, Eric. Paradoxos carnavalescos: a presença feminina em carnavais da Primeira República (1889-1910). In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, n.31.1, 2013.

<sup>128</sup> Jornal de Notícias. 19 de fevereiro de 1890

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Jornal de notícias. 17 de fevereiro de 1890

republicanas, havia entre eles um mascarado que representava o chefe de polícia interino do Estado. O segundo delegado, entendendo esta representação como desacato, deu ordem de prisão ao mascarado e obrigou-o a retirar a máscara, o clube opondo-se ao ato fez cortejo acompanhando o detido até o quartel, mas pouco depois o clube voltou a desfilar, pois o governador do estado havia ordenado a soltura do folião. 130

Dias depois, o clube publicou uma nota, onde agradecia o apoio recebido pelo público e imprensa, além de explicar o ocorrido e criticar a atitude policial. Em trecho dizia:

Tendo sido submetidas á apreciação do então chefe de policia interino, coronel Medeiros, as críticas que tínhamos de apresentar nos festejos do Carnaval, todas, a exceção de três, foram julgadas inofensivas, inclusive a da *questão das bandeiras*, nas qual tomaram parte o mesmo sr. Chefe de polícia e alguns jornalistas d'este estado. Quanto a crítica cumpre-nos dizer que declaramos ao senhor chefe de polícia que nelas haviam de figurar todos aqueles cidadãos.

E tendo o sr. Coronel Medeiros sido o primeiro a içar a bandeira republicana n'este estado, devia fatalmente figurar n'esta critica.

Acresce que indo á nossa *combuca* a terça –feira, ao meio-dia, os srs. Chefe de policia e dr. 2º delegado, pediram-nos que lhes mostrassem as máscaras, isto imediatamente fizemos, não sendo porém mostrada a que representava o chefe de polícia, por já ter ido com ela fantasia-se o sócio em sua casa.

Ás 2 horas, mais ou menos, desfilou o nosso préstito pela ladeira da Montanha até Campo Grande, debaixo das aclamações do publico que ria-se das nossas críticas. Chegando no Campo Grande apresentou-se o sr. Dr. 2 delegado e intimou bruscamente o sócio que apresentava a referida critica para tirar a mascara, sob pena de ser prezo; na rua não tiraria e o que só o faria depois de recolhido á prisão.

O sr.dr. Delegado nada respondeu e nós nos esquecemos d'este pequeno incidente.

Eis senão quando de volta pelo Forte de S. Pedro fomos surpreendido pela presença do sr. coronel chefe de policia, dr. 2ºdelegado e muitas praças de linha e algumas de cavalaria cívica, que intimaram o nosso sócio para tirar a mascara. Então deram voz de prisão e a este nosso consocio, em termos pouco compatíveis com alto cargo que ocupavam aquelas autoridades. Todos nós, como era do nosso dever, protestamos contra esta arbitraria prisão e principalmente contra o procedimento do sr. Passos Cardoso, que não podia inutilizar uma mascara, como fez. 131

Continuam o texto contando sobre o retorno ao desfile, graças à intervenção do governador, Manuel Victorino Pereira, e criticando a atitude do segundo delegado, Passos Cardoso. Declarando igualdade de tratamento a todos os cidadãos que apareciam nas críticas e negando qualquer forma de ridicularização da autoridade caricaturada, defendiam a crítica livre, desde que não tomasse por conta a vida privada de alguém. Dizendo-se vítimas dos

-

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup>Jornal de Notícias. 19 de fevereiro de 1890.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup>Jornal de Notícias. 21 de fevereiro de 1890.

desacatos das autoridades policiais perguntavam: "onde estamos? Onde está apregoada a liberdade de que gozamos?".

A tal questão das bandeiras, que entrara na polêmica, provavelmente tratava-se do debate sobre a bandeira republicana após a proclamação, sendo realizada uma de caráter provisório aos moldes da bandeira norte-americana, para dias depois ser substituída pela qual ainda hoje vigora. Mas talvez sejam necessárias investigações para afirmar quais jornalistas se envolveram com tais questões e se este debate também não envolveu pontos de vistas partidarizados sobre os rumos da República. Mas o que o episódio nos traz, é que este carnaval era palco de disputas políticas republicanas com suas glórias e incertezas. Além disso, é perceptível certa vigilância e preocupação policial, inclusive com o que seria levado para as ruas, principalmente por clubes dedicados as críticas. Segundo a versão dos membros dos clubes, o chefe de polícia do Estado sabia o que figuraria entre os representados no tal carro, e que, se o segundo delegado não pôde verificar a máscara em questão, foi porque quem a usaria no desfile, já a teria levado para casa, o que pode ser verdadeiro, mas também bastante conveniente. Talvez os sócios já deduzissem que tal máscara poderia ser reprovada.

A prisão do mascarado e a inutilização de sua máscara levou ao debate em torno da tão jovem polícia republicana, o discurso moral em relação às autoridades policiais era apregoado por uma imprensa que se descrevia como "livre, desapaixonada, amiga da ordem". Assim em uma nota intitulada "A polícia republicana" em reprovação a atitude do segundo delegado, o *Jornal de Notícias* também tentava determinar as diretrizes que eram esperadas que fossem seguidas pelas instituições republicanas.

Si em qualquer tempo e em qualquer sociedade constituída é mister haja auctoridades dignas de inteiro respeito e revestidas da maior força moral, - na quadra que estamos atravessando, quadra de reorganisação social, em que todos os esforços temam a directriz que levará á consolidação das instituições novas, muito mais necessidade ha de auctoridades respeitaveis, que saibam captar a maior somma possível de acatamento publico no exercicio dos seus cargos uma posição capaz de conservar-lhes o prestigio e a forca.

A difficuldade, porém, está exactamente em encontrar-se o homem que saiba procurar essa posição que nem é a dos tyrannos, nem as dos maricas; nem é a de um Cesar despotico para quem a força consista na imprudência e grosseria do animo, nem tampouco a de qualquer João Fernandes imbelle e imbecil, d'esses que se deixam sepultar no ridiculo, desacreditando o caracter que deviam sustentar.

E sempre com sincero pezar que nós, imprensa livre e desapaixonada, amiga da ordem, desejosa do mutuo respeito na sociedade e principalmente do

-

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup>Sobre os debates acerca das bandeiras e suas simbologias, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.109-128.

respeito ás auctoridades constituidas – vemos algumas d'estas faltarem aos deveres que lhe são inherentes e inutilisarem-se desastradamente pelo abuso ou pela inconsideração.

Lamentamos isso, porque estamos certos que cada auctoridade que se perde no conceito do povo não se perde simplesmente, sinão chamando tambem um pouco de descredito para a instituição ou para o cargo que desserviu.<sup>133</sup>

A recorrência do discurso moralista em torno das instituições policiais muito tem a ver com o projeto de nação que se montava. Com o desmanche do regime escravista e a proclamação da República, a organização estrutural e moral da força policial era peça chave para o projeto de nação das elites brasileiras, afim da manutenção da ordem ameaçada. Como aponta Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, com a necessidade da "modernidade" imediata na sociedade brasileira, apenas a educação formal, que era tida como forma ideal de alcance de uma sociedade civilizada, não seria suficiente, as elites encararam como indispensável um código de leis para reger o cotidiano da população e cabia à polícia o papel de auxiliar na reforma dos costumes. 134

Como se pode perceber, a imprensa que se colocava como guardiã e guia da nova civilização, prestava-se a condenar o comportamento considerado inadequado ao momento de consolidação das novas instituições. Assim, tomam o segundo delegado como exemplo do que não pode haver na polícia republicana.

[...]Tem attrahido a attenção do publico de certo tempo pra cá, o sr. 2º delegado de policia d'esta cidade, o qual, digamos a verdade que anda na bocca de todos, não tem procedido de modo a angariar respeito para a policia dos primeiros dias da republica.

Não temos nada com a *pessoa* do 2º delegado, mas muito temos com a *auctoridade* que elle representa. Bom ou máo é-nos indifferente que seja o *individuo*. Outro tanto não podemos dizer em relação ao *delegado*, que nós como propugnadores do bem público e da civilização d'este estado, desejamos bom, [?], forte na opinião [?] do povo.

E é interpretando a opinião geral d'este – que desapprovamos o procedimento que tem tido no exercicio da delegacia o sr. 2º delegado de polícia.

Consignando somente os factos mais recentes, temos o que praticou a dita auctoridade, ante-hontem, em face de numerosissima multidão de famílias muito respeitaveis, com um inoffensivo mascarado do clube *Criticos Independentes*.

Esse facto, censurado pela imprensa, seria bastante para alienar do 2º delegado o caracter de auctoridade; o publico que presenciou condemnou-o com sua reprovação unanime, e viu no inocente clubista conduzido ao quartel do 16º batalhão, desmascarado e preso pelo 2ºdelegado, uma victima

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup>Jornal de notícias. 20 de fevereiro de 1890

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup>Martins, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas Primeiras décadas da República*. Tese de Doutorado – FFLCH, USP, São Paulo, 2012. p.21.-24

de uma auctoridade, que simultaneamente acaba de victimar-se, sem o saber, na praça publica.

Mas não é essa única exhibição desastrosa do 2º delegado.

S. s. na fila de estragar a delegacia de policia, que má hora assumiu, não hesitou, ante-hontem, em prender um cidadão que se divertiu no Polythema e prende-lo da seguinte maneira agarrando-o pelo pescoço.

O cidadão justamente queixoso, appareceu hontem pelo *Diário de Notícias*, narrando o ocorrido e dizendo entre outras coisas o seguinte: "... de um cidadão qualquer, como eu, não me viria semelhante affronta sem immediato desaggravo."

Ora, consideramos todos os que são interessados pelo prestigio das instituições nascentes, e respondam se semelhantes commentarios provocados pelo procedimento do 2º delegado são de natureza a cercar de respeito a policia republicana, por cuja respeitabilidade tanto se esforça o governo d'este estado! 135

A imprensa coloca-se como porta-voz da opinião do povo, e nesta opinião caracterizada como pública propugna o "bem público e a civilização do estado". Busca-se a respeitabilidade da polícia, se salva a figura do governador do estado, que descrito quase heroicamente liberou o mascarado vítima do abuso policial, enquanto o segundo delegado era acusado por outro caso de agressão a um folião. Mas nem sempre a imprensa criticará o comportamento policial, geralmente compactuará e exigirá a repressão de participantes e manifestações que foram marcadas como impróprias para a construção de uma sociedade civilizada, o que, como veremos, recairá nas manifestações populares e negras. Tal episódio envolvendo os *Críticos Independentes*, durante o primeiro carnaval da República, revela como as tensões políticas não eram suprimidas durante os festejos, muito pelo contrário, o Carnaval serviu para construir o debate sobre o projeto de nação republicana e a organização de suas instituições.

Outro carro de ideia anunciado pelos *Críticos* foi o carro da deportação do "Macaco Belleza", aclamavam em seu programa: "que até afinal conseguiram deportá-lo para Fernando de Noronha!". Manoel Benício dos Passos, popularmente conhecido como Macaco Beleza, foi figura conhecida e polêmica daquele período. Característico tipo de rua, Macaco Beleza era um homem negro, abolicionista e defensor da monarquia. Acusando de comandar "malta" de "homens de cor", a guarda negra, Manoel era um homem que tinha em suas redes, chefes políticos que faziam com que ele escapasse das repressões policiais, mas dada a proclamação da República, sua prisão foi efetivada e foi mandado em exílio para Fernando de Noronha, destino de outros capoeiras. Negro, liberto, considerado ao mesmo tempo, ignorante e inteligente, Macaco Beleza era o tipo "perigoso", que não se desejava naqueles dias de

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup>Jornal de notícias. 20 de fevereiro de 1890

sociedade republicana, mesmo que tantos outros "tipos" como ele tenham continuado, de alguma forma, ligados aos jogos políticos republicanos, grande parte como capangas de reconhecidas figuras políticas.<sup>136</sup>

A prisão de um "perigoso" homem negro e monarquista era então uma vitória a ser comemorada em pleno carnaval, ao menos era para esse clube, que ao mesmo tempo levantara a bandeira Republicana, mas que ironicamente entrara em conflito com uma das suas mais "necessárias" instituições. Mas, ao fim das contas, o conflito não colocava, tratando-se em relação aos festejos carnavalescos, clubes como os *Críticos* e a imprensa em lado oposto ao da polícia, ao contrário, mesmo que entre conflitos, cobranças, mas também elogios, esses grupos caminhavam lado a lado na busca de um carnaval civilizado, onde tipos como Macaco Beleza e as manifestações negras indesejadas não tivessem vez no carnaval republicano.

Não tivemos acesso a muitas notícias sobre o clube em questão, entretanto parece-nos um clube apreciado pela imprensa e com certo prestígio social. As críticas e brincadeiras do clube eram descritas pela imprensa como dignas do "verdadeiro carnaval", uma "boa olheria, manejada com delicadeza e espírito", e ao tratar do caso da prisão do sócio do clube, o apoio dado pelo público e "famílias" que acompanhavam o desfile era sempre exaltado pelos jornalistas. O clube também publicou, em abril daquele ano, um jornal de número único a favor das vitimas de um acidente no Taboão. 137 Já no ano seguinte, o último ano que encontramos a presença dos *Críticos*, o desfile pareceu mais sossegado, não atingiu diretamente nenhuma autoridade, suas críticas permaneceram, mas concentraram-se em questões relativas ao carnaval e ao comércio. Naquele ano, novamente o clube passou sua tesoura nos clubes tradicionais e luxuosos, dessa vez representando pelo carro "O túmulo dos Fantoches". 138

Em 1891, o clube *Fantoches da Euterpe* não saiu, mas alguns sócios saíram com o *Sarrabulhada*, clube que continha como tema, as eleições para o congresso. As diversas preocupações, problemas e conflitos enchiam as ruas em tons de festa no reinado de momo. E o número crescente de clubes tornou isso cada vez mais diversificado, não só em temas, mas também em relação aos grupos que os compunham. Chegando por vezes a incomodar os saudosos da era onde os grandes Clubes, como O *Cruz Vermelha* e *Fantoches*, seu luxo e suas "críticas delicadas" eram as principais atrações do carnaval da capital baiana. Em 1900, na coluna sobre o carnaval no *Jornal de Notícias*, o colunista questionava:

<sup>136</sup>ALBUQUERQUE, *Jogo da Dissimulação*.p.153-155.

<sup>138</sup>Jornal de Notícias. 07 de fevereiro de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup>O Coração dos Críticos. 16 de março de 1890. Disponível em: <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=823015&pesq=">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=823015&pesq=</a>

O que é o carnaval de 1900? Destroços de um passado alegre e que agora vae apresentar-se roto, desiludido, sem essa graça desopilante de outrora que chalaceava delicadamente, fazia *intrigas* delicadas, enredava, provocando gargalhadas, tornando-se comunicativa e boa, deixando saudades que perduravam, como se fossem elas filhas de uma verdadeira felicidade humana.

Como se mudam os Tempos!

Ao Carnaval que fazia esquecer magoas, substituiu o carnaval que entristece, que serve-se de uma máscara terrível – o anonymato- para enxovalhar, deprimir, aniquilar.[...] <sup>139</sup>

Para o colunista, o carnaval daqueles tempos já não tinha o poder de fazer esquecer os "362 dias de trabalho e preocupações sérias", cita alguns dos motivos que pareciam ter atingido o carnaval: os acontecimentos políticos, as mudanças no câmbio, o jogo do bicho e o anonimato que permitia às "terríveis máscaras" a liberdade de "enxovalhar". Grupos não desejados, como os mascarados maltrapilhos e clubes africanizados pareciam não se encaixar no projeto do carnaval republicano das elites. Além disso, a diversidade não luxuosa daqueles tempos levou às ruas clubes que mostravam ali sua ligação com o mundo, trabalho e as desilusões daqueles anos republicanos. Sobre esses grupos, trataremos mais a frente, mas decerto podemos afirmar que os dias do reinado de momo não passaram pelo "império das circunstâncias" "sem resistência e aplaudindo".

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Jornal de Notícias. 24 de fevereiro de 1900.

## CAPÍTULO II Do batuque da zabumba ao barulho do trabalho

As Grandes Sociedades Carnavalescas foram formadas em Salvador a partir da década de 80, do século XIX. O que se verifica a partir de então é a difusão desse formato entre diversos grupos sociais, mesmo diante das permanências que eram para alguns republicanos para lá de imperiais. Em grande parte eram clubes menores, quando comparados aos grandes e mais antigos clubes, principalmente no que se tratava das grandes exibições de carros e alegorias. Nos jornais é possível perceber a presença dos clubes formados para os festejos carnavalescos. Entretanto, apesar da imprensa ser nossa principal fonte para cercar essa presença, tem suas limitações. Indubitavelmente o número de clubes nas ruas era muito maior do que o divulgado. Apesar da falta de exatidão nos números, o que podemos alcançar através dos jornais, nos ajuda a fazer análises e dimensionar as manifestações que serão debatidas neste e no último capítulo.

Para o ano de 1894, por exemplo, os jornais consultados dão notas sobre dois clubes, os *Tabaréos indo para a missa* e os *Pândegos*, mas apontam vestígios da presença de outros. Além deles, apenas um grupo de adeptos do *Cruz Vermelha* se organizou de última hora para apresentar um préstito improvisado. Os jornais antes mesmo do início dos festejos, já anunciavam um carnaval que para eles seria desanimado, sem a presença das grandes sociedades. "Foi-se a idade de ouro", lamentava o *Jornal de Notícias*. <sup>140</sup>

O único clube que recebeu algum destaque pelo jornal foi o intitulado *Tabaréos indo* para a missa, descritos na coluna dedicada ao carnaval como "a nota predominante" dos dias de momo diante da retração dos outros clubes. O órgão destacava que esse era "organizado por um grupo de rapazes da nossa sociedade." Se tomamos as descrições do *Jornal de Notícias*, o que imaginaremos é que os destaques para os dias da festa daquele ano foram os mascarados avulsos, que tomaram as ruas sem concorrência, principalmente a feita pelos grandes clubes. Entretanto, uma das descrições nos permite confirmar que muitos outros pequenos clubes ocupavam as avenidas e becos da cidade, mas parece que para os jornalistas eles não mereciam constar nas notas da imprensa. Assim, descreviam o domingo de Carnaval de 1894:

O número de máscaras avulsos foi grande; além destes apareceram grupos e grupos fantasiados, a pé e em carros, diversas criticas, pequenos clubes com

<sup>141</sup> Jornal de notícias. 31 de janeiro de 1894.

1.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup>Jornal de notícias. 27 de janeiro de 1894.

estandartes e os *Tabaréos para a missa*, que constituem um grupo bastante numeroso

Traziam todos chapéus de palha e distribuíam avulsos. 142

Um desses pequenos clubes, provavelmente, era *Clube Carnavalesco Os Pandegos*, O único citado além dos *Tabaréos*. Não foi feita nenhuma referência a seu préstito, apenas foi comunicado às vésperas do carnaval que este clube novo de última hora decidiu sair nos dias da festa. <sup>143</sup>

O ano que mais conseguimos identificar clubes através da imprensa tem um caráter diferente dos outros anos. Para 1903, encontramos na imprensa mais notícias sobre clubes, os quais em suas designações se intitulavam africanos. Sete clubes "africanizados" foram listados nos jornais, portanto, é fácil imaginar que eles se multiplicaram nas ruas. Tanto que nos anos seguintes, as críticas a tais clubes se intensificaram, até a sua proibição em 1906. O que nos faz pensar que nos primeiros anos do século XX, a reafirmação de um pertencimento africano deu mais tons e sons à festa momesca do que as grandes sociedades carnavalescas. Deste modo, no pós-abolição, a origem africana parecia mais vigorosa na memória da cidade do que a República recém implantada.

Diferente dos clubes grandes – que tinham publicações detalhadas de seus desfiles, passeatas, itinerários e programa, além dos versos divulgados antes, durante e depois dos dias de festa – a maioria dos pequenos geravam poucas ou resumidas notas nos jornais. Ao contrário dos clubes, como o *Cruz Vermelha* e os *Fantoches da Euterpe*, dificilmente é encontrado nas páginas dos órgãos de imprensa os nomes de seus componentes, poucos eram os que tinham o local de sua sede ou da partida, e itinerário do préstito noticiados. Por exemplo, no ano de 1903, apesar do grande número de clubes que se formaram, poucos receberam notas relevantes no *Jornal de Notícias* e *Diário da Bahia*. Nas colunas dedicadas ao resumo do festejo, muitos clubes eram apenas genericamente citados, mesmo quando o próprio jornal admitia a adesão de uma multidão aos desfiles, como ocorreu com os clubes "africanizados".

Todos os clubes, ao passarem pelas principais ruas eram calorosamente festejados, sendo os de nota africana acompanhados por imensa multidão de populares.

Alguns não observamos bem, de modo que não podemos descrevê-los ou dar suas notas principais.

<sup>143</sup>Jornal de notícias. 04 de fevereiro de 1894.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup>Jornal de notícias. 05 de fevereiro de 1894.

Repetidas vezes, o argumento de que "não foi possível observar", foi utilizado para não dar notas aos clubes que consideravam inadequados, como eram alguns clubes de "nota africana". Tratava-se de uma tentativa de invisibilizá-los. Através dessas pequenas notas é fácil confundir os pequenos clubes e os grupos avulsos que se organizavam para sair nos dias da festa. Em alguns momentos, os jornais parecem igualá-los nas resumidas notas sobre o tema e/ou quantidade de participantes, mas havia diferentes manifestações que se aproximavam no festejar e que guardavam suas peculiaridades, principalmente no que cabia à formalização junto às autoridades policiais e municipais.

Os clubes carnavalescos contavam com uma diretoria eleita, mesmo diante de uma pequena quantidade de sócios, além disso, desfilavam mediante licença expedida pelo delegado de polícia. Também eram obrigados a apresentar seus itinerários e programas, os quais deveriam encaixar-se nas exigências estabelecidas pelas autoridades. Como foi publicado, no dia 20 de fevereiro de 1903, no *Jornal de Notícias*:

O Dr. Chefe de segurança pública recomendou ao dr. comissário auxiliar que convide os promotores e diretores de clubes carnavalescos a declararem não só o itinerário destes como também o programa da diversão, "ficando-lhes vedado fazer críticas indecentes e que ofendam aos bons costumes, à moral pública e às seitas religiosas, responsabilizando-se, outrossim, os aludidos diretores pela manutenção da ordem entre os seu coassociados." 144

Pretendemos analisar neste capítulo algumas formas de manifestações dos clubes que não estavam na lista dos grandes clubes exaltados pela imprensa, mas que se encaixavam em padrões desejados pela elite intelectual e autoridades. Além disso, os clubes carnavalescos, em sua diversidade, representavam grupos distintos, com modos de se manifestar que correspondiam a diferentes interesses e intenções. Além de compreender como esses grupos eram classificados e hierarquizados pela imprensa e autoridades, buscamos identificar alguns dos seus participantes para entender como esses grupos que se divertiam durante o carnaval se relacionavam no cotidiano da cidade.

## "Foi-se a idade de ouro"

Quem eram os "grandes clubes" carnavalescos de Salvador tão citados pela imprensa?

A reverência da imprensa a esses clubes se intensificou nos momentos em que eles se ausentaram da festa. Os jornalistas os colocaram muitas vezes, como o ponto de referência

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup>Jornal de notícias. 20 de fevereiro de 1894.

para a avaliação que faziam dos outros clubes. Foram motivo de textos saudosos, quando não se apresentaram, e de outros exaltados e comemorativos, diante de seus préstitos. Falamos mais exatamente de três clubes: *Fantoches da Euterpe, Cruz Vermelha* e os *Inocentes em Progresso*. Segundo Peter Fry, Carrara e Martins-Costa, esses eram "o exemplo mais tradicional do carnaval "civilizador" e "suntuoso" para os jornalistas do período". Eles foram fundados nas últimas décadas do século XIX, concomitantemente às medidas de proibição do entrudo e o incentivo a instauração do carnaval. Segundo os autores, esses clubes foram criados em 1883, 1884 e 1889, respectivamente. 145

Encontramos registros de dois outros clubes na documentação da Presidência da Província, *O Clube Carnavalesco Comercial* e o *Clube Carnavalesco Veneziano*. O registro do primeiro era referente ao envio de doação ao asilo de mendicidade da cidade, em 16 de fevereiro de 1877. <sup>146</sup> Já o clube *Veneziano* enviou um comunicado de realização de baile em benefício à Sé de São Pedro. <sup>147</sup> Os nomes desses dois clubes confirmam características apontadas pela bibliografia, ao tratar dos primeiros clubes na cidade de Salvador: eram formados por homens ligados ao comércio e representavam a tentativa de aproximação com um carnaval europeizado, veneziano. Não encontramos registros que nos permitam identificar a permanência desses clubes nas décadas aqui estudadas, diferente dos três clubes anteriormente citados, que permaneceram, entre idas e vindas, durante décadas do século XX no carnaval de Salvador.

O surgimento desses clubes como forma de instituir um carnaval "civilizado" e extirpar os jogos do entrudo, realizou-se em conformidade com movimentos parecidos em outras cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro onde os primeiros clubes surgiram ainda nas décadas de 1850 e 1860, tornando-se referência para as demais capitais. Para a região Sul, por exemplo, Lazzari aponta o surgimento das sociedades carnavalescas na década de 1870, quando foram fundados os clubes Venezianos e Esmeralda. Em comum nas diversas cidades, esses grupos surgiam dentro do plano pedagógico das elites – econômicas, políticas e intelectuais – da cidade. Seus temas eram voltados em grande parte para exaltação dos costumes europeus e suas cortes. 149

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup>FRY, Peter; CARRARA, Sérgio & MARTINS-COSTA, Ana Luiza. Negros e brancos no Carnaval na Velha República. In: REIS, J. J.(org.). *Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 222 -263.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> APEB/província/maço1571/Clubes.

<sup>147</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> PEREIRA, Carnaval das Letras, p.113.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> LAZZARI, Coisas para o povo não fazer, p.67-121.

No período aqui estudado, os *Fantoches*, a *Cruz Vermelha* e os *Inocentes em Progresso* não se mantiveram de maneira estável nos desfiles de carnaval. Mas analisar os momentos de suas presenças, com seus temas, desfiles e, principalmente, seus componentes, nos ajudará a compreender suas ambições carnavalescas e como a imprensa os destacou como a referência de um verdadeiro carnaval, adequados aos projetos de um carnaval republicano pensado por eles.

A ausência desses clubes, entre os anos de 1890 e 1910, foi constantemente marcada pela imprensa, principalmente entre os anos de finais da década de 1890 e os iniciais de 1900. Como já dito, em 1890, o clube *Cruz Vermelha* não realizou seu préstito, por falta de sócios para desfilarem fantasiados, alguns outros sócios apenas organizaram passeatas com carros. Já o clube, *Fantoches da Euterpe*, apresentou muito mais do que a homenagem ao novo regime que relatamos no capítulo anterior. O longo programa enviado ao *Jornal de Notícias*, publicado no dia 15 de fevereiro de 1890, detalhou o que o clube pretendia exibir nos dias de carnaval.

O principal tema do ano foram as navegações lusitanas do século XV, Vasco da Gama era o personagem central. Os carros com tais representações apresentaram-se no centro do préstito e foram anunciados pelo clube como o auge do desfile. Mas anterior a eles, o clube declarou que seriam apresentados no início do préstito: "quatro clarins caucasianos, representantes de uma raça forte, quente, queimada pelo sol", seguidos da "deslumbrante" guarda russa, dos niilistas e a guarda de honra do príncipe de Gales. Tal proclamação nos revela os compartilhamentos de ideais raciais e de "civilização" que estava presente naquele contexto. Reafirmava-se a imagem da Europa civilizada com sua "raça forte" versus uma África "bárbara" e de "povos ignorantes". Misturando-se a tudo isso figuras mitológicas como Netuno, para então dar-se a entrada do "ousado navegador":

Chega, approxima-se o ponto mais grandioso do préstito. Vêde, cidadãos da Republica. Emerge das ondas como affirmação de uma das maiores ousadias do século XV, a popa da grande NÁO S. GRABRIEL.

Para onde vae a quem traz em seu seio? Demanda a África, onde a barbaria asselvaja tudo, onde a ignorancia ennoitece tudo! Traz em seu seio

"... gente ousada mais que quantas no mundo commetteram grande coisas." Que nauta é aquelle que surde glorioso empunhado o grande estandartes dos Fantoches da Euterpe?

Applaudi-o, gerações de hoje. É um dos maiores nautas que encheram a historia lusitana, o grande descobridor das índias, que plantou na Africa immorredouro padrão portuguez.

Applaudi-o! é o imortal VASCO DA GAMA. 150

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup>Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1890.

Segundo o programa, os carros principais seriam seguidos de diversos outros, além dos grupos fantasiados onde poderiam ser vistos "couraceiros italianos", "gondolas venezianas", "democratas de Veneza", carros romano e egípcio, crianças, "anjos", homenagens à República entre outras coisas, sempre descritas como ricas, elegantes etc.

O discurso representando nas alegorias dos *Fantoches da Euterpe*, além de correspondente aos debates raciais que efervesciam naquela sociedade, era compartilhado por tantos outros clubes e grupos também em outras cidades. Cunha aborda, que as grandes sociedades carnavalescas no Rio de Janeiro, no fim do século XIX e início do XX, buscavam aproximar-se de tradições europeias, através da construção de um carnaval mítico, que apesar de "veneziano" não se associava a nenhum tempo e lugar, desta forma, o carnaval era caracterizado como algo transcendente, com "foros de fenômeno próprio da condição humana, atravessando os tempos e cruzando as sociedades". Buscavam-se maneiras de reafirmar as hierarquias sociais, a autora analisa que "a ideia de tradição como linhagem, herança ou permanência" servia para as elites e letrados de duas formas: primeiro, para marcar uma posição de superioridade e segundo, para estigmatizar as manifestações e práticas ligadas à ancestralidade de grupos considerados inferiores e perigosos. Assim sendo, o carnaval mítico, de linhagem europeia, era colocado em contraposição às práticas africanas ou aos costumes considerados rudes, ligados ao passado colonial, como o entrudo. 151

Entendido isso, podemos perceber que, exaltando a República em contraposição à Monarquia, os *Fantoches da Euterpe* acionaram o "glorioso" passado lusitano, de modo a reiterar uma dita superioridade europeia, que "ilumina" outros povos, como os africanos colonizados, os quais são descritos como inferiores habitantes da "escuridão" e da "ignorância". Notaremos no capítulo seguinte, que a busca por conectar-se a uma linhagem não foi recurso apenas dos grandes clubes brancos, clubes negros também utilizaram de ligações com a África para se reafirmarem, de modo a contrapor os estigmas que lhes eram impostos, tais quais os ditos pelos *Fantoches*. Ou seja, todos buscavam reafirmar uma tradição monárquica num contexto republicano.

Encontramos nomes de alguns sócios dirigentes dos *Fantoches da Euterpe*, no ano de 1890. Esses confirmam uma forte presença de comerciantes no clube. O presidente eleito em julho de 1889 era Raphael Ariani<sup>152</sup>, registros apontam que naquele período Ariani era funcionário da alfândega, em 1898, de acordo com o *Almanak do Estado da Bahia*, ocupava o

14

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup> CUNHA. *Ecos da folia*,p.277 -303.

<sup>152</sup> Diário da Bahia. 09 de julho de 1889. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

cargo de ajudante de Guarda-mor (chefe da alfândega do porto). 153 Conhecido na cidade das décadas de 1850 e 1860, Ariani aparece nos registros como possuidor de uma cocheira no Bonfim, responsável por transporte de passageiros em gondolas. 154 O secretário eleito, Asterio Vieira, ao que tudo indica, também trabalhou na alfândega, tendo sido nomeado pelo ministério da fazenda, em 1878, ainda em tempos imperiais, como praticante da alfândega. 155 Em 1892, o encontramos ocupando o cargo de segundo escriturário no mesmo local. 156 O tesoureiro era Deocleciano Alves, comerciante, vendia de tudo em sua loja de quinquilharias, na Rua Guindastes dos Padres, no distrito da Conceição da Praia. Deocleciano era também dono de uma "Fábrica de Confetti", na Rua do Arsenal da Marinha, no mesmo distrito, ou seja, o carnaval era tempo de lucro para o tesoureiro dos Fantoches. 157 O interesse comercial dele no carnaval era óbvio.

Entre os vogais encontramos Manuel José do Conde Junior, acionista do Banco Emissor da Bahia, morador da freguesia de São Pedro. Um dos registros que encontramos nos jornais sobre ele nos chamou atenção. Em 2 de outubro de 1877, em uma sessão intitulada "escravos despachados" encontramos o nome de Manoel José como senhor de um escravo de nome Bernardino, este descrito como "cabra, de 25 anos". <sup>158</sup> Não sabemos as dimensões das relações senhoriais estabelecidas por ele naquele período, nem pretendemos isso, mas seu nome entre os eleitos nos alerta sobre a presença de (ex) proprietários de escravos em um clube que defendeu a bandeira abolicionista no fim daquele século. 159 Porém, de modo algum isso sugere uma contradição, a historiografia já demonstra a adesão de proprietários de escravos ao discurso abolicionista mediante à decadência do sistema escravista, ainda que para a manutenção do status quo. Além disso, em 1889, quando foi eleito como vogal, a abolição já havia se realizado e as elites se realinhavam e debatiam outras questões, como a manutenção da ordem e a controle das manifestações negras. 160

Também estava entre os vogais, o comerciante, Domingos Fernandes Moreno, que possuía uma "casa importadora, comissária, aviadora e consignações de vapores", na Praça do Ouro (Cais), como consta no Almanak do Estado da Bahia. 161 Esses homens também

<sup>153</sup> Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p.303. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>154</sup> Relatório dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano 1857, ed.01, p.10; Ano 1866, ed.01, p.28. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

155 O Monitor.8 de julho de 1878. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup>Peaueno Jornal. 12 de Abril de 1892. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p.417 e 429; Ano.1903, p.498.

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup>O Monitor.2 de outubro 1877. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup> ALBUQUERQUE. O *Jogo da dissimilação*, p.126.

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> ALBUQUERQUE. O Jogo da dissimilação, p. 94-139; FRAGA FILHO. Encruzilhadas da Liberdade, p.93-

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup>Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p.411

circulavam por outras sociedades para além das carnavalescas. Domingos Moreno integrou a direção eleita em 1889, da *Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro*. <sup>162</sup> Já outro componente, de nome Bernardo Domingos Lopes, em 1899, ocupava o cargo de presidente do *Grêmio Literário* da cidade. Ou seja, eram homens que ocupavam espaços com certo reconhecimento social e econômico.

Após o ano de 1890, os jornais só voltaram a registrar a presença dos Fantoches da Euterpe nos festejos carnavalescos de 1904. Já o Clube Carnavalesco Cruz Vermelha apresentou-se mais vezes nos anos seguintes, mesmo que de maneira não contínua. Em 1891, desfilou tendo como principal personagem do préstito a Rainha Maria de Médicis e sua corte e, como eram comuns, desfilaram também figuras mitológicas e algumas críticas políticas. 163 O único sócio que encontramos naqueles anos da década de 1890 foi Arthur Magarão, secretário e porta-estandarte do clube. Magarão parece ter sido um sócio ativo e entusiasta do Cruz Vermelha, sendo sua casa, lugar para inscrições de novos sócios e organização de uma passeata com os sócios do clube no ano seguinte, 1892, diante da ausência do clube nos desfiles daquele ano, o grupo se intitulou Tutti-frutti. 164 Ele residia e trabalhava no distrito de Conceição da Praia, habitava no nº 38 da Rua Conselheiro Saraiva, exercia a função de escrivão do distrito, onde já havia ocupado também o cargo de subdelegado em anos anteriores. 165 Além de servir para assuntos carnavalescos, sua casa foi utilizada como local para mesa eleitoral da Conceição da Praia, onde o próprio era um dos mesários. 166 Encontramos Arthur Magarão participando também da Comissão fiscal da Associação Protetores da Infância Desvalida, em 1898, ao lado de outros nomes socialmente destacados da cidade. 167

Mesmo não sendo um comerciante bem sucedido, como os componentes dos *Fantoches* anteriormente citados, Magarão fazia parte da máquina burocrática pública desde o fim do império. Isso nos conecta com a análise feita por Lazzari sobre os grandes clubes em Porto Alegre, onde conclui que, mesmo diante de formações heterogêneas, neles estavam desde modestos burocratas até ricos comerciantes, eram homens bem posicionados na sociedade local. <sup>168</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>162</sup>Diário da Bahia. 09 de Janeiro de 1889. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>163</sup> Jornal de Notícias. 09 de fevereiro de 1891 e 11 defevereiro de 1891;

<sup>&</sup>lt;sup>164</sup>Jornal de Notícias. 13 de fevereiro de 1892.

<sup>&</sup>lt;sup>165</sup>Corsário. 4 de outubro de 1888,p.2. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>166</sup>Pequeno Jornal. 11 de maio de 1892. Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>167</sup> Almanak do Estado da Bahia. Ano de 1898, p.340.Disponível em: < http://memoria.bn.br>

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup>LAZZARI, Coisas para o povo não fazer, p. 100.

Durante o recorte dessa pesquisa, poucos foram os registros sobre o *Cruz Vermelha* nos carnavais, principalmente na década de 1900, quando só encontramos notícias de sua participação nos anos de 1904 e 1905, os mesmos nos quais os *Fantoches da Euterpe* voltaram a marcar presença no carnaval da cidade. Durante esse tempo de ausência, esses clubes serviram de parâmetro para os jornalistas que escreviam sobre os desfiles, além de lamentarem a ausência desses clubes e principalmente da "disputa" entre eles. A ideia construída era que a "idade de ouro" do reinado de momo, de ares europeus, ficara no passado, quando a presença desses clubes era certa. O texto do colunista do *Jornal* de *Notícias*, no ano de 1894, nos exemplifica isso:

Foi-se a edade de ouro...

Foram-se os *Fantoches* e o *Cruz Vermelha*, que, sem falarmos de outros clubs distinctos, traziam esta cidade em grande azafama, desde a approximação do Carnaval, e cuja passagem pelas ruas da cidade lembrava ás entradas triumphaes em Roma!

Foi-se o enthusiasmo indescriptivel, foi-se o delírio das adeptas dos dois temíveis rivaes, recebendo os préstitos sob uma chuva de palmas, de flores, se papeisinhos coloridos, do bater nervoso dos leques delicados e ao som de vivas enrouquecedores!

Ah! Quem já viu o Carnaval entre nós, arrastando pela cidade profusamente enfeitada de bandeiras e de folhagens e de luzes e seu opulento manto de purpura, receber laureis!

Quantas Saudades! Que vivíssima recordação d'aquelles tempos gloriosos! Foi-se a edade de ouro...<sup>169</sup>

Lazzari aponta para manifestações parecidas dos jornalistas porto alegrenses na virada do século XIX, quando o discurso saudosista das grandes sociedades forjava a memória de um carnaval idílico, superior, sofisticado e europeu. Colocavam-se como oposição às manifestações populares daqueles anos, que caracterizavam como pobres e incultas. Em Salvador, a difusão dos clubes "africanizados" foi uma das maiores queixas por parte dos jornalistas baianos, saudosos do que chamavam como a "idade de ouro" nas festas de Momo.

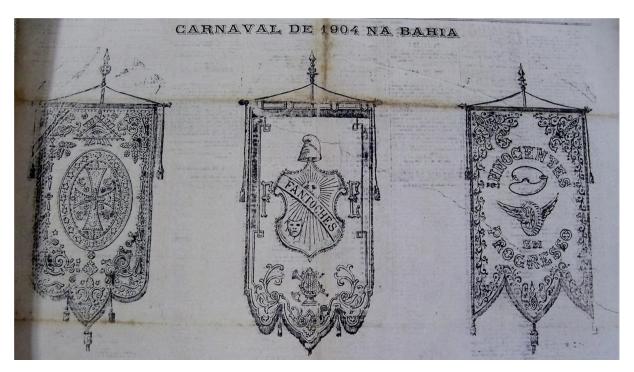
O Ano de 1904 foi de glória para esses jornalistas, depois de anos sem a disputa dos "distintos" clubes, o carnaval contaria com a presença dos *Fantoches* e da *Cruz Vermelha*, além deles, ainda compareceu aos festejos os *Innocentes* do *Progresso*. Como veremos no próximo capítulo, naquele ano a imprensa já estava em campanha aberta contra os clubes dos intitulados africanos, e as autoridades já iniciavam medidas de controles desses grupos. Sendo assim, o retorno desses clubes parecia uma vitória para a imprensa e sua "missão" civilizatória.

<sup>&</sup>lt;sup>169</sup> Jornal de Notícias.27 de janeiro de 1894.

[...]A Bahia vae ver renascidos, com fulgor estranho, os dias de alegria em que se contavam os minutos que faltavam para o apparecimento, nas ruas, dos *clubs*predilectos, entre os quaes os *Cruz Vermelha* e *Fantoches*, que este anno, de novo, vão fazer a Bahia ter um carnaval brilhante, sendo de esperar que os aplausos sejam dispensados irmamente por todos aquellesclubs que, não sem grandes sacrificios, vão tentar, ainda uma vez, ver se conseguem que esta capital, durante as festas carnavalescas, possa apresentar no movimento das suas ruas e praças na exhibição de préstitos soberbos o atesta de seu gosto e de seu progresso, emquanto a pollicia do sr.dr. João Santos de empenhará pelo afastamento, nessas festas desse elemento atrasado de *clubs*africanos, que, com certeza, ainda uma vez, hão de querer vir empanar o brilho das festas que se preparam para 14, 15, e 16 de fevereiro próximo. 170

Nas descrições dos festejos, os três clubes receberam atenção especial do órgão, sendo a eles dedicada toda primeira página do dia 15 de fevereiro de 1904, na qual eram exibidos como destaque seus estandartes. Os desfiles desses clubes foram descritos de maneira apoteótica pelo jornal, como revivessem a tal "idade de ouro". Os desfiles contavam com a presença nos carros, das filhas das "distintas famílias da sociedade baiana", as quais o jornal fazia questão de citar nome por nome e seus respectivos pais, muitos dos quais comerciantes reconhecidos na cidade, principalmente nos préstitos dos *Fantoches da Euterpe* onde os sócios adivinham majoritariamente dessa classe. Enquanto vangloriavam os grandes clubes e seus desfiles, a imprensa tentava invisibilizar as participações negras no carnaval. Os *batuques* mantinham-se nas ruas e mobilizavam foliões, mas os jornais escolheram descrevêlos como algo marginal, para assim representar a festa daquele ano como um avanço do carnaval do "progresso".

<sup>&</sup>lt;sup>170</sup>Jornal de Notícias.25 de janeiro de 1904.



**Figura 4**Estandartes dos clubes carnavalescos Cruz Vermelha, Fantoches da Euterpe e Inocentes em Progresso.
Fonte: *Jornal de Notícias*. 15 de fevereiro de 1904.

Os *Inocentes*, assim como outros, estavam alinhados com a ideia de "progresso" das elites baiana, além de carregar isso em seu nome, os temas de seus desfiles e suas notas críticas giravam em torno disso. Dentro do nosso recorte, encontramos os *Inocentes* nos desfiles dos anos entre 1901 e 1907 e no ano de 1910. Era descrito como o mais modesto entre os três, mas mesmo assim era destaque, principalmente por causa das suas críticas. No primeiro ano seu tema principal era o Jogo do Bicho, prática popular e proibida, na qual imprensa e autoridades se dedicaram no combate e repreensão. <sup>171</sup> Os versos distribuídos em seus desfiles diziam:

O bicho foi o primeiro
Que nesta Bahia entrou;
O Boliche foi o ultimo
E que mais surrupiou.
O Agave foi o segundo
Que aqui mesmo rebentou;
O Lotto foi o terceiro
E o primeiro que quebrou.

Nós vamos agora ver

<sup>&</sup>lt;sup>171</sup> SANTIAGO, Igor. "A loteria é um jogo": considerações sobre concessões lotéricas nos Anais da Câmara dos Deputados Federais da Bahia (1894-1896). In: V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 2016, Aracaju. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <a href="http://www.encontro2016.se.anpuh.org/site/anaiscomplementares">http://www.encontro2016.se.anpuh.org/site/anaiscomplementares</a>.

Se podemos acabar Como tal *Jogo dos bichos* Que está a nos desgraçar!<sup>172</sup>

Em 1903 levaram às ruas a "barca do progresso", onde sócios representaram o que acreditavam serem símbolos da "modernidade". O jornal descreveu o carro:

[...] a *Fortuna*, que vae á prôa, tem nas mãos as redeas matizadas com que guía os cysnes; a *Gloria* que, á pôpa, timoneia; a *Industria*, a *Arte* a *Sciencia* e a *Lavoura*, que ladeam a principal figura, notavel especimen de homem, que representa o *Commercio*, empunhando, com viril nobreza e suprema gravidade, o bellíssimo e rico estandarte; <sup>173</sup>

A centralidade que tinha o homem que encarnava o comércio estava ligada a própria formação do clube. Em 1904, o presidente do clube era Izidro de Queiroz Monteiro, <sup>174</sup> encontramos registro que o apontam como um comerciante da cidade. <sup>175</sup> Ou seja, assim como os outros dois clubes, os *Inocentes* mantiveram também na sua composição a classe comerciante. Além da "Barca do progresso", em 1903, o desfile do clube homenageou a imprensa local em outro carro. Mantiveram a mesma receita para o ano seguinte, mostraram novamente os símbolos da modernidade, homenagens à imprensa, acrescentando figuras mitológicas, roupas francesas etc. <sup>176</sup> Os clubes, *Cruz Vermelha* e *Fantoches da Euterpe*, não conseguiram permanecer nos festejos após 1905. Em 1906, diante da ausência desses clubes, os jornalistas destacaram como nota de "organização" e "luxo" os *Inocentes*. Apesar dos lamentos por tal ausência, exaltavam o que era tratado como motivo de comemoração para eles, a reiteração da proibição dos clubes "africanizados".

A presença desse trio carnavalesco só se repetiu a partir do ano de 1910, com novas comemorações dos órgãos da imprensa. Mas desse retorno queremos marcar a presença de alguns nomes conhecidos na diretoria desses clubes. Personalidades reconhecidas pela vida política e intelectual na cidade. No clube *Inocentes em Progresso*, por exemplo, foi eleito como orador Antônio Vianna. Como citamos no começo deste trabalho, Vianna era ligado às dinâmicas festivas, preocupado inclusive com os modos de festejar, portanto sua presença nos *Inocentes* reforçava a ideia que as elites e muitos intelectuais escolheram esses clubes como modelos. Em *Casos e Coisas da Bahia*, Vianna também revela seu olhar sobre esses três

. .

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup>Jornal de Notícias. 10 de fevereiro de 1901.

<sup>173</sup> Jornal de Notícias.21 de fevereiro de 1903.

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> Jornal de Notícias. 10 de março de 1903.

<sup>&</sup>lt;sup>175</sup>A Notícia. 01 de fevereiro de 1915. Disponível em: <a href="http://memoria.bn.br">http://memoria.bn.br</a>

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup>Jornal de Notícias.13 de fevereiro de 1904.

clubes nos dias de Carnaval, e muito se aproxima dos comentários feitos pelos jornais, onde se destaca a disputa carnavalesca entre os *Fantoches* e o *Cruz Vermelha*, enquanto os *Inocentes* aparecem como o terceiro grande clube, porém descrito como o mais modesto entre eles. O clube também era marcado pelas críticas que realizavam, as quais são definidas por Vianna como "sutis", "asseadas", ou seja, marcava-se a diferença dessas para as que eram classificadas como "grosseiras", normalmente em referência as realizadas por alguns mascarados avulsos. Ele também comenta a presença de artistas (trabalhadores qualificados) entre os sócios, não conseguimos confirmar tal informação, mas nos parece uma formação comum, tratava-se de uma classe ativa nos festejos.

[...] os "Inocentes em Progresso", primeira critica ao Jogo do Bicho. Endiabrados rapazes, artistas na maioria, de muita verve e pouco dinheiro. Sabiam pensar e melhor fazer. [...] Defrontavam-se os competidores, para gaudio dos seus simpatizantes. — "Fantoches"! — "Cruz Vermelha" — Ganhou! — Perdeu! — Ganhou! — Perdeu! Os ovacionados atiravam ao povo cromos e cartões com apropriados versos de poetas da época. Os "Inocentes em Progresso" passavam provando riso pelas piadas oportunas. A crítica sutil. Asseada. O povo gostava deles, mas não lhes dava vivas que abundavam aos outros. Que lhes importava aquela omissão? Se o programa era fazer rir? Alcançavam o alvo. Bastava-lhe isto. 177

Em 1910, quando Vianna foi eleito como orador, o clube não parecia ter uma formação tão modesta. O vice presidente era Antonio Manso, o encontramos em 1903, quando ocupava o cargo de diretor do Banco Comercial da Bahia. <sup>178</sup> Já o antigo presidente, o negociante, Izidro Monteiro, assumiu a função de tesoureiro na nova diretoria.

No clube *Fantoches da Euterpe*, listado entre os membros da diretoria estava Otavio Mangabeira, na função de 2º secretário, conhecido entre nós por sua carreira política. Em 1910, Mangabeira estava no início dela. Em 1908, assumiu seu primeiro cargo político como vereador de Salvador. Mas antes disso, havia sido professor da Escola Politécnica, onde ocupava a cadeira de química e também já atuava na vida pública, escrevendo para o *Diário de Notícias*. Quando integrou a diretoria do clube, já era socialmente reconhecido, mas a participação nesses grupos dentro do espaço festivo era uma forma de reiterar o status e também de fazer política.

Entendendo um pouco mais da formação e dos ideais propagados por esses clubes, podemos entender o porquê de serem eles o escolhidos como modelo pelos jornais. Não só foram escolhidos e formados pelos grupos da elite, mas também propagavam um Carnaval

<sup>&</sup>lt;sup>177</sup>VIANNA, Antônio. Casos e coisas da Bahia. Publicações do Museu do Estado, nº10, 1950. p.53.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup>Correio do Brazil. 22 de agosto de 1903, p.3 Disponível em: < http://memoria.bn.br>

"civilizado" e europeu, em seus próprios desfiles se colocavam como pilares dessa missão. É como observamos nos versos distribuídos pelos "rapazes" dos *Inocentes em Progresso*, em 1906, onde em cada estrofe são apresentados grupos e personagens que para eles parecem ser representativos do carnaval.

FANTOCHES, CRUZ VERMELHA E INNOCENTES

Já demos a nossa nota Nesta festa sem rival E já estamos dormindo P'ro futuro Carnaval

ZÉ PEREIRA

P'ro anno eu colho louros Com meu enorme barulho, Não succedde como d'antes Que me chamavam de entulho

**AFRICANO** 

Anno qui vem nosso tudo Vae ni rua vadiá Bateno nosso canzá

ZÉ POVO

Estamos como queremos Não desejamos mais nada Pós pretos, grande siringa E enorme laranjada<sup>179</sup>

De certo modo, essas participações são hierarquizadas, colocando os grandes clubes em destaque, como aqueles "sem rival", enquanto aos outros são inferidas ideias de barulho, bagunça e vadiagem. O "zé-pereira", o "africano", o "Zé povo" são figuras que a imprensa e os grupos letrados, em muitos casos, se encarregavam de desqualificar, eram personagens racializados, que veremos no decorrer do texto. Os versos nos ajudam a reiterar o argumento apresentado por Cunha ao tratar sobre as sociedades carnavalescas cariocas, esses grandes clubes surgiram (e ressurgiram, no nosso caso) afirmando uma superioridade social e cultural diante de manifestações populares que julgavam atrasadas e grosseiras. <sup>180</sup>

## A "irmandade do zabumbar"

Um grande número de clubes saía às ruas com instrumentos de percussão a "zabumbar" no carnaval de Salvador, nos últimos anos do século XIX. O *Jornal de Notícias* 

<sup>&</sup>lt;sup>179</sup>Jornal de Notícias. 02 de março de 1906.

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup>CUNHA. Ecos da folia,p.101.

anunciava-os como uma irmandade, "irmãos pela zabumba". <sup>181</sup> No carnaval de 1891, o *Clube Carnavalesco os Companheiros do Silêncio* foi descrito como um popular clube, composto por rapazes que desfilaram com um carro vistoso, seguido por tambores, cornetas, bombos e pratos. Naquele jornal, esse clube "ensurdecedor", formado por "bons rapazes" aparecia como uma boa pilhéria carnavalesca. Dois dias antes, o jornal descreveu como iriam desfilar alguns clubes naquele ano. Para tal clube a descrição foi à seguinte:

Companheiros do silêncio – Roupas novas e de efeito; zabumbas escolhidos a capricho; caixas de rufo especiais; clarins e trombone afinados; tudo quanto faz barulho, tudo quanto ensurdece.

Só assim se pode ser companheiro do silêncio...<sup>182</sup>

A descrição do jornal faz pensar em um "barulho" para lá de "afinado". O "ensurdecedor" grupo era descrito como um clube organizado com esmero, para o colunista, só assim poderia ser. No ano de 1893, o mesmo jornal classificou o clube como "o mais antigo dos clubes *harmoniosos*", responsáveis por fundar no carnaval baiano o "regime dos bombos", em 1883.<sup>183</sup>

Em 1890, no primeiro carnaval republicano, o pequeno clube de "simpáticos rapazes", como era reconhecido por esta imprensa, também desfilou. Como antes aqui discutido, a República era o tema principal daquele ano, o que nos demonstra o quanto as mudanças políticas estavam sendo debatidas nos momentos festivos. A saudação à República pelos *Companheiros do Silêncio* foi feita no domingo de carnaval, ao passarem pelo forte de São Pedro. Ali tocava a banda de um dos batalhões do exército, o clube parou para cumprimentar os oficiais e aproveitando o momento, ergueram vivas ao governo, ao general Deodoro da Fonseca e ao exército.

Boum, Boum, Boum...

Três bombos, oito tambores, muita força nos pulsos, guerra de morte ao sossego, um inferno, enfim, é, em resumo verdadeiro, a notícia do modo por que apresentaram-se os *Companheiros do Silêncio*.

Em muitos pontos foram aplaudidos os barulhentos e simpáticos rapazes. Ao passarem pelo Forte de S. Pedro, onde tocava a banda do 16º batalhão, passaram para saudar a oficialidade deste batalhão, erguendo vivas ao governo do estado, ao generalíssimo Deodoro e ao exército, sendo retribuídos n'essa gentileza pelo alferes Gurriti e tenente Manuel Pinto da Silva, que corresponderam aos vivas, ao que seguiu-se a musica do batalhão e a *charanga* do clube, fazendo-se ouvir alternativamente. <sup>184</sup>

<sup>182</sup>Jornal de Notícias. 07 de fevereiro de 1891.

<sup>184</sup> Jornal de Notícias. 17 de fevereiro de 1890.

-

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup>Jornal de notícias. 09 de fevereiro de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>183</sup> Jornal de Notícias. 13 de fevereiro de 1893. Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893.

É preciso relembrar que a proclamação havia ocorrido poucos meses antes desse carnaval, tinham-se esperanças em relação ao novo regime, mas também incertezas sobre o futuro. Além disso, era um período de disputas em relação aos projetos para uma nação republicana, que também levavam aos embates em torno da participação na proclamação e, consequentemente, da legitimidade de exercício de poder no futuro do governo. Como demonstra José Murilo de Carvalho, em *A Formação das Almas*(1990), o deodorismo e sua defesa de uma república militar, colocava Deodoro e o exército como ponto central no "mito de origem" da República. <sup>185</sup> Portanto, muito além de mera cordialidade, a saudação em frente ao Forte de São Pedro, revela um pouco mais sobre os *Companheiros do Silêncio*. O grupo, de rapazes da sociedade da capital baiana, demonstrava seu apoio ao governo militar republicano. Neste sentido, no carnaval reafirmava-se a adesão àquela mudança política.

Voltando ao ano de 1891, dois novos clubes desfilaram e foram descritos como parte da "irmandade do zabumbar", O *Congresso Vulcano* e os *Companheiros da Harmonia*. Sobre o primeiro, o jornal desejou "que progrida e que zabumbe sempre", ao segundo que "rufem com os tambores sempre com coragem". Naqueles primeiros carnavais republicanos, esses pequenos dois novos e ruidosos clubes eram bem recebidos pela imprensa, mas nem todos tiveram a mesma recepção. Aqui a zabumba é bem recebida visto ser instrumento apropriado pelos "bons rapazes", designação atribuída aos jovens letrados da "boa sociedade".

O carnaval do ano seguinte foi descrito com um tom desanimado. Para quem escreveu a coluna carnavalesca do *Jornal de Notícias* em 1892, o "império das circunstâncias" parecia novamente ter atingido o carnaval. O "tempo não está para graças", dizia o colunista. <sup>186</sup> Era a carestia de vida, era o "imposto de ouro, cambio a 11, jogo da bolsa, papel, muito papel, política, só política...". Segundo Carvalho, o ano de 1892, foi de forte crise econômica, consequência da febre especulativa vivida nos dois anos anteriores. Presenciou-se uma inflação generalizada e a queda do câmbio, encarecendo os produtos importados. Os salários, entretanto, não acompanharam o aumento do custo-de-vida, o autor fala de um aumento de 100% nos salários para o de 300% nos preços, nos primeiros cinco anos da República. <sup>187</sup> Mas o reflexo de tamanha crise para o carnaval parecia ser a falta dos grandes clubes, o carnaval na rua se fez presente, o povo também, mas o *Cruz Vermelha* e os *Fantoches da Euterpe* não,

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup>CARVALHO. A formação das almas, p.36-57.

<sup>&</sup>lt;sup>186</sup>Jornal de Notícias. 29 de fevereiro de 1892.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.20-21. Ver também: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão-Salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001, p.54-61.

eles lamentavam. Parecia o momento certo para clubes da "irmandade do zabumbar" ganharem destaque no Carnaval.

O clube *Congresso Vulcano* se tornou umas das principais notas nas festas de 1892. Segundo o *Jornal Notícias* era um clube "digno da melhor classificação do carnaval daquele ano". Parece ter sido o eleito do periódico, o mais aceitável e ordenado para aquele ano, considerado por eles um carnaval sem motivos para o riso. O jornal dizia ter tal clube um grande número de populares que acompanharam seus desfiles, ganhando notoriedade, então temos uma descrição um pouco mais detalhada sobre seu préstito. Com o filtro do olhar daquele colunista, que buscava o que pudesse representar o que havia de mais ordenado, podemos imaginar um pouco do que era esse clube de "rapazes", que não vinha com a "riqueza" e os carros de ideia dos grandes clubes, mas apresentava uma organização considerada adequada. O clube desfilou colorido, barulhento e obteve o reconhecimento daquele jornal:

"[...] Trajavam calças de meia de seda cor de rosa; saietas de cor azul e camisas vermelhas com golas cor brancas, sendo tudo de cetim.

Os gorros à marinheiro eram de cor amarela, tendo pala, que eram azuis, as iniciais do clube em letras douradas.

A sua ordem de marcha foi constantemente a seguinte:

1 sócio no clarim, 1 sócio conduzindo o estandarte do clube, no qual destacava-se sobre o fundo vermelho a figura de Vulcano na forja, 8 sócios fazendo a guarda de honra e empunhado malhos de grande tamanho, seguindo-se a estes os demais rapazes que tocavam caixas e bombos fazendo um alarme que se justificava perfeitamente o nome do clube.

Foi na verdade um congresso que deve reunir-se todo ano, para decretar alegrias do carnaval." 189

O Congresso Vulcano era um clube da "irmandade do zabumbar", que tinham como maior intenção fazer "barulho", mas dentro de um desfile "organizado", quase "comportado" quando comparados às descrições daqueles considerados "selvageria". Vale ressaltar que o ruído desses tambores não eram os indesejados, como veremos mais a frente com os clubes "africanizados". Sem carros de crítica, sem grandes luxos, mas que entre os que se apresentaram naqueles dias, parece ter sido o que mais se aproximava dos clássicos clubes, principalmente na ideia de um carnaval com temas mitológicos e europeus. Foi assim eleito pela imprensa, o destaque do carnaval, mas nas ruas muitos outros concorriam pelos aplausos do público.

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup>Jornal de Notícias. 29 de fevereiro de 1892.

<sup>189</sup> Idem

Um dos momentos que parece ter sido ainda mais marcante para a imprensa foi o seu encontro com o clube Tutti-frutti. Tal clube era formado por um grupo de sócios do Clube Carnavalesco Cruz Vermelha, que se organizaram para desfilar nas ruas, levando o estandarte de seu clube de origem. O encontro aconteceu na rua direita do Palácio, na terça-feira de carnaval. Segundo a descrição do episódio no jornal, o momento resultou na queima de muitos fogos. O Congresso Vulcano abriu alas para o Tutti-fruti e neste momento entrelaçaram-se os estandartes. 190 É relevante a cortesia carnavalesca entre sócios do tradicional clube e os congressistas, ela nos revela que havia ali um compartilhamento de ideias ou identificação entre aqueles grupos. O destaque da imprensa ao tal encontro marcava uma reverência ao antigo clube, ao mesmo tempo em que revelava a aceitação do clube do zabumbar que carregava em si ligações com o modo de festejar do Cruz Vermelha.

No ano de 1893, sua presença nos jornais foi ainda mais nítida e revela um crescimento do clube, que teve seu programa publicado. 191 Através desta publicação, é notável a aproximação dos formatos mais desejados, com uma pretendida linguagem europeia, com carros e o tom épico dos deuses gregos, de cavaleiros austríacos e trovadores florentinos. Eram colocadas como manifestações opostas a esse Carnaval: as indesejáveis tradições e práticas africanas e costumes portugueses coloniais. 192 O Congresso Vulcano. apesar do barulho dos bombos e tambores, parecia afinado nessa lógica com suas marchas e valsas.

O clube da zambumba trazia no seu estandarte a figura de Vulcano, o Deus do fogo na mitologia grega. Os congressistas escolheram o deus coxo, que era traído por sua mulher, Vênus – a deusa do amor –, mas que era reconhecido por ser um ferreiro laborioso. O clube mantinha dentro seu tema, a mitologia clássica, comum nos grandes clubes. Ironicamente aquele clube se parecia com esse deus nas descrições da imprensa, não era dos mais belos, mas esforçado e ordenado.

> Ouando Nosso mestre Vulcano Rolado do céu até a terra Caiu na ilha de Kemnos, Nas cavernas de uma serra coxeando de uma perna Fundou uma soberba tenda Onde iam ser fabricados, De Júpiter raios dourados E Pandora, grande encomenda. Logo após fomos chamados

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup>Idem

<sup>191</sup> Jornal de Notícias. 11 de fevereiro de 1893.

<sup>&</sup>lt;sup>192</sup>CUNHA. Ecos da folia. p.278.

Para o *Vulcano* ajudar; E com tal fervor trabalhamos, Que antes de um ano a findar, Já tudo estava acabado: Por isso cá estamos Em dândis transformados; Baiana, nós vos amamos (*Dos Discípulos de Vulcano*)<sup>193</sup>

Segundo Nicolau Sevcenko, a busca por mudança de hábitos, tendo os costumes europeus como referência, era fruto de uma "nova filosofia financeira nascida com a república". Procurava-se inserir o Brasil na imagem do mundo civilizado que acompanhava o progresso e isso significava "alinhar-se com os padrões e ritmo de desdobramento da economia europeia". Além da condenação de costumes populares, segundo o autor, em cidades como o Rio de Janeiro buscava-se um "cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense." No carnaval, isso se refletia no desejo das elites de uma festa com características venezianas, com seus pierrôs e colombinas. Era preciso ser *chic* ou *smart*, e quando o *Congresso Vulcano* cantava o deus grego e anunciavam "dândis transformados" traziam com suas formas essas referências. <sup>194</sup>

Certamente, não se tratava apenas de uma "nova filosofia financeira", essa tentativa de mudança de hábitos, que desejava aproximação com as culturas europeias, estava imbricada com a ideia de embranquecimento social, resultante das teorias racistas, debate que aprofundaremos no terceiro capítulo.

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893. Versos distribuídos pelo clube e publicados na coluna "Musa Carnavalesca", que reunia diversos outros versos e cartões distribuídos pelos clubes nos dias de carnaval e enviados ao Jornal de Notícias para serem publicados nos das seguintes ao carnaval.

<sup>&</sup>lt;sup>194</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*.3ªed, São Paulo: Brasiliense, 1983, p.25-40.



Programa do Clube Congresso Vulcano, *Jornal de Notícias*, 11 de fevereiro de 1893.

Até então vimos que aqueles clubes, que de certa forma, correspondiam a certas expectativas de parte da elite intelectual baiana. Clubes estes que ganharam relevante presença nas ruas, mas dos quais não obtivemos nenhuma pista de sua composição nos jornais. Entretanto, a maneira como eram tratados, sempre referidos como "bons rapazes"

com boas e alegres pilherias, nos revela a adequação desses grupos e suas expressões ao projeto de carnaval idealizado por grupos sociais que constituíam a imprensa.

Por isso, jornais e jornalistas foram diversas vezes referenciados durante os dias de momo, por grupos e clubes distintos. Em 1893, o *Clube Carnavalesco Filhos da Harmonia*, saiu às ruas "rufando valentemente caixas e zabumbando a valer". Distribuiu versos com saudações à imprensa, colocando-a como verdadeira educadora do povo. Os versos intitulados "A Imprensa" foram enviados ao *Jornal de Notícias* e por ele publicado, antes mesmo do início dos festejos:

Salve, três vezes, imprensa, Educadora do Povo, Que [?] mundo novo Aos mensageiros da luz! Salve, divina alavanca, Santelmo da liberdade Que ensinas a mocidade As santas leis de Jesus!

Do entusiasmo na febre, Nos arroubos da alegria, Nós – os *Filhos da Harmonia*, De Momo ao franco sorrir, Te saudamos orgulhosos No teu pedestal de glória, Deusa eterna da vitória, Santo escudo do porvir!

Carnaval de 93 (Da guarda de honra de C. C. *Filhos da Harmonia*)<sup>196</sup>

Dentre as possibilidades de interpretação que tais versos e sua antecipada publicação podem trazer, é bem provável que tenha sido a estratégia de um clube pequeno em obter o agrado dos jornalistas, consequentemente uma maior atenção para seus desfiles e afirmação no espaço festivo. Mas também revela uma imagem que era construída onde a imprensa e os intelectuais eram colocados como responsáveis pela reeducação da sociedade e das manifestações culturais.<sup>197</sup>

Outros grupos organizados em clubes se manifestavam de maneira menos convergente ao ideal lançado por esses "educadores". Apesar de ocorrer em muitos casos, nem sempre a

11

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup>Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup>Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> Ver: CUNHA. *Ecos da folia*, p.87-50; LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer*, p. 58-59; PEREIRA. *O Carnaval das Letras*, p.25-56.

imprensa condenava os clubes abertamente, mas a falta de exaltação ou as brevidades dos comentários deixam isso transparecer.

No ano de 1891, saiu às ruas o clube Os Caras chatas. Um grupo de Zé-pereiras que parece ter animado as ruas com grande número de pessoas adeptas, segundo o Jornal de *Notícias*, que lhe dedicou uma única nota, onde pode ser lido:

> Um Zé pereira de latas de gás, calculem. Que infernaria... Era numeroso este clube e andava sempre em forma de corda de sardinhas, metendo-se por todos os lugares e divertindo-se a bom divertir. 198

Os Zé-pereiras eram figuras carimbadas nos carnavais, personagem ligado aos jogos do entrudo, sobreviveu ao século XIX ganhando novos sentidos. O carnaval das máscaras reunia personagens temidos quando estavam sozinhos e o surgimento dos Zé-pereiras causou impacto nele, justamente por reuni-los. Segundo Cunha, a identificação entre figuras temidas dava-se pelo seu lugar social. No Rio de Janeiro, os zé-pereiras eram, em geral, pobres, trabalhadores braçais, vadios, prostitutas e lavadeiras. Uma face do entrudo que ganhou outras categorizações na década de 1880 que buscavam diferenciá-los em dois tipos: os indesejados pelas elites, que saiam às ruas a fazer barulho com seus tambores, por vezes improvisados com latas; e do outro lado estavam aqueles que foram incorporados às grandes sociedades e bailes fechados. 199

Se aplicarmos essas categorizações aos Caras Chatas, com a breve descrição que temos, eles se adequam mais facilmente na primeira. A "infernaria" feita com latas de gás não se encaixa nos planos de um projeto carnavalesco empreendido pela elite baiana. A nota da coluna carnavalesca fala sobre a mobilização de um grande número de pessoas em torno do clube, e essa publicação parece ter ocorrido justamente por ter o desfile atraído e divertido o público por onde passou. Nada mais se comentou sobre o clube naquele ano. As atenções e exaltações foram para o Cruz Vermelha, cujo tema aquele jornal considerou de "brilho e importância", a vida da rainha francesa Maria de Médici. 200

Em 1893, o Clube P.E fez o colunista do Jornal de Notícias se lembrar dos antigos Zépereiras. Sua reação àquele clube foi de expressar o não entendimento de seu significado, sua descrição faz pensar que seria algo fora de tempo, como se um grupo que remetia a uma

<sup>&</sup>lt;sup>198</sup> Jornal de Notícias. 09 de fevereiro de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup>CUNHA. *Ecos da folia*, p.46-50.

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup>Jornal de Notícias. 09 de fevereiro de 1891.

expressão da época do entrudo não fizesse mais sentido naqueles dias. A sua nota resumiu o desfile ao seguinte:

Não conhecemos a significação desse clube, o que não obsta dizermos que ele foi um dos tais de bombom e tambores mais barulho fez, lembrando os velhos grupos do Zé-Pereira.

Trajavam uns de vermelho e preto, em tiras, e outros de calça branca e paletó iguais aos primeiros.

Precediam esse clube seis músicos dispostos a tocar<sup>201</sup>

Nota-se que esse clube não foi incluído "*irmandade do zabumbar*" pelo jornal, mesmo contendo também os bombos e tambores para fazer "barulho" nas ruas. Aquela manifestação foi colocada no lugar do que é passado, onde os Zé-pereiras deveriam ficar, mas ao que parece, eles estavam ativos e se formatando aos novos tempos. O jornalista não desejou a esse clube que seguisse presente nos carnavais seguintes, como fazia com outros, e nos demonstrou o distanciamento entre as ruas e a imprensa ao dizer que não reconhece o significado daquele clube. O que era apresentado nas ruas, muitas vezes, seguia moldes próprios e tinha significados particulares que transpassavam o entendimento do "civilizado" e de "ordem" que a imprensa tentava sustentar. Como aborda Eric Brasil, muitos grupos populares utilizaram "os termos mais representativos valorizados pelas elites republicanas", ou seja, se apresentavam como clubes, sociedades, entre outros, mas não necessariamente obedeciam as caraterísticas utilizadas pela imprensa na hierarquização das brincadeiras. Eram modos de permanecer nas ruas, principalmente nas primeiras décadas do XX, quando houve uma maior formalização.<sup>202</sup>

Dentro de uma grande quantidade de pequenos clubes, surgiram muitos que correspondiam às sociabilidades do mundo do trabalho. Serão esses, que iremos tratar agora, na tentativa de demonstrar como essas questões sociais eram marcadas nos dias da festa de Momo.

## Os filhos do trabalho na folia carnavalesca

Durante os carnavais das décadas, entre 1890 e 1910, notamos a recorrência de clubes que faziam alusão à classe trabalhadora, seja na designação ou na sua própria composição. De

-

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup>Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893.

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016, p.34. Ver também: CUNHA, *Ecos da Folia*.

modo geral, o que temos são pequenas notas sobre eles, em muitos casos apenas a citação do nome do clube na lista daqueles que participariam do Carnaval. Alguns deles eram identificados como "grupo de empregados do comércio", assim como o clube *Martyres da Época*, em 1907, ou grupos de "rapazes operários e artistas", como foi o clube *Folia Carnavalesca*, em 1904.

O primeiro clube relacionado com o operariado da cidade, que encontramos nos jornais das duas primeiras décadas republicanas, foi o clube Fome, desordem e progresso. Segundo o Jornal de Notícias, tratava-se de "um clube novo, alusivo à classe operária", e nenhuma outra informação é dada além da que participariam do carnaval de 1891. 203 Mas o nome do clube já é o suficiente para chamar a atenção sobre o contexto da classe operária baiana, no início da República. Muitos nomes que lutaram pela abolição e posteriormente pela proclamação da República formariam as organizações dos grupos operários da Bahia, como os já citados Ismael Ribeiro e Manoel Querino. E mediante as questões levantadas com a República, as relações e reações desses grupos com as resoluções do novo governo e de sua elite política não se deram sem conflitos, nem sem depósito de esperança e consequentes desilusões ao novo regime. Segundo Carvalho, a República sofreu uma rápida deterioração de sua imagem.<sup>204</sup> Um grupo de operários que levava às ruas um clube carnavalesco, o qual através de seu nome fazia alusão de maneira crítica à frase positivista e emblemática da bandeira republicana, juntando ao progresso a fome e a desordem, é mais um elemento para perceber como as relações cotidianas não eram esquecidas ou invertidas no frenesi dos dias carnavalescos.

O crescente número de associações e organizações de trabalhadores foi marcante no fim do século XIX e adentrando o século XX em todo o país. Tais grupos se reuniam em torno de instituições que se misturavam em diversos aspectos: políticos, mutualistas, recreativos, assistencialistas, sindicais etc. O otimismo e as expectativas de participação política em torno do novo regime político e da abolição corroboravam para o aumento dessas instituições, aponta Aldrin A. S. Castellucci. Alguns dados que o autor analisa, sobre os aspectos e a organização dos trabalhadores baianos, podem nos ajudar a entender a composição desta classe que se articulara em grupos para a organização de clubes carnavalescos no carnaval republicano.

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> Jornal de Notícias. 11 de fevereiro de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup>CARVALHO, A formação das Almas, 32.

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup>CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república.* 2008. 262f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p.45

Para análise da composição social, o autor recorreu às listas de nomes encontrados no Centro Operário e em outras entidades, além de documentos como inventários e testamentos. Dessas amostras, ele concluiu que a base de formação de tal organização era principalmente, artesãos mais qualificados — também chamados de artistas — e com forte presença negra. Porém, é bastante provável que o mundo do trabalho que essa organização abrangia era maior do que apenas dos artesãos especializados e bem remunerados, já que é difícil o acesso às informações dos operários mais pobres, ressalta. O autor acredita que, mesmo diante dos esforços para a unidade da classe trabalhadora, os operários desqualificados ou semiqualificados não se vincularam ao Centro Operário da Bahia ou aos seus antecessores. Excluídos de uma organização autônoma, mantinham-se ligados às sociedades beneficentes e às vilas operárias das empresas, mantidas e controlados por patrões.

Acreditamos que pensar em outras formas de organização, como a dos clubes carnavalescos, possa ser outra saída para refletir sobre a mobilização da classe operária baiana. As mobilizações em torno do espaço festivo trazem consigo as relações cotidianas desses grupos de trabalhadores, inclusive dos mais pobres. E isto não pode ser caracterizado como uma atuação ineficiente ou inexpressiva, mesmo que fossem formadas para atuar especificamente em um período, situação ou festa, como é o caso do carnaval.

Castellucci ainda traz outros dados que são relevantes para pensarmos mais a frente sobre a formação dos clubes carnavalescos presentes nessa pesquisa. Destacamos aqui o perfil racial dos trabalhadores baianos, majoritariamente uma população não-branca, principalmente quando se tratava das escalas mais baixas da hierarquia social.<sup>206</sup>

Segundo Chalhoub, dado o desmonte da lógica escravista e a chegada do regime republicano, colocou-se como urgência a transformação do homem livre – seja imigrante pobre ou ex-escravo – em trabalhador assalariado. Segundo o autor, a inserção desse trabalhador nas leis do mercado de trabalho assalariado realiza-se por dois caminhos simultâneos: a construção de uma nova ideologia de trabalho e uma severa vigilância e repressão pelas forças policiais e pelo judiciário. Valores como ordem, trabalho e disciplina eram difundidos na tentativa de incuti-los nos trabalhadores nacionais. As classes dominantes

<sup>207</sup>CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001,p.41

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup>CASTELLUCCI. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república*.pp.126-128. Para o autor esses dados permitem relativizar a ideia de uma população negra totalmente marginalizada social e politicamente após abolição e Proclamação da República. De suas amostras, conclui que 77,1% dos integrantes centro operário baiano era de não-brancos. Portanto, indivíduos que viveram a experiência da escravidão ou eram descendentes de escravos, ocupavam setores qualificados no mercado de trabalho.

brasileiras traçaram uma política na tentativa de manter-se no poder e no domínio dos meios de produção.<sup>208</sup>

Robério Souza em seus estudos, que dialogam com os de Chalhoub, aborda alguns pontos sobre a formação da classe trabalhadora baiana no pós-abolição, tendo como objeto central os trabalhadores ferroviários. Torna-se importante enfatizar um dos aspectos que o autor destaca sobre essa classe, a experiência negra. Principalmente com o fracasso da tentativa de embraquecimento através da imigração, política realizada de maneira mais significante em outras regiões. A presença negra entre os operários baianos era expressiva e por isso, esta é uma questão essencial para pensar suas vivências<sup>209</sup>.

Segundo o autor, o cotidiano dos trabalhadores ferroviários na Bahia era marcado por vigilância e repressão. Ao trabalhador recaíam todas as responsabilidades, inclusive por acidentes. Ressalta-se a ideia que a questão operária era tratada como um caso de polícia. No Código Penal e Criminal de 1890 continham tentativas de coibir episódios e ações dos trabalhadores como motins, greves etc. A leis continham amparo repressivo que protegiam o funcionamento da empresa, preservavam a propriedade privada, enquanto desamparava e criminalizava as ações dos trabalhadores. Ainda assim, ressalta Souza, os primeiros anos da república foram marcados por mobilizações operárias. 210

Entre essas maneiras de mobilização da classe trabalhadora do país, estava a cultura associativa, em grande parte de caráter mutual, mas não se restringia a isto. As associações recreativas tornaram-se populares e reivindicavam o direito à prática do lazer, assim como fortaleciam os laços entre a vizinhança, a solidariedade e as redes entre trabalhadores.<sup>211</sup>

Algumas associações recreativas, que se formaram durante as primeiras décadas do século XX, tinham em suas preocupações, além do lazer, a instrução e beneficência, como aborda Uassyr Siqueira. 212 O autor aponta que as associações em São Paulo, não somente eram locais de lazer e obtenção de auxílio para seus associados, mas também para moradores dos bairros onde se localizavam. Siqueira, ao estudar agremiações paulistanas aborda suas tentativas de se desvencilharem das práticas que eram condenadas, como os jogos ilícitos e bailes populares de botequim e cortiços. Em seus critérios de admissão buscavam a

<sup>208</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup>Souza, Robério Santos. "Tudo pelo trabalho livre!": Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011. Sobre a fracassada tentativa de imigração ver também: ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas*.p.36-40; <sup>210</sup>SOUZA. "*Tudo pelo trabalho livre!*". p.71-84 <sup>211</sup> Idem. p. 97-100

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> SIQUEIRA, Uassyr de. "Clubes recreativos. Organização para o lazer." In: AZEVEDO, Elciene. CANO, Jefferson. CUNHA, Maria Clementina P. CHALHOUB, Sidney. (orgs). Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009. p. 271-312.

prevalência de normas sociais, valorizando o trabalho e a honestidade. No caso de São Paulo, onde houve um grande fluxo de imigrantes entre as classes operárias, a lógica pregada por algumas associações compostas por não-negros, construía concepções que excluíam os negros da ideia do que seria um trabalhador, revelando os conflitos étnicos dentro da classe de trabalhadores. Divergências que fortaleceram o crescimento do associativismo negro naquela cidade, o qual também foi marcado pelo elemento de diferenciação e de valorização do trabalho, que buscava afastar os "homens de cor" dos estigmas e vícios ligados aos "pretos comuns". O autor aponta que as agremiações sindicais e as recreativas não eram tão distantes, muitas vezes ocupavam o mesmo espaço, eram frequentadas pelas mesmas pessoas e muitas tinham como objetivos comuns o amparo, a instrução etc.

As associações recreativas também se espalharam no Rio de Janeiro. Associações dançantes, esportivas e carnavalescas tornaram-se os principais centros voltados para o lazer da população carioca. Leonardo Affonso de Miranda Pereira aponta para a difusão das sociedades dançantes entre as classes pobres do Rio e as lógicas sociais que envolviam àqueles grupos durante a década de 1910. Aquele espaço de lazer, frequentado por trabalhadores de baixa renda da cidade, era para as autoridades locais uma ameaça, passível de controle e vigilância. Entretanto, ressalta Pereira, aqueles espaços onde ocorriam os bailes dançantes "apareciam como momentos privilegiados de consolidação das mais variadas identidades e de construção de solidariedade". Eram momentos para a definição de afinidades restritas, sendo local inclusive para a resolução de conflitos e tensões do cotidiano de diferentes grupos de trabalhadores.<sup>213</sup>

Buscamos fazer esse pequeno panorama sobre os trabalhadores e suas associações através das produções da historia social, para agora, retomarmos os clubes aqui estudados, entendendo que eles também eram mecanismos de ação desses grupos, dentro do contexto em que estavam inseridos. Como argumenta Pereira, os trabalhadores negros "a partir de suas práticas recreativas cotidianas, interagiam com uma nova ordem institucional por eles experimentada, em uma relação a partir da qual tentavam definir seu lugar na nação republicana que se gestava." 214

Como já apontamos, temos pouco além dos nomes dos clubes publicados em alguns jornais. E como foram eles, os nomes dos clubes listados em pequenas notas de jornais, que

<sup>&</sup>lt;sup>213</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina P. (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de historia social da Cultura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. Cecult. 2002, p. 419-444.

social da Cultura. Campinas, SP: Ed. Unicamp, Cecult, 2002, p. 419-444.

214 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Tempo*, v.19, n.35, 2013, p.102.

nos levaram a pensar esse tipo organização, é válido apresentar em quadro, os clubes alusivos à classe de trabalhadores que apareceram na imprensa, no período ao qual essa pesquisa se debruça.

Quadro 01

Ano	Clubes alusivos ao mundo do trabalho relatados nos				
	Jornais				
1891	Fome, desordem e progresso				
1893	União dos chapeleiros				
1902	Filhos do Trabalho				
1903	Filhos do Trabalho				
1904	Folia Carnavalesca				
1905	Filhos do Trabalho				
	União das cozinheiras				
1906	Lavradores em progresso				
1907	Martyres da Época				
	União das cozinheiras				
1908	Cozinheiras Bahianas				
	União das Cozinheiras				
1909	Companheiros do Trabalho				
	Copeiros da Turquia				
	União das cozinheiras				
1910	União das cozinheiras				
1911	Críticos da moda				
	Comércio ambulante				

Como se percebe, a maioria dos clubes listados leva um nome, que os liga diretamente a um grupo de trabalhadores específicos, como cozinheiras, copeiros, lavradores ou a classe trabalhadora como um todo, como é o caso do clube *Filhos do Trabalho*. Há duas possibilidades para analisar esses clubes a partir de suas denominações: são formados por agremiações dadas pelo trabalho, ou simplesmente, eram grupos de chistosos que fazem de certas classes de trabalho sua pilhéria.

Tomemos como exemplo os *Lavradores em Progresso*, clube que saiu às ruas no ano de 1906. As pequenas notas aparecem no *Diário da Bahia* e *Jornal de Notícias*, elas creditam ao clube uma boa organização.<sup>215</sup> Vejamos a nota do segundo, que é um pouco mais detalhada:

Também muito bem organizado, saíram ontem os LAVRADORES EM PROGRESSO, com charanga, carro estandarte com suas encantadoras

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup>Jornal de Notícias. 26 de fevereiro de 1906; Diário da Bahia. 27 de fevereiro de 1906.

jovens, ricamente trajadas, e fechando o préstito a guarda de honra e enorme quantidade de lavradores com enxadas, picaretas, arados, etc.<sup>216</sup>

Os lavradores aparecem fechando o desfile, os detalhes da charanga ou do estandarte não são revelados. Provavelmente se tratava de um grupo de jovens fantasiados, portando enxadas e picaretas. Mas não buscamos aqui comprovar quem realmente eles eram, e sim o que a presença desses grupos significava no contexto festivo e social. E perceber que o pouco que sabemos sobre essas manifestações, não nos permite negar que as relações entre os trabalhadores, e entre eles e os patrões estavam ali, no ambiente festivo, sendo (re)construídas e ressignificadas.

Analisaremos então os vestígios que nos permitem inferir que pequenos clubes, incluindo aqueles que faziam alusão ao mundo do trabalho, eram resultados das relações construídas no cotidiano, das redes de trabalho e vizinhança.

Dos clubes acima relacionados, apenas encontramos a lista de dirigentes do *Folia Carnavalesca*. Em 03 de março de 1904, o clube comunicou através do *Diário da Bahia*, a nova diretoria para o carnaval do próximo ano. Em 1904, o clube desfilou, mas apenas uma nota foi publicada, a qual permitiu que pudéssemos incluí-lo entre os listados, pois revelava a sua composição de "operários e artistas". Portanto, ali estavam trabalhadores qualificados, artesãos que exerciam funções de carpinteiros, pintores, ferreiros etc. Segundo Castellucci, esses trabalhadores tinham maior escolaridade formal, "autonomia e independência, maiores salários ou rendimentos, melhores condições de vida e com um maior poder de barganha junto aos patrões". <sup>218</sup>

Em 15 de fevereiro de 1904, após descrição detalhada dos enfeites e estandartes dos grandes clubes que desfilaram, o *Jornal de Notícias* listou alguns outros clubes e grupos notados entre os diversos que "também conquistaram justos aplausos como prêmio de seus esforços".<sup>219</sup> As notas foram sucintas, fazendo-se observar alguns aspectos como a vestimenta ou os instrumentos.

Para o Clube, *Pândegos da Minerva*, por exemplo, a descrição feita dizia "que se apresentaram corretamente, ao som de seus ensurdecedores instrumentos"; ao clube *Diabos da folia*, "que desde cedo apareceram, pintando o *sete* com suas vestimentas de todos os *moldes e feitios*", já aos *Guerreiros da África*, pela descrição pareciam não passar de "homens do *Canzá* e do batuque" [grifos do autor]. Essas descrições levantam outras questões, como o

<u>-</u>

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup>Jornal de Notícias. 26 de fevereiro de 1906

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup>Diário da Bahia. 03 de Março de 1904.

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup>CASTELLUCCI. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república*. p.99.

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1904

debate sobre o batuque, que será tratada em outro capítulo. Portanto, era entre esses descritos sem o glamour dedicado aos grandes clubes, às vezes considerados interessantes e outras vezes, batuques ensurdecedores, que encontramos o *Folia Carnavalesca*. Sua nota diz que se tratava de "um interessante clube, composto por rapazes operários e artistas. Apresentou-se bem uniformizado e precedido de clarins e tambores".<sup>220</sup>

Percebe-se que o tratamento dado aos pequenos clubes não era o mesmo. O clube formado por rapazes operários e artistas, ganhou tons diferentes aos dos "homens do *canzá*". Ganharam o título de "interessante", descrito como bem uniformizado, seu desfile parecia ser mais adequado ao que era pretendido pela elite letrada. A diferença de tratamento se revela ainda mais quando levamos em consideração que muitos pareciam não ser qualificados, nem para uma nota crítica. E a composição social parece um fator que faz a diferença nesses casos. A provável presença de artistas e operários desfilando ordeiramente angariou para esse clube uma melhor qualificação entre os jornalistas. Lembrando que os artesãos qualificados conseguiam uma posição e circulação social maior quando comparados aos outros trabalhadores.

Retomemos então a lista publicada após esse carnaval, referente a mais nova diretoria eleita do clube. Para preparar e realizar o carnaval, do ano de 1905, foi eleito para presidente, Alfredo Salvino dos Santos e para vice-presidente José Gaudêncio D'Almeida. Foram escolhidos também nomes para o cargo de 1º e 2º secretário e comissão fiscal – composta por um tesoureiro, vogais e um procurador. Essa estrutura de organização já difundida, era exigida aos clubes carnavalescos para a sua formalização e se tornou uma necessidade para muitos grupos que queriam exibir seus préstitos nos dias de festa. A ideia do que era bem organizado, difundida pelos jornais e referendada pelas posturas perpassava por essa formatação. E esta era utilizada pelos grupos para conquistar a licença e legitimar os clubes formados, sendo recurso, inclusive, para fugir do controle, questão que discutiremos melhor com seu uso pelos grupos "africanizados". 222

Foram escassos os vestígios encontrados sobre os nomes listados na nova diretoria. <sup>223</sup> Muito provavelmente, tratavam-se de trabalhadores que não conseguiram construir

<sup>220</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>221</sup>Diário da Bahia. 03 de março de 1904.

<sup>&</sup>lt;sup>222</sup>CUNHA. *Ecos da Folia*. p. 181

<sup>&</sup>lt;sup>223</sup>Buscamos por esses nomes litados nos almanaques disponíveis da Hermeroteca Digital e na seção do judiciário na Apeb, na tentativa de encontrar algum processo, inventário ou testamento.

patrimônio que pudessem deixar em testamento para seus herdeiros.<sup>224</sup> Dois nomes aparecem nesses vestígios, o do presidente e de um dos vogais.

Encontramos Alfredo Salvino dos Santos compondo uma das juntas paroquiais do Círculo Católico da Bahia, em 1903. Ocupava a função de procurador da junta da Conceição da Praia. O Círculo Católico estava no seu segundo ano. Castellucci ao percorrer os caminhos dos associados ao Centro Operário, buscando suas relações com outras instituições e irmandades, apontou para a participação de "artistas" no Círculo. O autor encontra seis nomes vinculados ao COB, integrando o Círculo Católico, dentre eles quatro "artistas", um alfaiate e um operário. Segundo o autor, quase todos os componentes de sua amostra de trabalhadores do Centro Operário eram de "católicos", o que não elimina a participação em outras práticas religiosas como àquelas ligadas a religiões afro-brasileiras.

Portanto, são essas informações que temos sobre o presidente do clube *Folia Carnavalesca*, um provável artesão, "católico" e carnavalesco. Provavelmente, Alfredo Salvino morava ou mantinha relações (sociais, de trabalho ou religiosas) na freguesia da Conceição da Praia, portanto não é descartável, a possibilidade do clube carnavalesco ter se formado naquelas proximidades. Lembrando que essa freguesia era ocupada por inúmeros estabelecimentos comerciais e de grande movimentação diária, é previsível então a construção de relações entre seus trabalhadores. <sup>227</sup>

Como diversos outros trabalhadores, Alfredo Salvino possivelmente circulou entre associações, grupos e irmandades que fortaleciam suas redes sociais. E dentre estas práticas, de sociabilidades entre trabalhadores, surgiram os clubes carnavalescos. Não encontramos Salvino entre os inventários do período, não se tratava de um homem rico ou de grande notoriedade social, mas certamente reconhecido entre os seus, o suficiente para lhe garantir a nomeação de presidente do *Folia Carnavalesca*.

Além do presidente, outro nome encontrado foi de um dos vogais do clube, Antonio Brandão. Os vestígios são ainda mais incertos, mas que nos valem para remontarmos o contexto desses trabalhadores e possíveis foliões. Para tal período, encontrei dois "Antonios", o primeiro relacionado na lista dos empregados da *Linha Circular de carris da Bahia*,

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> Seguindo a lógica apontada por Castellucci, quando em sua tese buscou nas seções judiciárias das APEB os trabalhadores do Centro Operário da Bahia. CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleicões na primeira república*.p.96 -98.

eleições na primeira república.p.96 -98.

225 Correio do Brasil. 21 de novembro de 1903. Disponível em: <a href="www.memoria.bn.br">www.memoria.bn.br</a>. Acessado pela última vez em 27 de abril de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>226</sup>CASTELLUCCI, Aldrin. Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república.p.134

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup>NASCIMENTO. Dez freguesias da cidade de Salvador. p.124-130.

presente no *Almanak do Estado da Bahia* de 1903.<sup>228</sup> Constava como um dos estacionários do Elevador Lacerda, residente na Rua do Lyceu, no distrito da Sé. Tal Antônio Brandão trabalhava próximo ao Alfredo Salvino, e também deve ter construído suas relações naquela região, portanto, é possível que seja o trabalhador que procuramos.

O segundo encontrado foi Antonio Brandão de Aráujo, curraleiro do Matadouro de porcos no Barbalho, residente da Rua São José de Cima, distrito de Santo Antônio. Este Antonio viveu e morreu nesta função, e disso sabemos, pois é assim que ele aparece na lista do funcionalismo municipal dos almanaques de 1898 e 1899 e em inventário após sua morte, em 1910.<sup>229</sup>Tendo morrido pobre, sem deixar bens, seus três filhos requereram que fosse pago pela Intendência Municipal a quantia relativa aos vencimentos dos meses de outubro, novembro e os sete dias de dezembro em que seu pai havia trabalhado. Segundo os herdeiros, a quantia que pertencia ao pai a ser liquidada na caderneta da Caixa Econômica Federal estava no valor de quatrocentos mil réis, e serviria para pagar os gastos com o enterro e missas do falecido, despesa que teria sido de quatrocentos e vinte mil réis. O resultado foi o pagamento de cem mil réis para cada filho.

Enfim, dentre os dois casos, a probabilidade do primeiro ser o Antônio Brandão, vogal do clube formado por operários e artistas parece ser maior. Principalmente, se levarmos em consideração seu local de moradia e trabalho, tendo em mente a ideia de que os clubes pequenos se constituíram, em sua maioria, pelas relações que eram vividas diariamente. Além da maior proximidade entre a freguesia da Sé e da Conceição da Praia, o trabalho no Elevador Lacerda permitia justamente esse contato diário com os transeuntes do agitado comércio entre a cidade baixa e a cidade alta.

Porém, o segundo caso permitiu perceber as circunstâncias de um trabalhador que parece desamparado no fim da vida. Na raridade de encontrar algum registro de um trabalhador sem recursos nos arquivos judiciários, esse surge justamente, pela dificuldade que os herdeiros supostamente tiveram com o falecimento do pai. Não declararam nenhuma ajuda vinda de associações de caráter mutualista ou assistencialista, talvez o falecido não fizesse parte de nenhuma delas. A garantia de assistência em caso de doença ou morte, dada por este tipo de sociedade, fazia com que muitos trabalhadores as procurassem. Mas havia nelas também critérios para admissão, os quais nem todo trabalhador preenchia, e despesas

<sup>&</sup>lt;sup>228</sup> Almanak do Estado da Bahia, 1903. Disponível em:<<u>www.memoria.bn.br</u>.>Acessado pela última vez em 27 de abril de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> Almanak do Estado da Bahia, 1898 e 1899. Disponível em:<<u>www.memoria.bn.br</u>> Acessado pela última vez em 27 de abril de 2017. APEB, Fundo do Tribunal da Apelação e revista. Série: inventário. 05/2070/2541/27.

advindas dela, que nem todo trabalhador poderia manter. Além disso, muitas associações de ofício eram voltadas para trabalhadores qualificados, que não era o caso do nosso curraleiro.

Para ressaltar que esses clubes carnavalescos pequenos se tratavam de associações em torno do lazer, construídas das relações diárias e de vizinhança, traremos outro clube para ilustrar essas dinâmicas. Na mesma coluna, no *Diário da Bahia* de 1904, onde foi publicada a nova diretoria do clube *Folia Carnavalesca*, logo abaixo era também divulgada a nova diretoria de outro clube, os *Aprendizes da Folia*. Nenhuma descrição aponta para um clube alusivo às classes trabalhadoras, mas vestígios de seus integrantes que serão aqui inseridos podem nos ajudar nessas reflexões.

Os *Aprendizes da Folia* tinham sua sede social, localizada na Rua do Uruguai, no distrito de Mares. Não se tratava de um clube formado nas ruas do centro da cidade alta de Salvador ou do comércio, que é a localização da maioria dos casos estudados nessa pesquisa. O que mais uma vez ressalta, que apesar desta ser a região central da festa e de sua organização, os festejos e mobilizações para o carnaval se realizavam em diversos espaços da cidade.

O presidente eleito para organizar o clube, para o carnaval de 1905, foi Acylino de Abreu Farias. Tratava-se de uma reeleição em verdade, o mesmo tinha sido presidente no ano anterior, aliás, poucos eram os nomes que mudaram na nova diretoria, houve mais uma mudança de funções. Encontramos Acylino, em 1929, respondendo a um processo por responsabilidade funcional. O processo se dava por conta da feitura de uma certidão de registro de nascimento falsa. 232

Acelyno ocupava o cargo de escrivão de Paz e Oficial do Registro civil do Distrito de Mares, residente da Rua do Imperador no mesmo distrito. A certidão que o levou a tal processo pertencia a Deraldo de Almeida Lima, funcionário do Gynasio do Ypiranga, nascido na cidade Affonso Pena. Mas na nova certidão o local de nascimento foi alterado para Salvador, na Calçada do Bonfim. Enquanto o escrivão declarava ter recebido tal informação no momento do registro, Deraldo declarou ter dado ao escrivão seu verdadeiro local de nascimento. Em meio aos interrogatórios e acusações trocadas, sabemos que Acylino tinha naquele período, quarenta e dois anos, ou seja, havia nascido em 1887. Portanto, quando assumiu pela primeira vez a presidência do clube tinha menos de 18 anos. O que não é de se estranhar, pois é recorrente nos jornais, referências aos clubes formados por jovens rapazes.

<sup>231</sup> Jornal de Notícias. 11 de março de 1903.

<sup>232</sup>APEB. Seção: judiciário. Série: responsabilidade funcional.64/5/2.

<sup>&</sup>lt;sup>230</sup>Diário da Bahia. 03 de março de 1904

Bem, o resultado deste imbróglio nós não sabemos, mas em novembro do mesmo ano Acylino continuava a exercer suas funções como escrivão, no distrito de Mares. No dia vinte e dois daquele mês, registrou a certidão de óbito de Joaquim Leonardo Raeder, falecido aos quarenta e dois anos, mesma idade de Acylino. Joaquim era comerciante e residia na Rua do Uruguai, também no distrito de Mares, sem filhos, tinha como herdeira de sua casa, o único bem que deixara, sua esposa Maria Alzira Raeder. Não se tratava de um estranho para aquele escrivão, Joaquim foi 1º secretário dos Aprendizes *da Folia*, no ano de 1906, aos 19 anos.<sup>233</sup>

Joaquim e Acylino compartilharam da mesma idade, mesma vizinhança e mesma folia. Cresceram, viveram e trabalharam nas ruas dos distritos de Mares, por lá se juntaram a outros que compartilhavam daquelas mesmas experiências e formaram um clube para aproveitar o carnaval. Formado por jovens, os *Aprendizes da Folia* saia da Rua do Uruguai para animar outras ruas, becos e praças da cidade.

Além das manifestações das redes construídas entre os trabalhadores em torno do lazer, no carnaval também se reafirmavam os conflitos entre classes do mundo do trabalho. Para explanar sobre isso, avançaremos para um ano além do nosso recorte, onde encontramos uma situação mais fácil de visualizar tais tensões dentro da folia.

No ano de 1911, o clube intitulado, *Comércio Ambulante*, desfilou pelas ruas durante o carnaval da capital baiana. Cerca de 40 comerciantes formavam o grupo, que saiu às ruas para manifestar de forma caricata sua opinião sobre os vendedores ambulantes da cidade, os quais foram representados como um mal à salubridade. Segundo o *Jornal de Notícias*, o clube saiu às nove horas da manhã, do domingo de carnaval, da Rua do Godinho, no distrito de Nazaré. O jornal ainda diz que o clube arrancou risos pelas ruas que passou e se recolheu às 11 horas com as "*mercadorias*" em deplorável estado" [grifo da fonte]. O grupo de comerciantes saiu portando suas "mercadorias" e distribuindo os seguintes versos:

Nesta terra dos *esgotos*, Buraco e febre amarela, Que tem os créditos *rotos* Numa constante Balela

Aqui que mandam os marotos, *Fidalgos* de bacatéla, Cujos títulos ignotos São requintada esparrela!

Façamos ninguém a nossa roça

-

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup>APEB. Seção: Judiciário. Série: inventário. 7/2753/11.

<sup>&</sup>lt;sup>234</sup>Jornal de notícias. 27 de fevereiro de 1911.

Sem temermos levar coça Por termos Bossa tratante!

Pois ninguém nos diz *espertos* Se vivermos bem cobertos Sob Commercio Ambulante!<sup>235</sup>

As rusgas entre os donos de comércio e os vendedores de rua não deveria ser nenhuma novidade, menos ainda era a associação dos trabalhadores ambulantes e seus produtos à insalubridade e a proliferação e doenças. As intervenções para o ordenamento das ruas, incluindo seus diversos trabalhadores, tiveram durante o governo republicano um investimento maior e mais sistemático e fazia parte dos projetos higienistas defendidos pelas elites, como aponta Alberto Heráclito Ferreira Filho. 236 Era preciso "desafricanizar a ruas". Segundo o autor, as elites e intelectuais baianos que buscavam civilizar a Bahia, viam como marcas de seu atraso colonial a população negra que ocupava as ruas com seus costumes "africanizados". "Higienizar o espaço público era tarefa que exigia novos padrões de sociabilidade, com vistas à reorganização radical da família, do trabalho e dos costumes", ressalta Ferreira Filho.

O carnaval em que desfilou o clube Commercio Ambulante, estava às portas de uma das principais reformas urbanas que a cidade de Salvador viveu, iniciada em 1912, quando J. J. Seabra assumiu o governo (1912-1916). Mas os debates e conflitos em torno dessa questão começaram antes, desde o fim do século XIX. Posturas municipais já buscavam regulamentar as vendas de artigos nas ruas, principalmente de alimentos. Assim como aconteceu também com as bisnagas e laranjinhas utilizadas nos jogos do Entrudo. Tentava-se proibir, ou ao menos ordenar, tudo o que era classificado como difusores de vírus e bactérias e que para os higienistas eram o caminho da proliferação de doenças e epidemias.

Essas posturas atingiam, principalmente, as mulheres pobres e negras, principais vendedoras desses artigos nas ruas de Salvador. As presenças das vendedoras, quituteiras, baianas negras nas ruas se tornou símbolo de uma região marcada por um passado escravista. O incômodo que elas causavam levava a frequentes denúncias "em nome da ordem e da segurança sanitária" nos jornais da cidade, como demonstra Isis Santos. 237 Para as elites

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup>Jornal de Notícias. 02 de março de 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>236</sup>FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937" In: .*Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998-1999.

<sup>237</sup> SANTOS, Isis Freitas dos. "Gosta dessa baiana?" Crioulas e outras baianas nos cartões postais de Lindemann (1880-1920). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.p50

coloniais, encontradas em institutos como IGHB, era preciso recriar uma nova identidade regional, onde não mais poderia caber a presença negra.<sup>238</sup>

Percebemos que clubes como o *Commercio Ambulante* levavam ao carnaval as tensões vividas diariamente. A diversidade de clubes, presentes nos dias de festa, era fruto das relações sociais cotidianas, por isso também, essas manifestações eram marcadas pelas questões raciais e sociais existentes naquela sociedade.

<sup>&</sup>lt;sup>238</sup> FERREIRA FILHO. Op. Cit; Ver também: ALBUQUERQUE. Algazarra nas ruas.p.40-48

# CAPÍTULO III "Tudo cheirava a África"

Em 1895 se apresentou no carnaval de Salvador o primeiro clube carnavalesco que se intitulava como africano. Naquele ano, O Clube carnavalesco Embaixada Africana saiu às ruas para resolver a "questão do vatapá". 239 O Jornal de Notícias anunciou o clube comunicando que esse era formado por "alegres rapazes". 240 No ano seguinte, juntou-se a ele mais um clube "africanizado" os Pândegos da África. Esses dois clubes foram os mais afamados entres aqueles que se intitulavam africanos, mas nos anos posteriores muitos outros surgiram e dividiram as ruas com eles. Como explicita Wlamyra de Albuquerque, estas foram atrações comuns dos carnavais entre os anos de 1895 e 1910, não sendo exclusivos à Bahia, no Rio de Janeiro eram muitos os grupos identificados como africanos, conforme aponta Maria Clementina P. Cunha.<sup>241</sup>

É possível perceber que as notícias nos jornais sobre esses clubes aumentaram durante os últimos anos da década de 1890 e nos primeiros anos da década de 1900 (ver quadro 02). Sendo o ano de 1903 um dos que mais localizamos na imprensa clubes com essa denominação. É curioso que no ano seguinte, em 1904, encontramos relato sobre apenas dois clubes africanos. O fato é que o crescimento dos clubes "africanizados" provocou reações daqueles que não acreditavam que esse tipo de manifestação correspondia ao projeto idealizado de um carnaval "civilizado". Os debates em torno dessas manifestações, publicamente anunciadas nos jornais, revelam-nos sobre uma disputa em torno desse território festivo, onde também se confrontavam ideias de civilização e cidadania.

Albuquerque sugere uma análise dos desfiles dos clubes negros, para pensar como as memórias das áfricas exibidas por eles, revelam construções identitárias e socioculturais e elevam de maneira alegórica suas zonas de circulação, normalmente marginalizadas no contexto da pós-abolição. E tendo como objetivo maior de sua obra os processos de racialização na sociedade pós-escravista, para a autora essas manifestações expunham principalmente as noções de raça sendo redefinidas por esses grupos.<sup>242</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup>Jornal de Notícias. 27 de fevereiro de 1895. <sup>240</sup>Jornal de Notícias. 19 de fevereiro de 1895

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup>ALBUQUERQUE. *O jogo da dissimulação*, p.198; CUNHA. *Ecos da Folia*.

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> ALBUQUERQUE. *O jogo da dissimulação*, p. 197-210.

Quadro 02

Clubes intitulados africanos registrados nos jornais entre 1895 e1909 <sup>243</sup>					
1895	1896	1897	1898	1899	
- Embaixada Africana	- Embaixada Africana - Pândegos da África	- Embaixada Africana - Pândegos da África - Chegada da África	- Embaixada Africana - Pândegos da África - A Chegada dos africanos - Filhos da África	-Embaixada Africana - Pândegos da África - A Chegada dos africanos - Filhos da África - Caçadores da África	
1900	1901	1902	1903	1904	
- Caçadores da África	- Caçadores da África - Defensores da África - Embaixada da troça	- Sobrinhos da África - Filhos da África	- Caçadores da África - Aprendizes da África - Embaixadores africanos - Evolução dos Alufás - Vadios da África	- Caçadores da África - Guerreiros da África	
1905	1906	1907	1908	1909	
- Amantes da África	-	-	-	- Pândegos carnavalescos	

O surgimento desses clubes se realizou em um contexto onde as práticas ligadas às populações negras não eram toleradas, como o candomblé e a capoeira. Os batuques e as troças feitas livremente, sem o uso de fantasias, eram considerados inadequados e repreendidos, mas a possibilidade de controle dos clubes africanizados fazia diferença quanto ao olhar tido pelas autoridades policiais.<sup>244</sup> Mas eles também não escaparam do crivo da imprensa e das elites da cidade, que os classificaram e tentaram delimitar quais eram e quais não eram toleráveis.

Pretendemos analisar os debates que se davam em torno da presença desses clubes e tentaremos enxergar o posicionamento dos indivíduos que os formavam em relação às imagens de África que eram difundidas, assim como, quais as áfricas que eles levavam às ruas nesse processo de construção da identidade. Veremos alguns debates que cercavam a tolerância e a repulsa por certas manifestações negras e populares no carnaval de Salvador, no pós-abolição e que levaram às medidas oficiais e proibitivas. Por isso, também analisaremos o usos das máscaras nas ruas e a criminalização em torno de certos usos. Assim, buscaremos

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> Os principais jornais acessados foram o *Jornal de Notícias* e o *Diário da Bahia*, disponíveis no acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> ALBUQUERQUE. *Jogo da Dissimulação*, p. 199

compreender como essas performances estavam inseridas nas questões sociais e raciais do período.

Alguns pesquisadores já dissertaram sobre tais grupos e manifestações e nos trazem análises diversas e importantes para o debate sobre o surgimento e atuação desses clubes. Raphael Rodrigues Vieira Filho, em sua dissertação sobre africanização do carnaval de Salvador, argumenta que os clubes uniformizados negros surgiram em ambiente, no qual intelectuais buscavam solução ao "problema negro". Segundo o autor, os clubes de denominação africana "adotaram elementos dos préstitos europeus, mas procuravam mostrar também aspectos mais civilizados do continente africano". Segundo o autor, as manifestações culturais negras, no carnaval do período, podem ser divididas em três: os clubes uniformizados; os sambas e batuques, que eram pequenos grupos que saiam às ruas de "maneira mais espontânea"; e os candomblés, que eram aqueles que levavam aos festejos manifestações públicas da religião praticada nos terreiros.<sup>245</sup>

Acreditamos que essas classificações eram maleáveis, podendo variar de acordo com quem relatava ou repreendia. Veremos por exemplo que em meados da década de 1900, quando elites e autoridades começaram a intensificar a repressão aos clubes africanizados, eles eram muitas vezes descritos, como batuques e verdadeiro candomblés. Ou seja, os classificavam na tentativa de homogeneizar aquilo que era diverso, de modo a coibir essas manifestações. Concordamos com o autor ao enxergar nessas manifestações culturais a "construção da identidade cultural dos negros soteropolitanos", e que estes utilizavam elementos de suas tradições culturais na tentativa de responder ao racismo científico que operava naqueles tempos.<sup>246</sup>

A historiadora, Kim D. Butler, classifica a participação afro-brasileira nos carnavais da década de 1890 em três categorias: o mais aceitável, então representado pela *Embaixada Africana*, que teria incorporado o formato estabelecido pelos clubes brancos; noutro nível estava *Os Pândegos da África*, que apesar do uso desse mesmo formato, segundo a autora, utilizou esse espaço para protestar contra a repressão ao candomblé; e em terceiro nível, os menos aceitáveis, estavam os mascarados e os pequenos clubes que apresentavam uma África que horrorizava as elites e aos leitores dos jornais da época. Para Butler, os clubes uniformizados considerados mais aceitáveis praticavam uma alternativa integracionista, aceitando "a validade da cultura dominante" e utilizando o carnaval como espaço para a

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup>VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *A africanização do Carnaval de Salvador, BA: a re-criação do espaço carnavalesco (1876-1930)*. Dissertação de (Mestrado em História) — Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1995, p.97-105.

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup>Idem. p.108 -109.

"promoção da acomodação racial". Já os *batuques* eram o oposto e tornaram-se problema público ao resistirem aos valores impostos.<sup>247</sup> Butler segue a perspectiva colocada por Peter Fry, Sergio Carrara e Ana Luiza Martins em *Negros e Brancos no Carnaval na Velha República* (1988),<sup>248</sup> que enxergam a persistência dos batuques como resistência e o surgimento dos clubes negros, na última década do século XIX, como conformidade negra aos padrões impostos pelos brancos.

Essa contraposição entre os clubes que se acomodavam e os que resistiam, foi questionada por Albuquerque, que acredita que tal polarização negligencia "os ajustes e tensões que envolviam a todos naqueles dias". A autora explana que até mesmo os clubes classificados como os mais adaptados levavam consigo referências de Áfricas recriadas nos seus espaços de sociabilidade. Tais recriações eram alvo de debates entre intelectuais, os quais apontam para a ideia da existência de áfricas aceitáveis em contraposição às "africanidades" constantemente atacadas e indesejadas. A *Embaixada Africana* representaria uma dessas áfricas toleradas. As exaltações de intelectuais em relação aos desfiles desse clube revelam uma classificação dos negros entre mais ou menos selvagem. Para Nina Rodrigues, os reinos africanos teatralizados pela *Embaixada*, eram aqueles dos negros mais valorosos, "pertencentes a um ramo da raça branca.". Seu olhar sobre os *Pândegos da África* era diferente, era a representação de uma África inculta. Opinião que o colocava em lugar oposto a Manuel Querino, diretor do clube em 1900, e que via nos préstitos dos *Pândegos* a exibição da África nagô, idêntica ao que ocorria na costa africana. Tratava-se de uma busca por uma descendência africana que também ocorria nos terreiros de candomblé, explica a autora. <sup>250</sup>

Portanto, esse viés classificatório, apresentado por Fry e Butler, não contribui para entendermos a complexidade de referências africanas e as interpretações sobre elas. Veremos que mesmo dentro de um formato de clube carnavalesco, aos moldes dos primeiros grandes clubes — que era o mais difundido e aceito, portanto o menos perseguido pelas autoridades policiais — integrantes de clubes como a *Embaixada Africana* fizeram escolhas em seu modo de festejar e quais áfricas representar, as quais nada tinham de acomodação, e sim respostas às construções raciais que estereotipavam a população negra e tentavam limitar a sua cidadania.

<sup>247</sup>BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition, Sao Paulo and Salvador.* New Brunwick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998.p.184-185.

-

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup>FRY, Peter, et al. Negros e Brancos no Carnaval na Velha República. In: REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 222 – 263.

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup>ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*, p.229.

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup>Idem. p.216-235.

# Embaixada Africana e o "baruio do vatapá"

No ano seguinte ao seu surgimento, a *Embaixada Africana* recebeu da imprensa notas de destaque pelo préstito apresentado. Naquele ano, 1896, aqueles que eram aclamados como os grandes clubes, a exemplo do *Cruz Vermelha* e dos *Fantoches da Euterpe*, como já vimos no capítulo anterior, não desfilaram, apesar dos lamentos por tal ausência, o *Jornal de Notícias* comemorou aqueles dias de festa. Para eles, os festejos daqueles carnavalescos pareciam se civilizar diante do "desaparecimento" do entrudo.<sup>251</sup> Como comenta Butler, naqueles dias a velha brincadeira parecia muita mais perigosa do que os clubes de costumes africanos que surgiam.<sup>252</sup> Para o primeiro dia da festa o *Jornal de Notícias* enviou os cartões de felicitações para dois clubes, O *Congresso Vulcano* e a *Embaixada Africana*, os quais, segundo os colunistas, se apresentaram de modo brilhante:

O primeiro attestando gosto notavel não só na sua garbosa guarda de honra como no bonito préstito, que appareceu luzidio;

O segundo n'um característico correcto de costumes da raça que representava inclusive a originalidade da sua orchestra.

Fosse mais numeroso o sequito africano e maior o carro do estandarte e a "Embaixada" teria mais importancia ainda.

Queremos vel-a amanhã na mesma ordem que desfilou hontem conquistando applausos.  $^{253}\,$ 

Para o jornalista, o clube *Embaixada Africana* aparecia em um "característico correto de costumes da raça", o destaque serve para ressaltarmos que, mesmo quando destacados como corretos, adequados e até mesmo "civilizados", esses clubes eram classificados racialmente. Não encontramos para os demais clubes, principalmente aqueles que reverenciavam uma cultura europeia, o termo "raça" nas descrições ou comentários feitos pelos jornais. Esses termos apareciam na medida em que para as elites locais era importante delimitar, qualificar e classificar as participações negras naquele espaço festivo. A este processo denominamos, segundo Wlamyra Albuquerque, racialização no tempo da abolição. <sup>254</sup> Já a "original" e "representativa" orquestra da *Embaixada* continha instrumentos que em posse de outros grupos carnavalescos, não foram vistos com tão boa vontade. Os proclames deste clube, naquele ano, revelaram os elementos percussivos da sua charanga "que em seus instrumentos (*agogô*, *hilú*, *querebê*, etc) e sob a inteligente batuta do *maestro Abedé*"

<sup>252</sup>BUTLER. Freedoms given, freedoms won, p.177

<sup>&</sup>lt;sup>251</sup>Jornal de Notícias. 19 de fevereiro de1896

<sup>&</sup>lt;sup>253</sup>Jornal de Notícias. 17 de fevereiro de1896

<sup>&</sup>lt;sup>254</sup>ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*.

executou as marchas, fechando os desfile da "colônia africana" 255. Os versos distribuídos revelavam o "barulho do vatapá" exaltado pela Embaixada:

> A esse povo baiano, Qui eu sariva cum aligria, Pruque tudo tá contente Cum a fessa d'esse dia, Pide a Deu, vida saúde Móde vê nossa fulia.

Qui pra ano nosso tá hi, Conforme deu ajudá, Cum prazê i aligria Na fessa de cranavá, Qué pá prova todo povo, O baruio do Vatapá.

 $(Abed\acute{e} - Ogan)^{256}$ 

Naquele dezembro de 1896, A Embaixada Africana buscava como tantos outros clubes, arrecadações para sua manutenção e construção do préstito do ano seguinte. Para isso, organizaram um baile no dia 12 de dezembro de 1896. No dia anterior ao baile, o clube enviou à Intendência Municipal, o pedido de licença para que pudessem distribuir o programa da festa à população.<sup>257</sup> Esta divulgação da festa aconteceu com o acompanhamento de tambores, por isso a necessidade da licença. Encontramos o programa anexado ao pedido:

<sup>257</sup> AHMS. Fundo: Intendência. Clubes carnavalescos.

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup>*Jornal de Notícias*. 15 de fevereiro de 1896. <sup>256</sup>*Jornal de Notícias*. 22 de fevereiro de 1896.

# CIRCO PHENOMENAT

DIRECÇÃO DOS DISTINCTOS ARTISTAS

# OLIVIO & MENDES



HOJE, SABBADO, HOJE!

Enorme funcção em beneficio do popular

# Club Carnavalesco Embaixada Africana

VERDADEIRAS NOVIDADES!



Exhibição dos engraçados palhaços africanos

Lobossi e Mani-Bamba

que se apresentarão «caprichosamente» vestidos

O festejado OLIVIO apresentará ao publico uma grande

O mesmo artista desempenhará pela primeira vez a chistosa scena comica de successo

A Empreza garante para esta noite um programma surprehendente. Todos os artistas acham-se empenhados em satisfazer o illustrado publico bahiano. Pelo querido OLIVIO novas canconetas.

15 minutos de gargalhadas

Modinhas, ditos chistosos, etc., etc., pelos apreciaveis clowns africanos

TRES PALHAÇOS farão rir a bandeiras despregadas

Terminará o espectaculo a sempre applaudida pantomima

# CARVOEIRO

Uma banda de musica abrilhantará o espectaculo com excellentes peças de seu repertorio.

Preços e horas do costume. Bonds para todas as linhas.

Bilhetes à venda no Restaurant Estrella, à rua de Palacio, n. 24, até o dia do espectaculo às 6 horas da tarde, e dessa hora em diante na bilheteria do Circo.

Fiel a seus principios a EMBAIXADA AFRICANA não econômisa esforços para offerecer mais uma festa digna da concurrencia publica O Club beneficiado aproveita a occasião para agradecer á Empreza Olivio & Mendes o acolhimento que se dignou dispensar-lhe.

Litho-Typ. Wilcke, Picard & C.

### Figura 6

Programa do Baile da Embaixada Africana Fonte: AHMS. Fundo: Intendência. Clubes carnavalescos. Percebe-se que o clube assumia todas as formalidades exigidas na época. Infelizmente, são raros nos arquivos baianos, os pedidos de licenças feitos por clubes da cidade no período estudado. Tratando-se de clubes com temas africanos, só tivemos acesso ao acima citado. Mas devemos pensar sobre o crescimento das práticas de formalização por parte desses clubes, inclusive como mecanismo de preservação. Eric Brasil, tendo acesso a um amplo número de licenças de clubes carnavalescos no Rio de Janeiro, no início da República, conclui que "os grupos populares compreenderam o uso da cultura escrita, especificamente o uso da lei em seu favor, como um caminho para garantir e expandir o direito de associação, expressão e representação". <sup>258</sup>

Diante disso, cabe entender qual expressão cultural e qual representação de África, eles defendiam, e por que acreditamos que isto estava longe de ser apenas uma acomodação aos moldes de um carnaval supostamente branco e sem embate às questões raciais debatidas naquela sociedade.

No ano de 1898, a *Embaixada Africana* foi anunciada como a principal nota do carnaval. Prenunciavam que seriam dela as honras e o os aplausos, que viria "numerosa e chique" para eternizar a festa daquele ano. Dias depois, foi publicado o programa do desfile no *Jornal de Notícias*, logo em seu princípio os embaixadores declararam:

Dois clarins os quais envergarão lindo costume de Tunis. Como prova de que a civilisação não é uma utopia no continente negro (como propalam os maldizentes) seguir-se-há bem organizada [...]<sup>259</sup>

O trecho destacado nos leva a pensar para quem – ou contra o quê– a embaixada se voltava e tentava responder através de seu desfile. Não é difícil pensar que essa declaração, logo no início do programa, claramente aparece como resposta às imagens de barbárie e incivilidade cotidianamente associadas aos africanos e às sociedades africanas. Imagens que para os embaixadores eram construções dos "maldizentes".

Os embaixadores estavam lendo e questionando construções sobre África, africanos e seus descendentes, em uma sociedade onde efervescia o racismo científico. Nas últimas décadas do século XIX, as teorias racistas advindas dos países europeus e dos Estados Unidos, que pregavam a superioridade da raça "ariana" e a inferioridade das populações não

<sup>259</sup> Jornal de Notícias. 19 de fevereiro de 1898.

<sup>&</sup>lt;sup>258</sup>BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016. p.32.

brancas, ganharam adeptos das elites brasileiras. Com a virada do século, a influência desses pensamentos só se intensificou.<sup>260</sup> Como aborda Thomas E. Skidmore, em sua obra clássica, *Preto no Branco*, as elites locais buscavam enaltecer o darwinismo social usando como exemplo as incursões de europeus e americanos em suas colônias em continentes como a África:

"Os brasileiros prontamente repetiam a acusação de que os negros nunca haviam construído uma grande civilização, citando informes ingleses e de outros países da Europa sobre as estruturas "primitivas" com que os governadores coloniais brancos tinham de se avir." <sup>261</sup>

Instituições e seus intelectuais tomaram como suporte as teorias racistas e as desenvolveram ou adaptaram-nas à realidade brasileira. Lilia Moritz Schwarcz (1993) mostra como tais pensamentos se constituíram em espaços formais da intelectualidade do país, como os museus, os institutos históricos e geográficos e as faculdades de direito e medicina. Debatendo a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Antropológico e Geográfico de Pernambuco e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a autora demonstra como questões raciais eram entendidas e debatidas pelos grupos que frequentavam e formavam esses espaços. A partir da década de 90 do século XIX, os discursos apresentados por eles, principalmente através das revistas institucionais, mostram a defesa do pensamento da inferioridade dos negros, caracterizados como uma população não adequada ao processo civilizatório, o qual seria característico da raça branca. As teorias que baseavam esses discursos, nem sempre eram utilizadas com coerência, os institutos souberam "misturar evolucionismo e darwinismo social, poligenismo e monogenismo, conclusões científicas e religiosas", diz Schwracz. 263

Não se deu de forma diferente a formação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como demonstra Albuquerque. Fundado no ano de 1894, no princípio do novo regime, o IGHB e seus membros se colocavam como os guias dos caminhos para o progresso, e entre os problemas debatidos estavam a "degeneração racial", fruto da miscigenação presente na população brasileira. Para os associados, o futuro próximo dependia do branqueamento da população, que para eles se concretizaria com a campanha imigracionista, a qual não obteve

<sup>262</sup>SHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*, p.129-184.

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup>SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012. p.80-127.

<sup>&</sup>lt;sup>261</sup> Idem. p.97.

<sup>&</sup>lt;sup>263</sup> Idem. p.172

êxito como em outros estados do país. Além disso, preocupavam-se em recriar uma identidade regional, onde a presença negra fosse eliminada.<sup>264</sup>

Além dos institutos históricos, as faculdades de medicina foram essenciais para a criação e difusão de teorias raciais que eram ainda mais deterministas. Integraram a Faculdade de Medicina da Bahia nomes reconhecidos defensores do racismo científico, como Nina Rodrigues. Em seu livro, *Africanos no Brasil*, Rodrigues debruçou-se sobre as populações negras no país. Segundo Schwarcz, era objetivo dessa obra perceber as diferenças e hierarquizar esses grupos, ainda que identificasse certo "valor" em alguns povos negros, em seu conjunto, a presença dessa população era uma das razões para a inferioridade do nosso povo. Nina se revestia de parâmetros científicos, e utilizando a ideia de imparcialidade da ciência, reconhecia o "potencial" de raças negras de "puro-sangue" e condenava os processos de mestiçagem no país. 265

Dentro de uma lógica onde existiam áfricas mais aceitáveis, Nina Rodrigues admirava o clube *Embaixada Africana*. Para Albuquerque, Nina via na *Embaixada* a representação dos grupos negros mais adaptados e inteligentes, "uma redenção da barbárie", "pertencentes a um ramo secundário da raça branca". <sup>266</sup> Ainda que Nina acreditasse em homens negros de valor, isto não invalidava sua certeza que a raça não teria atingindo a civilização, ressalta a autora. <sup>267</sup>

A *Embaixada Africana* não foi um clube tido como condenável naquele período, ainda assim, esse clube formado por homens negros, que se autodenominavam como "colônia africana" e enxergavam a necessidade de exaltar uma civilidade do seu continente de origem, ou de seus antepassados, como maneira de reivindicar também a sua cidadania no tempo e lugar onde se encontravam. Mesmo com seus desfiles exaltados nos dias de carnaval, os componentes da *Embaixada Africana* – e de tantos outros clubes "africanos" – eram vistos e tratados em seu cotidiano, de forma coletiva e individual, com as construções em torno da "raça negra".

### Embaixadores da Zululândia

No final do XIX e começo do século XX, as notícias sobre as ocupações europeias no continente africano eram relatadas pelo olhar dos imperialistas europeus. A imagem de África

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> ALBUQUERQUE. *Algazarra nas Ruas*, p.30-35.

<sup>&</sup>lt;sup>265</sup>SHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças, p.273.

<sup>&</sup>lt;sup>266</sup> ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*, p.215-217.

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup> Idem, p.225.

construída nos jornais era de um continente exótico, primitivo e bárbaro. Entretanto, esses clubes escolhiam o título de africanos para sair às ruas. Como demonstra Eric Brasil, ao tratar de clubes africanos no Rio de Janeiro, os grupos que carregavam esse título se conectavam a um "passado específico" ao mesmo tempo em que contrapunham as imagens estereotipadas sobre os africanos e seus descendentes. O autor ressalta que tais grupos se utilizaram de territórios simbólicos, como o carnaval, "para recriar a África numa perspectiva inclusiva e moderna". <sup>269</sup>

Dentro dessas tentativas de recriar imagens de África moderna e, sobretudo, civilizada, é que a *Embaixada Africana* desfilou com temas que traziam a representação de grandes reis africanos. A busca era por mostrar uma África monárquica, guerreira que combatia o avanço imperialista. No ano de 1897 o *Jornal de Notícias* e o *Correio de Notícias* publicaram como viria a *Embaixada Africana* naquele ano. O primeiro anunciou:

Embaixada africana - Uma boa notícia, antes de tudo: estes club accedeu ao pedido feito pelas familias residentes ás ruas das Portas do Carmo, Açouguinho e Maciel.

O secretario da Embaixada nos communicou tambem que a sua charanda prepara uma surpresa aos foliões no Polytheama.

O estandarte do clube é empunhado pelo celebre Negus Menelik, o inteligentissimo rei africano, de pé sobre enorme buzio, encravado em arrecifes.

Guia este carro, n'uma linda concha a Fama, hoje tambem inseparavel de Menelik

E ha mais:

Personagens de Gungunhana, guerreiros cafres, zebras, trombeteiros, bufalos de cornos de ouro, ministros africanos, crocodilos, rans, embaixadores, charangas, etc. E uma chave de ouro com o poderoso *Muquichi*, ou o desmancha feitiço.

A Embaixada vae conquistar no carnaval de 97 um logar honrosissimo.

É o que traz a verdadeira nota de cômica do Carnaval

Nós agradecemos as proclamações e programma que tão gentilmente nos foram enviados. <sup>270</sup>

Logo de início, a nota nos revela um acontecimento que não foi único na trajetória do clube, o pedido de famílias para que os préstitos dos embaixadores passassem nas ruas que habitavam. Esse prestígio que a *Embaixada* ganhou dois anos após sua estreia no carnaval de Salvador, revela-se nos jornais do período que destacam seu luxo e distinção. O *Correio de Notícias* comparou o clube ao tradicional *Cruz Vermelha*, que retornara aos festejos depois de

<sup>&</sup>lt;sup>268</sup> BRASIL, Carnavais atlânticos, p. 174.

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup> Idem, p174-176.

<sup>&</sup>lt;sup>270</sup> Jornal de Notícias. 27 de fevereiro de 1897.

três anos ausentes. A ausência dos grandes clubes, inclusive, colaborou com o destaque dado a *Embaixada Africana* e aos *Pândegos da África*. O *Correio* ainda trouxe mais detalhes do programa do clube:

Muito de proposito ainda não nos ocupemos dos festejados *clubs Cruz Vermelha e Embaixada Africana*, um a nota de gosto e luxo, outro da pandega e da verdadeira troça carnavalesca deste ano.

A *Embaixada Africana* enviou-nos um largo um longo e espirituoso manifesto assinado pelo embaixador *Manikus*e os secretários *Chaca e Muzilla*.

Segundo este manifesto sabemos que a embaixada vem tratar dos prejuízos havido para o reino de Zululandia, por ocasião do levantamento dos malês.

Vem por causa de questões tendentes ao seguinte decreto:

<sua majestade o rei da Zululandia, considerando que o fato de azorragares africanos na praça publica não encontrar apoio e nenhuma razão de justiça. Resolve:</p>

1º instituir sobre o Estado Federado da Bahia o Mucamo de [?] a [?] 59218571824197012709216025363280 de jardas de algodão riscado, como indenização pelos africanos mortos no mesmo estado por ocasião do movimento alcunhado de levantamento de malês;

2º Enviar ao mesmo estado um embaixador, que será portadora deste documento>>

O préstito será assim organizado:

Servirão de arautos, como preservativo contra o micróbio da febre amarela — dois feiticeiros de *Bungueira*.

Seguir-se-há bem organizada banda de musica preparada pela <<digna colônia africana desta cidade>> para acompanhar a *Embaixada*. Trajará notável costume algeriano, executando em seu trajeto os dobrados *Fortunato Santos*. *Manelik*. *Makonem*.etc.

Dois personagens da corte de *Gugunhana* prenderam a arte musical, afim de anunciarem em clarins a aproximação da cavallaria, composta de guerreiros Reaes Cafrer-zukos. Estes guerreiros vêm armado de azagaria e escudos usados em sua terra, e montarão em formosíssimas zebras. Dois trombeteiros, trajando costume abysinio, anunciarão a passagem do vitorioso *Menelik*, negus dos negus, que, por homenagem ao rei da zululandia, empenhará o glorioso estandarte da embaixada Africana.

O imperador surgirá de um busio.

Guiará esse carro a Fama que descerá suas azas em linda concha.

Os negus do negus será acompanhado por dois ministros, os quaes trajarão rico vestuário de gala. Para maior segurança da pessoa do imperador, serão colocados neste carro dois valentes crocodilos, promptos para fazer desaparecer em suas escancaradas guelas todos os invejosos e maldizentes.

Seis ras empunhando espadas formarão a guarda de honra imperial.

Marchará em seguida, cavalgando animal alexandrino o embaixador *Manikus*, ladeado pelo *Muato de T'chiboco*.

Acompanharão o embaixador (encanecido no serviço de S. >.El-Re da Zululandia- seus secretários *Chaca e Muzilla*.

Para prova de que o papelório não é privilégio *desta terra das palmeiras*, um possante animal carregará o archivo africano, onde virão todos os documentos concernates à missão que tem a cumprir a Embaixada na Bahia. A promotora desta estrondosa festa, a *patriótica Colonia Africana*, desfilará após, formando incomparável charanga, devidamente correcta e augmentada

com instrumentos novos (marimbas,instrumento de corda, etc.) que do centro d'Africa trouxe o laureado maestro Abédé.

Fechará o prestito, para afastar da embaixada o zacri dos olhos máos – significativa chave de ouro, que será conduzido pelo poderoso *Muquichi* ou desmancha feitiço.

O digno secretário da Embaixada africana participou-nos que à lua a *revista* que o mesmo club pretendia distribuir por não teremos colaboradores enviados os originaes a tempo.

Ao passo a *Embaixada Africana* pela rua Carlos Gomes, ás 7 horas, não ainda accesos os combustos da iluminação publica, havia completa escuridão, impedindo que fosse covenientemente apreciada naquela rua o prestito do brilhante clube.<sup>271</sup>

A embaixada misturava em seus desfiles histórias e nomes de ambos os lados do atlântico para reconstruir uma história do povo africano de maneira gloriosa e luxuosa. Albuquerque discutiu sobre alguns personagens e temas presentes nesse préstito da embaixada. Primeiro, a escolha da insurreição do Malês, de 1835, como tema, para a autora isso representa que tal revolta ainda tinha importância na memória social, mesmo depois da abolição. Segundo ponto é a presença dos feiticeiros, que tinham como função o combate à febre-amarela e aos "maus olhos", levando às ruas o que era parte das práticas de cura ligadas às religiões de matriz africanas, e recorrentemente classificadas como fetichismo. E o que para a autora era o personagem principal daquele desfile, o rei etíope Menelik. Esse monarca se tornou referência comum e controversa nas primeiras décadas do século XX, mas essencialmente, Menelik representou a resistência aos poderes imperialistas, conseguindo se manter no governo da Etiópia por décadas até sua morte em 1913. Exibia-se uma "África fragmentada e inclusiva" constituída "a partir da experiência no cativeiro, mas que transcendia carnavalescamente".<sup>272</sup>

Assim como Menelik, o rei Gungunhana e a história do reino por ele governado representou a mesma resistência às investidas europeias no sul da África. Para melhor exemplificar a busca e as escolhas feitas pelos membros dos clubes, de modo que fosse exaltada essa África civilizada, vamos analisar um pouco mais sobre os nobres da Zululândia. Entendendo que as escolhas feitas por esse grupo se contrapunham à ideia de exclusividade europeia e branca quando se tratava de civilização.

Os zulus eram reconhecidos como povos guerreiros do Sul da África. Quando a *Embaixada* falava de nomes como Manikus, Chaca, Muzila e Gungunhana tratava mais especificamente do Reino de Gaza, constituído no Sul da África, onde hoje é Moçambique.

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup>Correio de Notícia. 27 de fevereiro de 1897.

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup>ALBUQUERQUE, *Jogo da dissimulação*, p.200-210.

Estendendo-se entre o Zambeze e o sul do Limpopo, este reino foi marcado pela resistência ao poderio imperialista Português.<sup>273</sup>

A presença portuguesa na região que viria a ser Moçambique se iniciou no século XVI, com a instalação de portos e feitorias que serviam para rota de comércio de especiarias no Oriente. Os portugueses se integraram – e disputaram – as redes comerciais já antes estabelecidas, nas quais participavam comerciantes árabes e suaílis. Entretanto, não tinham um domínio real sobre o território, suas feitorias foram conseguidas muito mais pelas negociações com os poderes locais, poucas foram conquistadas militarmente. Como destaca Valdemir Zamparoni: "Tratava-se, pois, mais de um império imaginado a posteriori que de uma realidade histórica." Mesmo no século XVIII, quando o tráfico de escravos intensificou o comércio na região os portugueses continuavam como intermediários, buscavam o controle dos portos para manter a arrecadação para a metrópole.<sup>274</sup> Segundo Gabriela Aparecida dos Santos, a formação do Reino de Gaza coincidiu com a tentativa de mudança da política colonial de Portugal. Com a independência do Brasil, em 1822, os portugueses tentaram a reconstituição de um império ultramarino nas suas possessões em África. Mas, segundo a autora, o que as fontes apontam é a presença colonial decadente, com um domínio frágil em relação aos poderes locais e aos comerciantes estrangeiros que atuavam na região, principalmente os ingleses.<sup>275</sup>

O primeiro dos reis e fundador de Gaza foi Manicusse, acreditamos que ele possa ser o embaixador Manikus a quem o programa da *Embaixada* se refere. Sucedido por seus filhos Mawewe e Muzila, que disputaram o trono, saindo vitorioso o segundo, que também foi citado no programa da embaixada como secretário do embaixador. O filho de Muzila, Gungunhana, foi o último no trono zulu. Os portugueses por vezes utilizaram de um discurso

\_\_

Liderado por Manicusse, o Reino de Gaza foi fundado no fim do século XVIII, no sul de Moçambique, após disputas entre povos Ngunis, pertencente aos grupos de língua bantu. Na baía de Delagoa, feitoria portuguesa, ponto de importante de comércio com navios internacionais, o reino de Gaza tinha o controle do comércio entre o interior e a costa com os estabelecimentos portugueses. Ver: NGCONGCO, Leonard D. "O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos". In: AJAYI, Ade J. F. (org.) História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. p.105. Ver também: SANTOS, Gabriela Aparecida dos. Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007, p.30

<sup>&</sup>lt;sup>274</sup>ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Edufba: Salvador, 2012, ps. 215 – 217. Alen F. Issacman afirma que, ao contrário do que foi defendido por antropólogos, as sociedades autóctones da região de Moçambique não tinham apenas economia de subsistência, ainda que majoritariamente fossem formadas por grupos de agricultores, essas sociedades também estavam envolvidas no comércio, exportavam seus excedentes, como ferro, sal, vestimentas, etc. Ao fim do XVIII muitos grupos já integravam o comércio de marfim e escravos. Ver: ISAACMAN, Allen F. "Os países da bacia do Zambeze". In: AJAYI, Ade J. F. (org.) *História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 215-217

que colocava esses homens em lugar de inferioridade, criando imagens de "selvageria" principalmente quando esses líderes se colocavam em oposição ao seu domínio.<sup>276</sup> Discurso parecido ao que os *Fantoches da Euterpe* levaram às ruas de Salvador, no ano de 1890, analisado no capítulo anterior.<sup>277</sup>

Entretanto, o que demonstra a historiografia é que esses soberanos souberam articular e negociar com os poderes imperialistas, a ponto de obter vantagens e fortalecer seu reinado. Descumprindo ou ignorando tratados de vassalagem, ou negociando com forças imperialistas inglesas que disputavam com os portugueses, conseguiram manter o reino por décadas. Gungunhana, um dos reis presentes no desfile da *Embaixada Africana* usou desse último artifício. O início do seu reinado coincidiu com a Conferência de Berlim em 1885, que levou os portugueses a emergência de efetivar a ocupação entre Angola e Moçambique, que passou a ser disputada também pelos britânicos.<sup>278</sup>

Em 1890, as bandeiras portuguesas não estavam firmadas no território de Gaza, e além do poder do rei de Gaza, os portugueses enfrentavam as ameaças dos britânicos ávidos pelos territórios com minas em Moçambique. Gungunha já enfrentava os portugueses nas disputas por minas da região, sua aproximação com os ingleses, tornou ainda mais tensa as relações. Na procura do ganho de benefícios próprios, Gungunhana negociou com ambos os lados. Buscava meios para garantir a sua soberania e coibir os abusos portugueses. <sup>279</sup>

Tais disputas e negociações muitas vezes chegavam a Salvador através do olhar português. Correspondências de Lisboa, publicadas nos jornais da cidade, comunicavam sobre as disputas com os ingleses e as supostas negociações do Reino Zulu com os britânicos. No dia 25 de maio de 1891, na coluna denominada "Correspondências", o *Jornal de Notícias* publicara:

Da Africa Oriental são poucas as notícias que nos chegaram n'esta quinzena. Por via de Londres recebemos o seguinte telegrama, que pode ser considerado como mais uma intriga dos ingleses contra o nosso domínio. Cidade do Cabo, 7. – (Telegramma da *Agencia Reuter*.) – Partiram para a Inglaterra dois chefes do régulo Gungunhama, que vão em missão assegurar

<sup>277</sup> Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1890.

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup>SANTOS. Reino de Gaza, p.65-84

<sup>&</sup>lt;sup>278</sup>A Conferência de Berlim, em 1885, reuniu 14 países - potências europeias e os Estados Unidos – onde o objetivo era a regulação do comércio no território africano e das novas ocupações. Ao fim da conferência novos princípios foram estabelecidos, como o de livre comércio e a livre navegação nas bacias dos rios Congo e Níger; deixou também de valer para as novas ocupações o direito histórico e passou a ser exigida a posse efetiva dos territórios. Das possessões portuguesas só eram reconhecidas as da margem esquerda do Zaire e os territórios de Cabinda e Molembo ao norte, por isso a emergência de efetivar a ocupação entre Angola e Moçambique, que ficou conhecida com *hinterland*. Ver: SANTOS. *Reino de Gaza*, p. 123-136; ZAMPARONI. *De escravo a cozinheiro*, p.41.

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup>SANTOS. Reino de Gaza, p.178-181

á RaindhaVictoria o desejo do Gungunhama pelo protectorado inglez e a sua inalterável dedicação á Inglaterra.

[...]

- Hontem porém chegou de Lourenço Marques um outro telegrama que pode servir de desmentido aos ardis da companhia South Africa.

Ei-lo

Lourenço Marques, 9 – Serviço oficial.

Uma embaixada do Gungunhama, apresentada pelo intendente Almeida, foi recebida aqui perante numerosa assembléa. Fez declarações terminantes de vassalagem e fidelidade do Gugunhama e oferecimentos de toda a sua gente de guerra contra qualquer agressão ao domínio portuguez.

Lavrou-se uma acta que foi assignada por todos os presentes e pelo corpo consular, incluindo o consul inglez. Fez declarações cathegoricas de ser falso o enviado apresentado no Cabo como sendo de Gungunhama.<sup>280</sup>

As tensões e o terreno propenso às insurreições no sul de Moçambique levaram o governo português, em 1891, a enviar e concentrar tropas para reestabelecer a ordem e garantir o domínio. Ao passo que derrotavam e combatiam outros revoltosos, os portugueses cercavam Gungunhana. A derrota do soberano foi realizada em novembro de 1895, quando foi preso e enviado para Lisboa e depois para os Açores, onde faleceu. Em Portugal, a vitória foi entendida como prova de um controle efetivo das suas possessões e demonstração de forças diante das potências europeias. Santos defende, que o Reino de Gaza, significou resistência e contraposição ao poder colonial e imperial. Além da recusa a uma submissão, a soberania de Gaza limitou as ações e o poder Português por décadas.

Se o olhar imperialista era difundindo no Brasil através de alguns órgãos da imprensa, sem dúvidas, as glórias africanas chegavam pelos navios. Como demonstra Lisa L. Earl Castillo, o porto também foi lugar de comunicação entre o continente africano e o Brasil. Castillo estudou trajetórias de africanos, ex-escravos no Brasil, que atravessaram o oceano por diversos motivos. Ela demonstra as construções de redes sociais, econômicas e religiosas que ligavam os habitantes dos dois continentes.<sup>281</sup> A autora divide esses fluxos em três fases. A primeira e mais intensa, realizou-se entre 1835 e 1837, e tem como fator central a Revolta dos Malês, em 1835. A insurreição levou a suspeição dos africanos por parte das autoridades baianas, que criaram medidas repressivas, as quais afunilaram principalmente a possibilidade de ascensão da população africana, além da ameaça constante de deportação. Isso fez com que muitos africanos, por motivos econômicos ou por solidariedade, deixassem o Brasil. A segunda fase ocorreu durante a década de 1840, através dos dados catalogados para esse período, a autora verifica um constante "vaivém" de alguns "retornados". Demonstra que

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup>Jornal de Notícias. 25 de maio de 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup>CASTILLO, Lisa L. E. Em busca dos Agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. In: *Afro-ásia*, nº 55, 2016, p.111-147.

muitos voltavam ao Brasil, burlando as leis que os impendiam de retornar, graças às conexões pessoais que aqui mantinham. O motivo comum das travessias nesse período foi o comércio atlântico, que incluía o tráfico ilegal de cativos, muitos se estabeleceram nele e fortaleceram suas redes econômicas aqui no Brasil. Na terceira fase, entre 1850 e 1860, a Bahia deixou de ser o polo central desse movimento, mas se manteve como importante porto de embarque para africanos que vinham de outras províncias. Castillo entende que esses comerciantes se tornaram intermediários entre os retornados na Costa e aqueles que ficaram na Bahia. "Os membros que atravessaram o mar eram atores importantes em diálogos atlânticos, trazendo notícias, mercadorias e encomendas, até mesmo promovendo o fluxo de outras", diz a autora.

Portanto, informações sobre África, para além das divulgadas pelos jornais locais, chegavam e circulavam entre a população baiana que as liam e faziam uso delas ao seu modo, mesmo com o decrescimento desse trânsito, a partir da década de 1890, quando a média de era de um ou dois navios por ano, segundo Castillo. Nina Rodrigues também registrou o trânsito de navios, com a costa africana, principalmente com a cidade de Lagos, com três a quatro viagens por ano. <sup>282</sup>

Os préstitos da *Embaixada Africana* são evidências das permanências dessas comunicações, e dos usos dessa ligação na construção de identidade e na luta por cidadania do lado de cá do Atlântico. Quando apresentaram no carnaval de 1897, entre outras figuras e histórias, o reino de Gaza e seu último rei, Gungunhana, tinha se passado um pouco mais de um ano da sua derrota, e eles escolheram representá-lo nas ruas de Salvador. A valorização de um reinado duradouro, que articulou ao mesmo tempo em que resistiu às investidas imperialistas por décadas, não parece ser uma escolha aleatória por parte dos componentes da *Embaixada Africana*. Esses homens fizeram suas leituras sobre as áfricas que aqui se noticiavam, seja através dos jornais e das visões imperialistas neles exibidas, ou através das informações que chegavam pelo porto, por aqueles que atravessaram o Atlântico. Assim, recriavam áfricas em seu cotidiano e as tornavam espetáculos em tempos festivos como resposta às tentativas de inferiorizar as culturas e sociedades negras.

Butler considera que os usos de África no Carnaval, como parte da luta dos afrobrasileiros por cidadania durante o século XX e, assim como outras comunidades negras das Américas e do Caribe, os clubes africanos de Salvador "invocaram suas conexões com uma comunidade negra global para auxiliar a negociação do seu lugar em uma nação em

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup>RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.p.113. Disponível em:<a href="http://books.scielo.org">http://books.scielo.org</a>

transformação". A autora ressalta que a existência do "cosmopolitismo negro" em Salvador estava conectada a um contexto de intensas relações comerciais que existiam com o oeste africano, as quais permitiram um diálogo com uma África contemporânea. Utilizando disso, confrontavam os limites para a cidadania negra que as elites construíam. Para Albuquerque, ao se africanizarem esses homens subvertiam o lugar de marginalidade em que eram colocados, atualizavam vínculos comunitários e reafirmavam uma identidade baiana e brasileira. Para Albuquerque,

Essa exibição de uma África positivada, não foi recurso exclusivo ou inovador da Embaixada. O termo é utilizado por Eric Brasil, ao tratar dos cucumbis no Rio de Janeiro, na década de 1880. Para o autor, exibia-se uma imagem de África criada a partir do arcabouço cultural presente naquela cidade, levava-se às ruas "uma África simbolicamente positivada com seu rei e rainha, príncipes e princesas, além de banda, guarda, feiticeiros e súditos". <sup>285</sup>

No ano de 1898, a Embaixada Africana continuou a construir essas imagens. No mesmo programa publicado pelo Jornal de Notícias, onde os embaixadores declararam que seu desfile viria como prova da existência de civilização no continente africano, fica claro como seus componentes se utilizavam dos mesmos recursos dos grandes clubes, de modo a serem tão luxuosos quanto esses, mas objetivando uma afirmação positivada do ser africano e toda a cultura que daquele continente era originário. Declaravam não só tal existência, como o adiantamento dos povos africanos em aspectos como a arte:

O incansáveis africanos aqui residentes, o intuito de darem uma prova do seu patriotismo, fizeram vir de Paris, para transportar os embaixadores um carro de madre-perola.

Possuidos do louvável desejo de aniquilar os detratores do grande pais de cham, os mesmos africanos preparam por suas próprias mãos o interior desse carro, podendo-se assim avaliar o grão de adiantamento a que tem atingido A ARTE AFRICANA.<sup>286</sup>

## "Atiraram-se ao tabaque com unha e dentes"

A *Embaixada* levou às ruas essa África positivada e aceitável aos olhos das elites da cidade de Salvador. Contudo, a proliferação dos grupos "africanizados" gerou o incomodo e

<sup>285</sup> BRASIL, Eric. *A corte em festa: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879 – 1888)* Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 274.

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> BUTLER, Kim D. "Masquerading Africa in the Carnival of Salvador, Bahia, Brazil 1895–1905" In: *African and Black Diaspora: Na International Journal*, 2016. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.1080/17528631.2016.1189690">http://dx.doi.org/10.1080/17528631.2016.1189690</a>

<sup>&</sup>lt;sup>284</sup> ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*. p. 198.

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> Jornal de notícias. 19 de fevereiro de 1898.

acarretou à proibição da saída desses clubes. No ano de 1898, além da Embaixada Africana, identificamos nos jornais outros três que se autodenominavam africanos: A Chegada dos Africanos, Pândegos da África e Filhos da África. Com exceção dos Pândegos, que tinha certo prestígio, esses clubes e tantos outros que se multiplicaram nos anos posteriores não foram postos pela imprensa, elites e autoridades no mesmo patamar que a *Embaixada*. Com o crescimento desses, veremos nos órgãos jornalísticos um aumento das reclamações e críticas em torno dessa presença.

Findado o carnaval desse ano, o jornal de caricaturas A Malagueta, publicou alguns comentários sobre os festejos, em uma coluna assinada por Xico Pronto, que pode nos ajudar a refletir acerca das tensões que envolviam aquela sociedade e seus dias de momo. Xico fez o resumo dos préstitos ocorridos, mesmo elogiando os esforços da "afamada" Embaixada africana, declarou que seu desfile foi pobre, e que mesmo o clube tendo oferecido algo "digno de ver", aquele não era tempo de achar graça de nada, dada a situação financeira em que se encontrava o país naquele ano, se referia ao aumento do câmbio.<sup>287</sup>

Entre elogios e ponderações acerca dos motivos de um desanimado carnaval, e as lástimas da falta dos clubes, Cruz Vermelha e Fantoches, o cronista também marca a diferença da Embaixada Africana em relação aos outros grupos africanos que, segundo ele, o "imitavam". Mas ao comparar a *Embaixada Africana* com o clube *Filhos da Turquia*, que também desfilara aquele ano, o colunista critica a falta de componentes e marca o desfile da Embaixada como espaço onde a África era o centro. Em trecho dizia:

> Outro club que conquistou as minhas sympathias foi o dos Filhos da Turquia. Souberam manter-se accordes com o seu título, e a assim como na Embaixada tudo cheirava a África, nada se nottava neles que não tivesse o cunho ottomano. Mas ressentiam-se da falta de pessoal (sempre a falta de pessoal!) ainda mais notavel do que nos embaixadores africanos. Foram estes clubs que, apezar de não "me encherem as medidas", melhor me satisfizeram. 288

Após os comentários sobre os desfiles, Xico Pranto, diante do "diluvio dos clubes africanos", colocou-se a lastimar acerca do "espírito da imitação" que reinava "até nas mais insignificantes coisas". A imitação a que ele se referia era a que se realizava entre outros

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup>As oscilações do câmbio e a carestia de vida são diversas vezes mencionadas como os motivos para um carnaval considerado desanimado ou a razão por que não pode desfilar alguns clubes. As crises econômicas na década de 1890 são comentadas por José M. de Carvalho. Ver: CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p.19-21. <sup>288</sup> A Malagueta, em 15 de março de 1898.

grupos africanos que, segundo ele, copiavam a *Embaixada Africana*. Relembrou então as primeiras presenças dos embaixadores:

Lembrei-me de que, no Carnaval de 96, quando a então original charanga do club *Embaixada Africana* tangia no interior daquelle edificio os seus exquisitos instrumentos, os foliões mascarados punham-se a dansar um semi-camdomblesado e arrebatador *maxixe*; presentemente, porém todos ouviam aquella enxurrada de tabaques com indifferenças e sem enthusiasmo...

Os imitadores conseguiram estragar a novidade apresentada pela singular *Embaixada*.

[...]

Estava, pois, o zabumba no auge do seu reinado, quando surgiu a Embaixada Africana com outra innovação. Então, os imitadores de todos os tempos, os incapazes de crear alguma cousa, largaram a masseta do bombo e gritaram com toda a força dos pulmões: - *Ao tabaque!* — E, si bem o disseram, melhor o executaram: atiraram-se ao tabaque com unha e dentes, reduzindo o Carnaval ao candomblé que se viu.<sup>289</sup>

Sua comparação continuou lembrando que tudo ficava às claras para ele, quando os clubes se encontravam no concorrido baile do Politeama, onde notava a diferença entre o "original" e "caprichado" *Clube Embaixada Africana* e os outros clubes africanos, que caracterizou como imitações "grosseiras", associadas ao candomblé e ligadas a uma imagem selvagem enfatizada principalmente nas danças, das quais dizia que os foliões que dançavam ao som desses instrumentos de candomblé "mais pareciam cobras do que seres humanos".

Apesar dos elogios ao capricho e esforços dos embaixadores, parece que para o colunista, a associação do clube ao candomblé e as indesejadas "africanidades" era mais nítida, ou menos velada, do que para o leitor do *Jornal de Notícias*. Para o colunista, as danças dos que se divertiam ao som dos "esquisitos instrumentos" eram algo próximo ao candomblé. Infelizmente, não conseguimos identificar quem escrevia sob o codinome Xico Pronto, o que poderia nos ajudar a entender o seu olhar sobre esses clubes.

O jornal prosseguiu com os comentários sobre o carnaval nas páginas seguintes, desta vez através de uma caricatura. Nela aparece um negro fantasiado com roupas momescas, caído ao fim de uma escada, segurando um agogô e junto a ele outros instrumentos percussivos também estavam caídos, um tambor e um agbê. À sua frente uma senhora estendia um braço, supomos, diante de outras caricaturas do jornal, que representava a intendência. No topo da escada, o sol de 1888 e os nomes dos clubes Cruz Vermelha e

<sup>&</sup>lt;sup>289</sup> A Malagueta, em 15 de março de 1898.

Fantoches. Abaixo estava escrito: "Depois que surgiu a original Embaixada Africana, que trambolhão levaste, ó Carnaval das grandes eras." 290

A caricatura coaduna com a coluna que a precedia, de modo que, mesmo diante do desfile da *Embaixada Africana*, que segundo cronista do jornal, merecia nota e congratulações, a ausência dos grandes clubes brancos no carnaval revelava sua decadência. Como vimos, a nostalgia dos tempos "áureos, que contavam com a presença dos clubes, *Cruz Vermelha* e *Fantoches da Euterpe*, não era algo incomum nas páginas dos jornais. Mas acima de tudo, a caricatura pretendia demonstrar a decadência do carnaval após o surgimento da *Embaixada*. Este "original" clube não era o problema diretamente, mas seu surgimento desencadeou a proliferação dos clubes "africanizados", "imitadores", que encheram as ruas naqueles anos e se tornaram uma questão preocupante para as autoridades. Mesmo sendo um clube que desfilava uma África tolerada, e até mesmo digna de admiração por intelectuais como Nina Rodrigues, a *Embaixada* ainda assim suscitava tensões consequentes de uma sociedade com um passado escravo, e onde as questões raciais e referentes à cidadania negra estavam latentes.

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup> A Malagueta, 15 de março de 1898.



Nos anos seguintes, os jornais publicaram cartas contra os clubes que eram considerados "africanismos" e que cobravam medidas das autoridades contra eles. Em carta enviada por um leitor, não identificado, ao *Jornal de Notícias*, em 12 de fevereiro de 1901, este revelou sua indignação com a forma que tomava os dias dessa festa. Buscando a atenção da polícia para tais atos, em trecho ele diz:

Refiro-me á grande festa do carnaval e o abuso que nella se tem introduzido com a apresentação de mascaras malpromptos, porcos e mesmo maltrapilhos, e tambem do modo por que se tem africanisado, entre nós, essa grande festa de civilisação. Eu não trato aqui de clubs uniformisados e obedecendo a um ponto de vista de costumes africanos, como *Embaixada Africana*, os *Pândegos da África* etc.; porém acho que a auctoridade deveria prohibir esses batuques e candomblés que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias, produzindo essa enorme barulhada, sem tom nem som, como si estivessemos na Quinta das Beatas ou no Engenho Velho, assim como essa mascarada vestida de saia e torço, entoando o tradicional samba, pois que tudo isso é incompativel com o nosso estado de civilisação.<sup>291</sup>

Marcadas as diferenças entre a *Embaixada Africana* e os outros grupos, o que ambos os discursos revelam é o forte incomodo e tensões causadas por grupos negros, que se intitulavam africanos e aproximavam-se das "africanidades" que eram, cotidianamente, coibidas. Ou seja, quando esses clubes organizados exibiam a sua releitura de uma África mítica ou dos grandes reinos e luxos, não incomodavam tanto, quanto as releituras que se aproximavam dos proibidos candomblés, que era um dos embates diretos no dia-a-dia da cidade. Ainda em 1901, na coluna sobre o carnaval, o *Jornal de Notícias* também assume essa posição de crítica e combate ao "africanismo" que, exibido por grupos que classificaram como "mal organizados", representava para o jornal o "epitáfio ambulante do grande carnaval antigo". <sup>292</sup>

Os *Pândegos da África* e a *Embaixada Africana* não mais desfilavam nas festas, quando as críticas aos clubes de cunho africano se intensificaram na imprensa. A última referência que encontramos acerca da presença de ambos os clubes no Carnaval de Salvador, datam de 1899. Os clubes que ficaram ou surgiram e se multiplicaram no carnaval, tornaramse uma preocupação constante daqueles que defendiam o carnaval livre dos "candomblés".

No ano de 1902, o *Jornal de Notícias* iniciou uma verdadeira campanha de combate ao "africanismo" nas festas carnavalescas. Cobravam das autoridades policiais medidas restritivas a esses clubes e aconselhavam o povo a não aderirem ao que consideravam

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup>Jornal de Noticias. 12 de fevereiro de 1901.

<sup>&</sup>lt;sup>292</sup>Jornal de notícias. 19de fevereiro de 1898.

manifestações "repulsivas". Vieira Filho comenta que a imprensa tentava convencer o povo a deixar tais divertimentos, colocando-os como atos ilícitos no sentido moral e jurídico, além de mostrar outros tipos de divertimentos distantes daqueles manifestados pela população negra. <sup>293</sup> A elite intelectual da cidade, mais uma vez, se colocava na posição de missionária da "civilização".

> Recommendamos aos que abrilhantam o Carnaval a abandonarem o batuque africano. Comprehende-se que a entrada triumphal de Menelik, tão brilhantemente feita pela *Embaixada Africana* – era cousa typica e superior; o que, porém, não se comprehende são esses grupos de africanos com corpos untados de banha negra fazendo esgares, trazendo manipanço de toda ordem, deixando ver que nesta terra o gosto parece vae morrendo.

Ha tanta idéa boa para ser aproveitada pelos foliões carnavalescos... 294

Essas descrições, com visões que buscam condenar as manifestações negras, nos trazem informações acerca das exibições desses clubes nos carnavais. O incômodo que os corpos negros pintados causavam, eram agravados pela presença de elementos referentes à religiosidade negra. O manipanço (ou manipanso), por exemplo, era ídolo africano ligado às práticas do candomblé e classificado como feitiçaria pela imprensa. Nina Rodrigues transcreve em seu livro, os Africanos no Brasil, uma passagem do Diário de Notícias de 1905, que revela a presença do manipanso em um terreiro durante uma invasão policial, ao ídolo os sacerdotes pediam proteção e solução dos problemas.<sup>295</sup>

Em apelo para que a polícia proibisse a saída dos clubes no carnaval, o Jornal de Notícias também nos fornece os possíveis lugares de origem de alguns desses clubes, locais onde ocorriam seus ensaios:

> [...]que será do Carnaval de 1902, si a policia não providenciar para que as nossas ruas não apresentem o aspecto d'esses terreiros onde o fetchismo impera, com o seu cortejo de *ogans* e sua orchestra de *canzas e* pandeiros? De ha muito, já temos solicitado da policia providencias contra esses ensaios, que, com algum recato, estão sendo feitos em Sant'Anna, estrada da Soledade, Agua de meninos e outros logares e como elles continuem e se approximen as festas do Carnaval [?] lavramos o nosso protesto contra esse aviltamento aos nossos costumes.<sup>296</sup>

> > Disponível em:

<sup>295</sup>Diário de Notícias. 04 de julho de 1905. Apud RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.p.275. <a href="http://books.scielo.org">http://books.scielo.org</a>

<sup>&</sup>lt;sup>293</sup>VIEIRA FILHO. A africanização do Carnaval de Salvador, BA, p.165

<sup>&</sup>lt;sup>294</sup> Jornal de notícias. 25 de janeiro de 1902.

<sup>&</sup>lt;sup>296</sup>Jornal de notícias. 05 de fevereiro de 1902.

Como aponta a bibliografia, muito desses clubes estavam ligados às casas de terreiros da cidade e os bairros apontados podem evidenciar essa ligação. Luis Nicolau Parés apontou a profusão de terreiros desde o século XIX, nos distritos de Santana e Penha, por onde passavam a Estrada da Soledade e estava a localidade de Água de Meninos.<sup>297</sup> As fundações da Embaixada Africana e dos Pândegos da África são exemplos dessa ligação, os fundadores de ambos os clubes integravam terreiros de Candomblé. <sup>298</sup> Albuquerque argumenta que locais como os terreiros, cantos e os distritos periféricos eram "zonas de circulação das imagens da África", que ganhavam novas formas e sentidos quando eram exibidas no carnaval.<sup>299</sup> Portanto, as associações que os textos dos jornais faziam em relação às apresentações dos pequenos clubes e os aspectos dos terreiros não são aleatórias, essas apresentações causavam repugnância por parte de alguns intelectuais, por apresentarem elementos da cultura negra que desejavam extirpar da sociedade.

Em plena segunda-feira de carnaval, relatando sobre os festejos do primeiro dia de festas, o Jornal de Notícias já comemorava a vitória de sua campanha:

> Tão forte foi o rebate deste Jornal contra o uso de confetti misturado e a presença nas ruas desses grupos africanisados, que podemos hoje assignalar por victoria havermos uma e outra cousa quasi conseguido.

> Apenas dois batuques vimos nas ruas. O Povo convenceu-se de que tinhamos rasão e não procurou divertir-se desse modo feio e repulsivo.

> Apenas dois, que, estamos certos, para o anno farão o grande favor de poupar-nos a essas scenas.

Quizesse-o a policia e nem mesmo esses teriam sahido.<sup>300</sup>

Um desses clubes que tal jornal reconhece a existência, apesar de lamentá-la, é o clube Filhos da África. Em uma única nota publicada sobre o grupo, pedem para que no ano seguinte diminuam o "entusiasmo pelas ideias africanas". 301 O que nos parece, entretanto, é que o jornal buscou inviabilizar as manifestações de grupos de cunho africano, ao tempo que vangloriavam sua missão civilizadora. Na terça de carnaval, desse mesmo ano, o Diário da Bahia, em nota breve sobre os festejos da segunda-feira, relata a concorrência de grupos nas ruas, os quais caracteriza como "frenesi infernal":

<sup>297</sup> PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.p.125-168.

<sup>&</sup>lt;sup>298</sup> Mario Carpinteiro, fundador da Embaixada Africana, ocupava importante cargo em um terreiro de Candomblé no Engenho Velho; já o clube Pândegos da África teve como fundador Bibiano Cupim, Ogã do terreiro do Gantois, segundo: CARNEIRO, Edison. Folguedos Tradicionais. Rio de Janeiro: Conquista, 1974. p.122- 123 apud ALBUQUERQUE. Jogo da dissimulação. p.210 e 220.

<sup>300</sup> Jornal de notícias. 10 de fevereiro de 1902.

<sup>&</sup>lt;sup>301</sup> Jornal de notícias. 12 de fevereiro de 1902.

A noite desfilaram diversos grupos imitando costumes e danças africanos. Os pratos, os *Kanzás*, os pandeiros, os bombos, todos num frenesi infernal, tomaram conta das ruas e deabridamente ao som de estribilhos gutturaes ao voltear dos sambas, deram a nota estranha das festas.<sup>302</sup>

A vitória cantada pelo *Jornal de Notícias* parece ainda mais precipitada quando chega o carnaval de 1903. Os jornais informaram sete clubes com "nota africana" naquele ano, maior número relatado pelos periódicos, entre os anos aqui pesquisados, lembrando que, nem todos os clubes e grupos recebiam notas ou se comunicavam com a imprensa. Diante do "dilúvio" de clubes "africanizados", aos quais aderiram grande parte do público, parece que nem mesmo eles tiveram como não noticiar as manifestações. Apesar de não publicarem notas detalhadas sobre a participação dos clubes africanos, admitiram que seus desfiles eram acompanhados por um "imensa multidão". <sup>303</sup>

Para Cunha, o aumento dos grupos carnavalescos formados por negros e pobres, de certa forma, era uma vitória do plano pedagógico dos intelectuais para o carnaval. Entretanto, naquele momento do pós-abolição e recém-república, "não se sabia muito bem quais os limites entre o aceitável e o desejável, tanto no Carnaval das ruas, como no da política". Aquela sociedade estava envolvida na configuração de novos limites sociais, onde os significados de liberdade e a cidadania negra eram questões centrais. A autora ainda destaca como a circulação das manifestações negras nos dias do momo driblava o controle público e aproveitavam de certa liberdade para levar às ruas "práticas e valores que existiam semiocultos no cotidiano da cidade". A adesão aos formatos difundidos pelos grandes clubes e pela elite letrada, não se tratava de um processo mimético, onde esses grupos eram passivos a uma política pedagógica, que vinha em mão única. Formalizar-se foi muitas vezes maneira de se proteger das repressões policiais que se intensificaram no fim do século XIX. 305

No ano de 1904, apenas dois clubes de denominação africana foram notificados pela imprensa, eram os *Caçadores da África* e os *Guerreiros de África*. Sobre o primeiro, a única descrição feita dizia que era um clube "cujo carro estandarte era tirado por 4 bois". Sobre o segundo, o jornal descreveu como "homens do *canzá* e do batuque". Descrições distantes do luxo da *Embaixada Africana* e dos tradicionais clubes. Dias antes, o jornal comemora a desistência dos "tediosos" "batuques". Raphael Filho diz que o comissário da 1ª

<sup>302</sup>Diário da Bahia. 11 de fevereiro de 1902.

<sup>305</sup> CUNHA. *Ecos da Folia*. p. 181

<sup>306</sup> Jornal de notícias. 15 de fevereiro de 1904.

<sup>&</sup>lt;sup>303</sup> Jornal de notícias. 25 de fevereiro de 1903.

<sup>&</sup>lt;sup>304</sup> CUNHA. *Ecos da Folia*. p.155

circunscrição, responsável pelo policiamento da região central da cidade, dr. Cassiano Lopes, com argumentos desconhecidos, convenceu alguns diretores dos clubes africanizados à desistirem dos desfiles nas vésperas dos festejos. 307 Acreditamos que, mais do que um "poder de persuasão" por parte da autoridade diante desses grupos, essas desistências – que podem ter ocorrido oficialmente, mas não necessariamente nas ruas – era reflexo maior do processo de intensificação da coerção a esses clubes que se multiplicavam naqueles anos. Antes de começar os festejos, o *Jornal de Notícias* cobrara das autoridades medidas regulamentadoras que pudessem restringir a participação desses clubes:

O dr. chefe de polícia e segurança publica dirigiu officios aos drs. commisario da 1ª e 2ª circumscripção recommendando-lhes que, sem perda de tempo, convidem a todos os promotores e directores de clubs carnavalescos a declararem, perante as mesmas auctoridades, não só seus itinerários como tambem os programmas das diversões, ficando-lhes vedado fazerem criticas indecorosas e que offendam aos bons costumes, á moral publica e a seitas religiosas, devendo responsalisal os pela manutenção da ordem entres seus associados.

Será também uma medida moralisadora que essas providencias se estendam aos *clubs africanos*, compostos de indivíduos semi-nús e vestidos porcamente, ensurdecendo a população com *atabaques*, e outros instrumentos selvagens. <sup>308</sup>

Em 1905, o mesmo jornal declarou que no ano anterior, mediante o apelo feito por eles – mais uma vez colocavam-se como missionários – o comissário Cassiano Lopes não consentiu nas festas do Carnaval "os vergonhosos clubes, verdadeiros batuques, que não dizem bem em meio de sociedades carnavalescas, que gastam contos de réis para se apresentarem publicamente". Ou seja, clubes negros e pobres foram impedidos de sair de maneira regulamentada, antes mesmo da formulação de um edital os tornando proibidos.

Como é possível notar, em quase todas as notas de críticas aos clubes africanizados, os jornalistas cobravam atitudes da polícia, inferindo que as autoridades não agiam efetivamente quando se tratava dos licenciamentos dos grupos, o que colaborava para a profusão de clubes que caracterizavam e descreviam como "selvagens".

Para a felicidade das elites ávidas por um carnaval "civilizado", com ares venezianos, em 1905 foram proibidos os clubes de costumes africanos. A ordem veio do chefe da segurança pública, Aurelino Leal, e foi publicada nos jornais, dias antes do início dos festejos

<sup>309</sup> *Jornal de notícias*. 16 de fevereiro de 1905.

<sup>&</sup>lt;sup>307</sup>VIEIRA FILHO. A africanização do Carnaval de Salvador, BA, p.201

<sup>&</sup>lt;sup>308</sup> Jornal de notícias. 11 de fevereiro de 1904.

assinado pelo diretor interino da Secretária da e Segurança Pública, Francisco Antonio de Castro Loureiro.<sup>310</sup>

Entretanto, o que aponta a bibliografia e as fontes é a permanência dos clubes de costumes africanos mesmo após a proibição. Naquele mesmo ano recebeu licença para sair os *Amantes da África*.<sup>311</sup> No ano seguinte, Viera Filho e Albuquerque identificaram a presença dos *Filhos da África*, este também estava devidamente licenciado. Encontramos o mesmo clube nos festejos de 1908. Para Viera Filho, a participação desses grupos "denuncia uma forma de burlar a lei", e aponta a possibilidade de que, estrategicamente, esses clubes tenham apresentado programas aos comissários de polícia que encobriam os elementos africanos usados no carnaval. Mas concordamos com o argumento apresentado por Albuquerque quando diz que dificilmente um clube que leva África em seu nome sairia às ruas sem aspectos africanos. "Talvez, pela lógica racial da polícia, houvesse áfricas mais aceitáveis do que outras. O antigo pêndulo a oscilar entre a concessão e intolerância permanecia", argumenta a autora.<sup>312</sup> Ela ainda ressalta que as solicitações de licenças revelam a existência de uma negociação entre os grupos e autoridades.<sup>313</sup>

Pensando nos diversos outros grupos que não conseguiram mais obter licença mediante a proibição, não devemos concluir que isso significou sua ausência nas ruas. Ignorar as leis também foi estratégia de permanência dessas manifestações, mesmo diante das coerções. No mesmo ano da proibição, por exemplo, o jornal *A Baía* publicou sobre a ação policial perante a presença de um clube africanizado, que ao que parece realizavam um ensaio no distrito da Sé:

SÉ - Cerca de 1 hora da madrugada de ontem, quando, num infernal barulho de canzás, atabaques e outros instrumentos, passava pela Rua da Misericórdia um clube africanizado, proibido pela polícia, o tenente Oliveira Lima, indo ao seu alcance, conseguiu apreender o estandarte e os instrumentos que tocavam. 314

Viera Filho também aponta como estratégias de permanência, a adoção de nomes desvinculados da África e a formação de clubes com temáticas indígenas, fazendo uma associação aos caboclos dos terreiros de Candomblé. Como exemplo da primeira, o autor fala sobre o clube *Diabos em Folia*, o qual tinha em seu desfile elementos "africanos", em 1908.

<sup>&</sup>lt;sup>310</sup>Correio do Brazil. 25 de fevereiro de 1905. Ver também: VIERA FILHO. Op. Cit. p.202

<sup>&</sup>lt;sup>311</sup>Diário da Bahia. 05 de março de 1905.

<sup>312</sup> ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*. p.215.

<sup>&</sup>lt;sup>313</sup> Idem. p.233.

<sup>&</sup>lt;sup>314</sup> A Baía. 24 de abril de 1905. Disponível em: <a href="http://www.negronaimprensa.ceao.ufba.br">http://www.negronaimprensa.ceao.ufba.br</a>>. Acessado em: 27 de dezembro de 2017.

Sobre a segunda, acredita ser um indício a presença dos *Foliões da Selva*, em 1910.<sup>315</sup> Entretanto, as descrições feitas pelo *Jornal de Notícias*, as quais o autor parece não ter tido acesso, não permitem creditarmos aos *Foliões da Selva* ligação com os clubes de costumes africanos. Seu desfile homenageava o escritor indianista, José Alencar e sua obra *O Guarani*, com seus personagens principais, *Cecy* e *Pery*, representados em um dos carros. O clube inclusive acionava uma das ideias de vadiagem construídas no período, quando em um de seus carros, personifica "a *folia*" através do que caracteriza como "um desses personagens que passam a existência em vadiagem sem tréguas, o *typo* característico do *não devemos trabalhar*". Elogiado pelo jornal que abriu campanha contra os clubes africanizados, o clube descrito como simples, mas organizado, teve ainda um momento de glória carnavalesca quando se encontrou com o clube *Cruz Vermelha* na Praça Castro Alves (antigo Largo do Theatro).<sup>316</sup>

De todo modo, reiteramos as estratégias apresentadas pelos autores. No ano de 1909, por exemplo, desfilou no carnaval o clube *Pandegos Carnavalescos*, com sede no beco dos Nagôs<sup>317</sup>, sua descrição dizia que desfilaram "compostos de 2 bombos, 8 caixas e trajavam de branco, levando seu estandarte, também branco, a pé." O clube nos lembra algo muito próximo do que se tornaria os afoxés, não podemos confirmar tal ligação por falta de mais detalhes sobre o clube, mas essa pode ser uma evidência a ser investigada.

### "Por estarem mascarados, se formam ousados"

Ria-se, ria-se muito, ria-se o mais que puder, de tudo isso que por ahi vae e por ahicae!

Tenha a coragem da gargalhada, ao menos uma vez ao anno!

E si o quizerem prender por isso... ha um meio de salvar-se: adhira, mesmo de máscara. 318

Além dos clubes africanizados, as posturas dos primeiros anos da década 1900 também tentaram limitar certos tipos de mascarados avulsos que circulavam na cidade durante os festejos. Mas os debates sobre a aparência e os comportamentos ideais já apareciam nos jornais da década anterior, não eram só os clubes que precisavam adequar-se ao projeto de carnaval, os que estavam soltos nas ruas, fazendo pilhérias de toda ordem, também deveriam

<sup>&</sup>lt;sup>315</sup>VIEIRA FILHO, A africanização do Carnaval de Salvador, BA, p.204-205

<sup>&</sup>lt;sup>316</sup> Jornal de notícias. 05 de fevereiro de 1910; Jornal de notícias. 07 de fevereiro de 1910; Jornal de notícias. 09 de fevereiro de 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>317</sup>Jorge Amado cita o Beco dos Nagôs como sendo atual Rua do Godinho, na Saúde. AMADO, Jorge. *Bahia de Todos-os-Santos: Guia ruas e mistérios*.

<sup>&</sup>lt;sup>318</sup> Jornal de Notícias. 29 de fevereiro de 1892.

se moldar aos "novos tempos". Tipos específicos incomodavam as elites e se tornaram alvos da polícia, tentaremos identificar alguns deles, percebendo como as construções de suas imagens se davam dentro do terreno dos embates sociais e raciais do período, assim como os grupos até aqui debatidos.

O carnaval era, repetidas vezes, descrito como momento de suspensão dos limites, de esquecer a realidade cotidiana, de rir de tudo e todos, como recomenda o trecho acima, retirado de uma coluna dedicada ao carnaval de 1892 do *Jornal de Notícias*. Realmente havia os que riam de tudo e até mesmo desafiavam as proibições e as ideias do que era considerado "aceitável", mas se assim o faziam, era porque a tensões e as hierarquias sociais também estavam presentes e eram reiteradas nos espaços festivos por aqueles que gostariam de conservar a ordem.

Os mascarados apresentavam um universo diverso dentro do carnaval. Saíam em pequenos grupos ou sozinhos, com fantasias clássicas ou inovadoras, faziam críticas e debatiam temas cotidianos. Nas colunas sobre o carnaval nos jornais lhes eram dedicados pequenos espaços, onde eram descritos principalmente os selecionados pelos colunistas, os quais, para eles, apresentavam boas pilhérias ou fantasias bem apresentadas, os de "espírito", de modo geral, criticavam os "sem espírito", que eram aqueles com brincadeiras inadequadas. Em 15 de fevereiro de 1893, uma quarta de cinzas, o *Jornal de Notícias* publicou notas sobre as presenças de mascarados na rua, dizia:

Não podemos conservar na memoria alguns outros mascarados que, com verdadeiro espirito, souberam imprimir ao carnaval nas ruas uns tons alegres, que causam hoje viva saudade.

Hontem, entre os avulsos notamos *Lord Regland*, bem vestido e espirituoso. Espirito de inglez serio e constitucional.

Veio estudar as causas da baixa lamparina.

Temos também menção especial para o *Arlequim* de hontem, que foi um dos juízes não aproveitados do domingo e que foi diversos *caretas*, enfim. Soube manter se em constante jogo de espirito, chegando ao ponto de enfiar a diversos outros caretas, que infelizmente, não tinham espírito.<sup>319</sup>

O careta, descrito na passagem como aqueles "sem espírito", aparece como uma classificação aos mascarados mais simples que ocupavam a ruas, circulando a pé. Através das memórias de conversas com sua mãe, a cronista, Hildegardes Vianna registrou a presença desses foliões ainda em tempos de entrudo. Hildegardes (1916 – 2005), filha de Antônio Vianna, assim como seu pai, dedicou-se a escrever sobre memórias do passado,

.

<sup>&</sup>lt;sup>319</sup> Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893.

principalmente de costumes da primeira metade do século XX, alguns vividos, outros foram contados por pessoas próximas.<sup>320</sup> Sobre os caretas escreveu:

> Minha mãe relembrava os caretas como os cabeçorras metidos em roupa de banho de acabamento, das bainhas, dos babados, das calças e das mangas, tudo compridão. [...] O Que minha mãe contava, e se eu ainda alcancei, foram os caretas, sozinhos ou em bando, fazendo barulho infernal com sua voz de falsete, saindo, para as ruas dos seus bairros, Mal rompia o dia.[...] Minha mãe contava, ela que ainda pegara um restinho do entrudo, que os ricaços desfilavam nas carruagens fantasiados com roupa de época, nunca faltando frade com burel. Usavam meia máscara talvez por acanhamento. Mas não eram classificados de caretas como os que andavam a pé. Careta era o fantasiado que andava pelas ruas, repito, avulsos ou em grupos, ocultando o rosto com máscaras de arame, de cera, de massa, de papelão, cabeças de burro, cavalo, jacaré etc.<sup>321</sup>

Os mascarados espirituosos, além daqueles que se apresentavam de modo luxuoso, os bem vestidos com fantasias clássicas europeias (pierrôs e colombinas, por exemplo), eram aqueles também que se aproximavam do mundo dos homens letrados, como o mascarado que ganhou destaque na imprensa, no ano de 1909:

> Dentre os que mais espirituosos aparecera destacou-se um trajando roupa branca e mascara preta que conhecia a todos e a todos intrigava, com a pilheria delicada e fina, ora pedindo a um explicações sobre medicina, ora sobre engenharia, sobre letras e até dando mottes a glosar aos poetas conhecidos.

Esse mascara revelou muito e agradou bastante. 322

Portanto, presenciavam-se hierarquias entre as fantasias e mascarados que permitam diferenciá-los socialmente e racialmente dentro da festa. Nos jornais, os caretas eram manifestações do "Zé povinho". 323 Como indica Brasil, este era um termo criado pela imprensa para intitular um universo carnavalesco de composição social ampla e variada, e sob ele "inúmeras brincadeiras eram desqualificadas como bárbaras e incivilizadas e que consequentemente deveriam ser combatidas". 324 O que podemos afirmar em relação ao uso de

<sup>&</sup>lt;sup>320</sup>COSTA, Aramis Ribeiro. O passado da Bahia na memória de Hildegardes Vianna. In: VIANNA, Hildegardes. A Bahia já foi Assim. 4ªed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2012, p.13-18.

<sup>&</sup>lt;sup>321</sup>VIANNA, Hildegardes. As fantasias dos velhos tempos. In: CERQUEIRA, Nelson (org.). *Carnaval da Bahia: Um registro estético*. Salvador: Omar G., 2002, p. 26-41. <sup>322</sup> *Jornal de Notícias*. 24 de fevereiro de 1909.

<sup>323</sup> Segundo Lazzari o termo "Zé povinho" se referia a população em geral, dos mais pobres à classe média, tal classificação era comumente utilizada nos periódicos do fim do século XIX e do início do século XX. ver: LAZZARI, Alexandre. Coisas para o povo não fazer,p.125.

<sup>324</sup> BRASIL, A corte em festa, p.65

tal termo na capital baiana é que ele certamente era utilizado de modo racializado, referia-se, sobretudo, à população pobre e negra da cidade. Os versos presentes em um anúncio da *Loja* 1º de Setembro –"loja de modas, confecções e empório de panos" – nos ajudam a vislumbrar essa correlação que era criada entre Zé-povo e a população negra:

E desta reflexão bastante philosophica nasce a lembrança da pandega da segunda-feira do Bonfim, onde *Zé Povinho* na *chuva*, ao som do *pinho*, no desespero mesmo, cantava a pulmões largos:

Minha gente eu sou o cabra O dengue da mulatinha O feitiço da creoula O mimo da Sinhasinha Na 1º de Setembro, Ó gentes desta Bahia! Tudo é bom, tudo é barato Tudo *chic* e de valia<sup>325</sup>

O início da coluna do *Jornal de Notícias*, que transcrevemos um trecho anteriormente, nos sinaliza a diversidade de figuras que eram abarcados na categoria de caretas, nas descrições generalistas dos jornalistas, do fim do século XIX e do início do XX.

O numero de mascarados avulsos foi tambem maior, alguns fingindo espírito, e raros possuindo-o verdadeiramente.

Cedo princípiou a affluência ás ruas. Ainda sol muito quente, já o Zé povinho sahira a divertir-se, esquecido do cambio, esquecido da carestia, e apenas lembrado das chulas e da *carêta*. *Carêta*, porque elle mal conhece o que é a mascara.

Elle é o general, de chicote em punho; a creoula cheia de ouro e batendo chinelinhas na calçada: o *caipora*; o *esteira*; a mulher de capona, etc., qualquer cousa emfim, que dê-lhe o direito de á noite chegar em casa dizendo que divertiu se muito, depois de ter gritado, de ter corrido, de ter sambado, de ter visto a capital inteira. 326

A presença maciça dos caretas incomodou o colunista que preferiu não compará-los aos "verdadeiros" e "espirituosos" mascarados, para ele, o careta "mal conhecia o que era máscaras". O texto aponta diversas formas de apresentação desses caretas que circulavam pela cidade. Hidelgardes Vianna também explana sobre alguns deles. Ela, por exemplo, comenta sobre os que vinham enrolados em esteiras de catolé (espécime de palmeira), que possivelmente seja o "esteira" citado pelo jornal. 327

<sup>326</sup> Jornal de Notícias. 15 de fevereiro de 1893.

<sup>&</sup>lt;sup>325</sup>Jornal de Notícias. 04 de fevereiro de 1897.

<sup>&</sup>lt;sup>327</sup>VIANNA, Hildegardes. As fantasias dos velhos tempos, p. 26-41.

Em outra crônica, Hildegardes Vianna fala um pouco sobre as mulheres de capona, mulheres velhas, que exerciam funções como rezadeira e parteira. Carregavam a fama de alcoviteiras e certo misticismo que faziam algumas serem chamadas de bruxas. Vestiam saias pretas longas, batas brancas de mangas compridas e por fim as caponas. Segundo a escritora as mulheres caponas, tornaram-se figuras lendárias, apareciam apenas como fantasias em bailes e préstitos carnavalescos do início do século XX. Como podemos perceber no texto da coluna do *Jornal de Notícias* era uma das fantasias dos caretas, já nos anos finais da década de 90 do século XIX. Além disso, dos poucos clubes e grupos, podemos identificar uma composição majoritariamente de mulheres, essa era uma das fantasias citadas. 329

Estereótipos em torno da imagem das mulheres negras também foram utilizados dentro desse conjunto de fantasias durante o carnaval, o texto fala da "creoula cheia de ouro"; Hildergardes fala da "mulata", sobre a qual comenta que se tratava principalmente de travestis; fala também sobre a "negra aruá com uma lata de querosene debaixo da saia para simular caldeirões". 330 O Jornal de Notícias, em 1892, deu nota à fantasia do padre que desfilava de braço com uma mulata e dizia: "mascarados ambos, já se vê. Produto da separação em bem da união". 331 Essas caracterizações dentro do carnaval merecem um estudo mais atencioso, mas o que podemos aqui inferir é que elas correspondiam aos discursos sociais, presentes também em textos literários e até mesmo científicos que, interligados a um passado escravista, construíam imagens de pretas servis e de mulatas e crioulas que eram erotizadas. 332 É preciso pensar sobre as classificações em torno dos mascarados nas ruas dentro da lógica dos processos de racialização das relações sociais que se deram a partir do desmonte das relações escravistas. Cunha, ao comentar alguns personagens comuns entre os mascarados cariocas, nas últimas décadas do século XIX, analisa que dentro desse processo o ocultamento das identidades através das máscaras, aparecia como "elemento assustador" diante de uma sociedade em que o reconhecimento pessoal e as características raciais eram critérios de controle. Entretanto, a autora ressalta que as máscaras eram incapazes de esconder o status social, ou seja, diferenciavam-se as pilhérias "finas" dos salões com as realizadas nas

2

<sup>&</sup>lt;sup>328</sup> VIANNA, Hildegardes. A mulher de capona. In: VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi Assim.* 4ªed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2012, p.163-167.

<sup>&</sup>lt;sup>329</sup> Em 1904, desfilou o clube Filhas da Barata, formado por trinta "senhoras" vestidas de caponas azuis, saindo da Fazenda Garcia. No ano de 1910, clube União Caponal era composto por 20 "moças" vestidas com saias e lenços brancos e caponas vermelhas acompanhadas por mascarados, seu distrito de saída era Santana. Ver: *Diário da Bahia*. 14 de fevereiro de 1904; *Jornal de Notícias*. 09 de fevereiro de 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>330</sup>VIANNA, Hildegardes. As fantasias dos velhos tempos, p. 26-41.

<sup>&</sup>lt;sup>331</sup> Jornal de Notícias. 29 de fevereiro de 1892.

<sup>&</sup>lt;sup>332</sup> Ver: SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese (doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofía e Ciências Humanas: Salvador, 2011, p.152-191

ruas por aqueles "sem espírito", havendo desta forma uma desigualdade de tratamento por parte das autoridades. Uma das brincadeiras mais comuns e tradicionais entre os mascarados da rua era o "você me conhece?", onde eram proferidas diversas piadas chulas contra alguém, normalmente com conteúdo de cunho pessoal, ocasionando alguns conflitos. Tais brincadeiras e as tensões por elas geradas, segundo Cunha, passaram a ser vinculadas com mais intensidade nos jornais, que buscavam naquele período, atingir um público maior. Isso corroborou para a construção de uma imagem de perigo em torno dos mascarados e consequentemente tomou forma o processo de criminalização de certos tipos presentes nas ruas.<sup>333</sup>

Os jornais de Salvador, no final dó século XIX e início do XX, também noticiavam conflitos que envolviam mascarados. O *Jornal de Notícias*, por exemplo, dedicava uma pequena coluna aos conflitos diários, que nos dias de carnaval acabavam aparecendo aqueles que envolviam os foliões mascarados. Na quarta-feira de cinzas de 1895, o órgão publicou um conflito ocorrido no sábado, 23 de fevereiro de 1895, primeiro dia oficial dos festejos de Momo. Na Boa Viagem, o maquinista Ismael Samuel, que estava mascarado, encontrou um alferes do exército a quem o proferiu uma pilheria. O alferes ameaçou arrancar a máscara de Ismael, caso continuasse a graça. Tendo insistido, o maquinista foi espancado pelo alferes e recebeu um golpe no ventre que o deixou ferido e caído ao chão. O alferes pegou o bonde que passava no momento, mas foi impedido por empregados da fábrica da Boa Viagem, companheiros de Ismael, e recebeu voz de prisão de um sargento da polícia. O alferes não aceitou se entregar a polícia, por ser ele, um oficial do exército. Segundo o jornal, os trabalhadores da fábrica comunicaram o ocorrido ao seu chefe, Luiz Tarquínio, possivelmente procuravam auxílio para o ferido, que foi cuidado por um médico em seguida.

A provocação de Ismael talvez envolvesse algum assunto de cunho pessoal do alferes, ou era fruto de tensões já existente entre os dois. O gracejo poderia também ter soado para o alferes como desrespeito à autoridade, que fez questão de ressaltar, no momento de sua prisão. Dessa forma, os dias, de suposta liberação carnavalesca, proporcionavam um ambiente ideal para a resolução de tensões cotidianas desses homens. Leonardo Affonso Pereira, pensando os clubes recreativos cariocas nas primeiras décadas do século XX, enxerga os bailes como espaço de construção de identidades, mas também de resolução de disputas e tensões sociais

<sup>333</sup> CUNHA, Ecos da Folia, p.26-53.

dos grupos de trabalhadores que os frequentavam.<sup>334</sup> Sem esquecer as devidas particularidades de tempo e espaço, acreditamos que as disputas nas ruas entre os mascarados, nos dias festivos, seguem uma lógica parecida.

Serve-nos como exemplo a história que Francisco Mauricio Bahia contou ao *Jornal de Notícias*, publicada no mesmo dia do caso anterior. Bahia, contava nela, ter sofrido agressões por dois homens da Rua dos Carvões (distrito de Santo Antônio Além do Carmo), sendo em seguida cercado por um grupo de mascarados, segundo ele, eram capitaneados por Casimiro Pojo, um comerciante, sendo que entre os mascarados estavam o caixeiro de sua loja, que portava uma arma, além de outros que tinham relação com Casimiro. Por fim, o denunciante, que foi salvo por moradores, pediu proteção às autoridades diante das ameaças daqueles que eram seus "gratuitos inimigos". Esses homens, ao que parece, eram reconhecidos nas localidades onde viviam. Casimiro Pójo, o suposto comandante do ataque, além de dono de um a loja de vestuário para homens e mulheres<sup>335</sup>, estava ligado a Associação Protetora da Infância desvalida<sup>336</sup>. Poderíamos supor que se tratava de conflitos de ordem financeira, já que Pójo era um comerciante, mas não há vestígios que nos permitam fazer essa conclusão. De todo modo, tendo o episódio ocorrido na terça-feira de carnaval, teria o grupo se aproveitado da euforia carnavalesca para atacar o desafeto.

Como antes exposto, a intensificação de notas desses casos nos jornais que pretendiam alcançar uma popularização maior, que era o caso do *Jornal de Notícias*, ajudou na associação do mascarado de rua à ideia de crime. Entretanto, não era esse o único ponto que motivava as reclamações e as consequentes proibições dessas figuras nas festas. Através de textos publicados nas colunas voltadas para o carnaval, e de algumas queixas de moradores de certos bairros, fica mais visível que a principal reclamação de membros da elite e das autoridades estava direcionada a quem brincava, no modo como se fantasiavam, como realizavam as pilhérias e quem eram suas "vítimas". Para esses, não cabia permitir a falta de ordem e a quebra de hierarquias no "progresso" "civilizatório" carnavalesco.

As indagações sobre os mascarados, considerados inadequados, seguem o mesmo ritmo daquelas que buscavam coibir os clubes africanizados, também se intensificando na década de 1900. Algumas reclamações tratavam dos dois pontos, colocando-os igualmente como os problemas que deveriam ser erradicados do carnaval de Salvador, como a carta

<sup>&</sup>lt;sup>334</sup>PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912 -1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.) *Carnavais e outras frestas – ensaios de história social e cultural*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2002, p.419 – 444.

<sup>335</sup> Diário de Notícias.05 de novembro de 1888. Disponível em: memoria.bn.br

<sup>&</sup>lt;sup>336</sup>Cidade do Salvador. 07 de agosto de 1897. Disponível em: memoria.bn.br

comentada na seção anterior, na qual o autor considerava como um abuso dentro das festas "a apresentação de máscaras malprontos, porcos e mesmo maltrapilhos, e também do modo por que se tem africanizado, entre nós, essa grande festa de civilização". 337

Em 1903, as vésperas dos festejos, o *Jornal de notícias* recebeu outra carta queixandos ed alguns mascarados em nome das *Famílias moradoras no Portão da Piedade*. Em tal, era pedida a intercessão do jornal para a resolução de problemas que a as incomodavam.

Recebemos a carta abaixo, que entregamos ao espírito generoso do povo e ao zelo do Sr. Dr. João Pedro dos Santos. Há realmente mascarados, que abusam da tradicional diversão, transformando-a, muitas vezes, em pelourinho, o que não é nem nobre nem civilisador.

"Sr. Redactor do *Jornal de Notícias* – A v., que tanto tem se esforçado para a elevação dos creditos desta capital, por meio do conceituado *Jornal de Notícias*, recorremos hoje, pedindo o seu valioso auxilio para conseguirmos do exm. Sr. Dr. João Pedro dos Santos providencia contra os abusos que se dão em dias de Carnaval! Nada mais doloroso do que famílias, que estão tranquillas nas janellas de suas casas, serem debicadas e até mesmo insultadas por indivíduos mal educados. Que por estarem mascarados, se formam ousados a este ponto.

É de triste commentario que o Carnaval, que é um divertimento para outras cidades, seja para muitas pessoas motivos de desgostos e até desordem.

O consentimento de mascaras pelas ruas depois de 6 horas da tarde, dá logar a scenas bem deploráveis, pois muitos indivíduos incommodam pessoas doentes, e creanças que se acham dormindo são acordadas, bruscamente, por berros e gaiatadas nos corredores e grades de entradas.

Além disto, presado sr. redactor, ha os inconvenientes dos mal educados debruçarem-se pelas janelas e tentarem passar a mão no rosto das pessoas. Bem sabemos que todos têm o direito de se divertirem; porém, isto não quer dizer que constitua privilegio para commentterem toda sorte de desatinos. 338

Ao jornal é reconhecido o papel na missão civilizatória na cidade, sendo parte essencial para a concretização dos projetos de uma parte da sociedade. Assumindo essa função, o jornal condena as brincadeiras que "castigavam" as "famílias", transformando a diversão carnavalesca em um "pelourinho". A referência era a escravidão, porém a hierarquias dos tempos senhoriais já não eram obedecidas naquele momento. As brincadeiras de distribuir chulas e insultos eram tão ou mais tradicionais que o próprio carnaval, e sempre foram marcadas as diferenças entre as "famílias" das sacadas e o *zé-povo* nas ruas. Porém, como argumenta Cunha, a partir das últimas décadas do século XIX, tornaram-se preocupantes as relações entre o espaço público e o doméstico, tais brincadeiras passaram a

<sup>338</sup> *Jornal de Notícias*. 21 de fevereiro de 1903.

<sup>&</sup>lt;sup>337</sup> Jornal de Noticias. 12 de fevereiro de 1901.

ser vistas como inadequadas às famílias e uma ameaça às brincadeiras domésticas.<sup>339</sup> A quebra hierárquica, entre os da rua e quem estava nas janelas dos sobrados, era para os moradores do Portão da Piedade, caso de segurança pública. A carta ainda comenta sobre outras cidades como exemplo de divertimento, em contraposição à falta de regulamentação que permitia a circulação de mascarados na cidade durante a noite, responsáveis por "desgostos" e "desordem". O Rio de Janeiro era uma das prováveis referências, desde 1890 havia regulamentações sobre o uso de máscaras nas ruas, mesmo que fosse uma atuação frustrada.

Posturas municipais, em Salvador, já regulamentavam os usos das máscaras em dias comuns. Em 1901, a postura de nº 33A, assinada no dia de 1901, proibia "andar qualquer pessoa mascarada, ainda que seja vestida a caráter, salvo três dias de Carnaval ou havendo licença do Intendente Municipal". É um pouco do que já foi dito, o uso da máscara causava temor e impedia o uso de critérios de controle que perpassavam por lógicas raciais. A conveniência do uso da máscara no Carnaval em Salvador foi questionada de modo oficial por posturas em 1905, que estipularam um limite de horário, não podendo ser usada após as seis horas da tarde, com exceção dos bailes até a meia-noite. Proibiu-se também a circulação dos que eram considerados "maltrapilhos" e dos ébrios, podendo ser mantidos sob custódia aqueles que desobedecessem. Ou seja, no ano de 1905, tentou-se de maneira oficial barrar as manifestações populares e negras, os mascarados e os clubes "africanizados". Novamente o comissário da 1ª circunscrição, Cassiano Lopes, foi o nome reconhecido pela imprensa como o responsável por barrar os foliões indesejáveis. O *Jornal de Noticias* publicou o convite direcionado ao mesmo, feito pelo secretário de segurança pública para a formação das comissões distritais carnavalescas e em seguida comentou:

Sabemos que a mesma auctoridade negará licença para a exhibição dos celebres batuques e prohibirá que se apresentem nas festas do Carnaval indivíduos que costumam pintar de pixe, bem como aos que saem imundos e cobertos de farrapos.

Por isso, louvamos, desde já, a zelosa auctoridade. 342

339 CUNHA, Ecos da Folia, p.26-53.

<sup>340</sup> AHMS. Livro de Posturas Municipais (1987-1929)

<sup>&</sup>lt;sup>341</sup> Jornal de Notícias, 24.02.1905. apud FRY, Peter, et al. Negros e brancos no Carnaval da Velha República. In: REIS, J. J.(org.). Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.253.

<sup>&</sup>lt;sup>342</sup> *Jornal de Noticias*. Fevereiro de 1905. As páginas encontram-se danificadas, não permitindo identificar o dia da publicação. Possivelmente se trata da edição do dia 17.

Segundo Fry, Carrara e Martins-Costa, essa medida teve caráter disciplinar e individual. A máscara não era questionada como elemento carnavalesco, mas criaram-se regras de como e por quem poderiam ser usadas. Não cabiam os corpos pintados de pixe, os "farrapos", os "maltrapilhos" e os caretas com suas chulas circulando "a capital inteira", provocando "desordens". Ou seja, não cabiam dentro do projeto de carnaval e de sociedade construído pelas elites e por parte dos letrados os usos que as classes mais baixas faziam das máscaras.

Contudo, assim como os *batuques* dos clubes "africanizados", as medidas de controle não significaram obediência a elas. Os conflitos, a partir de então, incluíam também as aplicações da lei pela polícia. Como ocorreu no ano seguinte, quando soldados tentaram arrancar a máscara de um folião:

Não fosse o desvario de algumas praças mal educadas, que não souberam executar as ordens do dr. chefe de polícia, e poderíamos dizer optimo o policiamento.

O tenente Alfredo Braga, por exemplo, na segunda-feira, ás 6-30 da tarde, evitou, na praça do Conselho, um conflito, de serias consequencias, porque dois soldados tentaram arrancar a mascara do rosto de alguem, que passava acompanhado.

Além de imprudentes, esses soldados desrespeitaram o decoro publico, quando apareceu aquelle oficial, que apazigou os ânimos, mesmo porque ainda era dia e a ordem de tirar mascaras em pleno Carnaval não era aquella que esses soldados queriam que fosse.

No mais, pequenas discursões e muita bôa vontade da parte do resto do policiamento.

Na rua do Collegio, um sargento portou-se muito bem, deante das grosserias de um careta ébrio, mostrando-se um verdadeiro mantenedor da ordem publica.<sup>344</sup>

O jornal criticou a atitude dos dois soldados, que de todo modo, cumpriam a lei que proibia os mascarados após às seis horas da tarde. O conflito possivelmente se dava porque os oficiais de baixo escalão, provenientes das mesmas classes que se pretendia controlar, não seguiam a mesma lógica dos jornalistas e autoridades ao determinar o "intolerável". E isso transparece no caso, pois o jornal não marca o primeiro mascarado como um "mal espírito" ou como um "careta ébrio", como faz com o interpelado pelo sargento. Aliás, os oficiais de patentes superiores e a própria instituição policial não são os criticados da nota, esta se dirige diretamente aos praças que talvez, sob o olhar do colunista, não percebessem ou não sabiam lidar com as nuances das proibições.

<sup>&</sup>lt;sup>343</sup>FRY, Peter, Negros e brancos no Carnaval da Velha República.

<sup>&</sup>lt;sup>344</sup>Jornal de Notícias. 28 defevereiro de 1906.

Isso nos leva ao debate sobre o papel policial no período do pós-abolição, discutido por Iacy Maia Mata (2002). Segundo a autora, com o 13 de maio de 1888, as principais preocupações das autoridades policiais mudaram, deixando de ser as insurreições africanas, suas ações passaram a ser centradas na repressão às ações dos libertos. Classificados como vadios e desordeiros, as transgressões dos libertos e a recusa ao trabalho parecia ameaçar a ordem pública na Bahia. Mata ainda aponta que deixou de existir a ambiguidade na ação policial. Se no período escravista buscavam agir de maneira a intervir nos conflitos entre senhores e escravos, coibindo o excesso de violência dos primeiros e punindo quando necessário os segundos, com a abolição passou a existir uma ação unitária da polícia em sentido de reprimir as ações dos libertos. Os debates em torno da necessidade de ação policial no pós-abolição, levou legisladores e imprensa a debater a necessidade de "moralização" dessas forças. A polícia era formada principalmente por negros, pobres e analfabetos, ou seja, "partilhavam das mesmas características da população que deveriam controlar", portanto defendia-se a ideia de que "a polícia deveria ser policiada". A abolição, diz Mata, gerou uma suspeição contínua e generalizada nas relações que justificava o reaparelhamento policial. Realizada a proclamação da República, a reestruturação da polícia se deu justamente em ambiente que procurou criminalizar as práticas associadas aos libertos e que foram encaixados no discurso da vadiagem.<sup>345</sup>

Walter Fraga Filho debate a construção desses discursos sobre a vadiagem durante todo o século de XIX, quando se buscava encaixar nesse parâmetro os costumes da população negra e pobre que escapavam do domínio senhorial e da lógica paternalista. Com a abolição, isso foi intensificado, e toda forma desvio do que era classificado pelas elites como trabalho "honesto" e "útil", tornou-se objeto de repressão. Incluía-se aí as celebrações negras que para as autoridades se "revertiam em uma lógica do não-trabalho, evidenciando a sobreposição entre liberto/negro/vadio". Desta forma, durante a República a confecção do Código Penal de 1890 ratifica esses processos de repressão à população de libertos, tornando crime a ociosidade, o jogo de capoeira e outras práticas e manifestações negras.

Eric Foner argumenta que os conflitos gerados no pós-abolição, das sociedades escravistas, giravam também em torno das questões sobre propriedade e trabalho. As leis e as coerções policiais foram maneiras de redefinir as relações de classe, mantendo hierarquias e

<sup>&</sup>lt;sup>345</sup>MATA, Iacy Maia. *Os Treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação Mestrado. Salvador: PPGH, UFBa, 2002. P.43-104

<sup>&</sup>lt;sup>346</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1996

<sup>&</sup>lt;sup>347</sup>ALBUQUERQUE. *Jogo da dissimulação*, p.132.

engendrando uma nova disciplina de trabalho.<sup>348</sup> Por isso a criação de leis que classificavam as práticas e a circulação negra com baderna e vadiagem, dignas de repressão, eram articulações que procuravam manter uma ordem conquistada ainda no período escravista.

Entretanto, as legislações, mesmo quando acompanhadas por repressão policial, não conseguiram efetivamente o desaparecimento das manifestações proibidas. Contornando as ordens mantiveram-se os batuques e os "maltrapilhos". As notas dos anos finais e posteriores ao nosso recorte continuaram a indicar a presença dos mascarados "sem espírito", tanto que as posturas municipais que restringiam o uso das máscaras eram anualmente republicadas, de modo a reiterar as medidas, assim como acontecia também com a proibição do entrudo.

Um trecho das memórias, de Hildegardes Vianna, nos permite perceber a permanência das restrições nas décadas seguintes e da diferenciação no tratamento com a "gente fina". Mas também nota-se, que o controle policial não foi facilmente aceito por aqueles que eram seu alvo principal, o "sururu" armava-se durante as ações:

O uso da máscara para abusos estava sujeito a sanções. Havia sururu, quando num baile da média baixa, o subdelegado do distrito mandava retirar a máscara à uma hora da madrugada. Nos anos vintes, todos os caretas, em exceção, tinham de suspender definitivamente a máscara às dezoito horas sob pena de prisão. Nos bailes de gente fina, o mascarado era obrigado a mostrar o rosto ao porteiro ou comissões de porta para permitir uma possível futura identificação. 349

<sup>&</sup>lt;sup>348</sup>FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Brasília: Paz e Terra, 1988. p. 73-124. Ver também: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*.

<sup>&</sup>lt;sup>349</sup>VIANNA, "As fantasias dos velhos tempos", p.30.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos recentes da história social da cultura demonstram o quanto as análises sobre o carnaval e outros espaços festivos são importantes para o estudo das construções das relações e tensões sociais e raciais na sociedade. E, foi esta proposta que buscamos alcançar neste estudo, inscrito no campo da História Social. São poucos os trabalhos que se voltaram para o estudo do carnaval de Salvador, como objeto principal no período aqui estudado. Tratase de um terreno fértil, ainda há muito a ser questionado e revisitado nos estudos sobre o carnaval, nas primeiras décadas após a abolição na Bahia. Nesta pesquisa, nos esforçamos para cercar alguns pontos que pudessem enriquecer o debate e que entrassem em diálogo com essa nova produção historiográfica.

Durante o processo de construção do texto, os objetivos iniciais desta pesquisa tomaram outras formas, em parte por que as fontes nos ofereceram muito além do que era previsto, mas também em relação ao próprio olhar, que ganhava um pouco mais de experiência investigativa, antes quase inexistente. Era intenção principal, diante das limitações das nossas fontes, nos concentrarmos na imagem construída pela imprensa em relação aos grupos que participavam do carnaval, mas percebemos que o debate se ampliava, pois as páginas dos jornais nos permitiram conhecer mais do que apenas as opiniões dos jornalistas.

A partir das listas das comissões carnavalescas podemos conhecer algumas figuras que se envolviam na organização dos festejos, principalmente dos distritos centrais da cidade. Este tornou-se um dos pontos da nossa pesquisa, justamente, por esses homens serem convocados e escolhidos pelas autoridades policias. A pequena amostra dentro de uma enorme lista de nomes, essencialmente, nos permitiu acessar alguns debates que se realizavam no período, os quais envolviam esses homens, como a higiene pública e o debate sobre a educação formal. Alinhados às questões sobre os modos de festejar, pretendiam "civilizar" a cidade. Também nos permitiu perceber a heterogeneidade dos projetos políticos, que os homens relacionados naquelas listas representavam, com a presença desde médicos que ocupavam cargos públicos até trabalhadores qualificados que formavam clubes "africanizados". Esses homens eram convidados a auxiliarem na organização de um carnaval que deveria ser o contraponto às "desordens" presentes nas ruas.

Os programas dos clubes publicados nos jornais, assim como as descrições de seus desfiles, nos permitiram perceber as propostas de alguns clubes e como suas exibições nos dias de carnaval estavam imersas nas discussões cotidianos. Assim, percebemos, por exemplo,

como já nos primeiros carnavais da República, colocavam-se nos desfiles os questionamentos, esperanças e frustações em relação ao regime. Questionamentos como aqueles realizados em relação ao comportamento da polícia, vista com uma das mais importantes instituições para o novo regime e o controle dos comportamentos e das figuras "indesejadas".

Desde os programas mais detalhados até as pequenas notas com apenas os nomes dos clubes, percebemos a diversidade de grupos, temas e formas de manifestações carnavalescas. Enquanto as grandes sociedades, formadas principalmente por reconhecidos comerciantes, exibiam o carnaval desejado pela elite da cidade, com estilo europeizado e branco, outros levavam os "não bem quistos" batuques. Ao mesmo tempo, os grandes clubes "africanizados" negociavam representações da África que pudessem compartilhar no ambiente momesco. Nas ruas, em dias de momo, os sujeitos reafirmavam as redes construídas no cotidiano, assim trabalhadores saíam às ruas com temas próprios ao mundo do trabalho e suas tensões. Alguns integrantes foram identificados, graças algumas listas de diretorias publicadas, que cruzadas com fontes como os almanaques, conhecemos, mesmo que de modo breve, um pouco dos perfis dos grupos que ocupavam esses espaços.

Infelizmente o mesmo não foi possível fazer com os clubes classificados como "africanizados". Porém, conseguimos perceber como para os homens negros de Salvador, o carnaval foi espaço para também reivindicar sua cidadania. Os dias de Momo foi local utilizado para rebater as imagens difundidas no período sobre a África, ao invés das leituras das elites que a caracterizavam como "bárbara" e "incivilizada", os clubes exibiam as suas leituras de reinos gloriosos, guerreiros e luxuosos. Percebemos então, que estes desfiles refletiam um diálogo transatlântico, que a população negra estabelecia com o continente africano. Os clubes negros também exibiam aquilo que era parte do vivenciado e construído nos espaços de convívio cotidiano, como terreiro e o candomblé. De modo que, quanto mais próximo das manifestações negras perseguidas diariamente, mais esses clubes eram taxados como "inadequados". As proibições, então, foram estabelecidas. Proibições que não foram limitadas aos clubes, e sim a qualquer manifestação que desagradasse aqueles que defendiam o carnaval "civilizado, branco e familiar". Deste modo, as posturas municipais tentavam inibir a presença desses grupos e de mascarados avulsos, considerados "sem espíritos", "maltrapilhos". Medidas que eram parte das práticas e relações racializadas, estabelecidas nos pós-abolição.

Todos esses grupos debatidos, que nesse trabalho foram exibidos em capítulos ou tópicos de maneira separada, compartilhavam as ruas naquele momento festivo. Mas de modo a não cair na ideia de homogeneidade, ressaltamos que era, apesar das alegrias e brincadeiras,

um espaço hierarquizado e repleto das tensões próprias daquela sociedade. Portanto, o presente estudo, sobre a história do carnaval de Salvador, reafirma que o campo da cultura é também um campo do conflito.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Martha. *O Império do Divino – festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830 - 1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Martha. PEREIRA, Matheus Serva.(orgs.) Caminhos da liberdade : histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói : PPGHistória- UFF, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas Ruas: comemorações da Independência da Bahia (1889 -1923)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 2009.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. Dissertação (Mestrado em Letras) Departamento de Letras clássicas e vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. In: Estudos Avançados, vol.11, n.29, 1997, p.203-216.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. CANO, Jefferson. CUNHA, Maria Clementina P. CHALHOUB, Sidney. (orgs). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.

BRASIL, Eric. A corte em festa: as experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BRASIL, Eric. Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016. P

BRASIL, Eric. Cidadania "na ponta": participação negra nos carnavais carioca da Primeira República.(1889-1917). In: Anpuh. Natal, 2013.

BRASIL, Eric. Paradoxos carnavalescos: a presença feminina em carnavais da Primeira República (1889-1910). In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, n.31.1, 2013.

BRASIL, Eric. Prisões nos dias de Momo: Repressão e racialização através da Casa de Detenção da Corte (1879-1888). In: *Revista OQ - Dossiê Abolição e Pós Abolição*. Ano 1 - Número 1 Novembro de 2012.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BUTLER, Kim D. Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition, Sao Paulo and Salvador. New Brunwick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998. p.184-185.

CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, n.82, p.17-27, 1958-1960.

CARVALHO, Daniel Rebouças. As crônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (c.1891-1916). Dissertação (mestrado), Ufba, Salvador, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira república*. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2008. P. 40

CASTILLO, Lisa L. E. Em busca dos Agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX. In: *Afro-ásia*, nº 55, 2016, p.111-147.

CAVALCANTE, Ian Andrade. "A Athenas Brasileira no pós-abolição: experiências na escolarização pública primária." In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 67, jun2016, p.32-56.

CAVALCANTE, Ian Andrade. "Cultura escolar e cultura urbana na Salvador do pósabolição, 1888-1906." In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 67, mar2016, p.68-92.

CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. Revista Trabalhadores, n. 6, p. 2-22, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001,

COUTO, Edilece Souza. Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860 – 1940). Tese (Doutorado em História). Assis, SP: UNESP, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha. (org) Carnavais e outras frestas – ensaios de história social e cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha. Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. "'A redempção de nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil." In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. In: *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998-1999.

FERREIRA, Luiz Felipe. O lugar festivo—a festa como essência espaço-temporal do lugar. In: *Espaço e cultura*, n. 15, 2003.

FONER, Eric. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado. Brasília: Paz e Terra, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade. *História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRY, Peter; CARRARA, Sérgio & MARTINS-COSTA, Ana Luiza. Negros e brancos no Carnaval na Velha República. In: REIS, J. J.(org.). *Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 222 -263.

GEERTZ, Clifford: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989

GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: BACELAR, Jeferson. PEREIRA, Cláudio. *Política, instituições e personagens da Bahia* (1850 - 1930). Salvador: EDUFBA;CEAO, 2013.p125-143.

GOMES, Flávio. Domingues, Petrônio (org). Experiências da emancipação – biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição. São Paulo: Selo Negro, 2011

GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. Da nitidez a invisibilidade: legados do pósemancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.p.18-19.

ISAACMAN, Allen F. "Os países da bacia do Zambeze". In: AJAYI, Ade J. F. (org.) *História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010,ps. 215-217

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

Martins, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas Primeiras décadas da República*. Tese de Doutorado – FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

MATA, Iacy Maia. "Libertos de treze de maio" e ex-senhores na Bahia: conflitos no pósabolição. In: *Afro-ásia*, vol.35, 2007, pp. 163-198.

MATA, Iacy Maia. Os Treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Dissertação Mestrado. Salvador: PPGH, UFBa, 2002.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1992.

MOURA, Milton. (org.) *A larga barra da baía : essa provincia no contexto do mundo*. Salvador: EDUFBA, 2011.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e História Social. In: *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004. p.29-30.

NGCONGCO, Leonard D. "O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos". In: AJAYI, Ade J. F. (org.) *História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

NUNES, Antonietta de Aguiar. "A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias." In: *Gestão em Ação*, Salvador, v.4, n.2, p.33-47, jul./dez. 2001, p.33-47.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Carnaval da Letras: Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX.* 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Tempo*, v.19, n.35, 2013, p.102.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Intervenções na Freguesia da Sé (1850-1920). In: NASCIMENTO, Jaime. GAMA, Hugo (orgs.). A urbanização de Salvador em três tempos — Colônia, Império e República. Textos críticos de História Urbana. V.1, Salvador: IGHB, 2011.

REIS, Carlos Antonio dos. A reabilitação do negro e do mestiço na história do Brasil: Manuel Querino seu projeto de identidade nacional. In: NASCIMENTO, Jaime. HUGO, Gama. (orgs.) *Personalidades Negras: Trajetórias e Estratégias Políticas*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Quarteto, 2012. p.55-103.

REIS, Meire Lucia Alves dos. *A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.p.18-28

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p.113. Disponível em: <a href="http://books.scielo.org">http://books.scielo.org</a>

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. p.22.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Conexão Rio-Bahia - Identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 67-84, jan/jun 2009.

SANTIAGO, Igor. "A loteria é um jogo": considerações sobre concessões lotéricas nos Anais da Câmara dos Deputados Federais da Bahia (1894-1896). In: V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 2016, Aracaju. *Anais eletrônicos*. Disponível em: < http://www.encontro2016.se.anpuh.org/site/anaiscomplementares>.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

SANTOS, Isis Freitas dos. "Gosta dessa baiana?" Crioulas e outras baianas nos cartões postais de Lindemann (1880-1920). Dissertação (mestrado) — Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.p50

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Poder, ideologia e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (orgs.) *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.p.267

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Poder, ideologia e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (orgs.) *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.p.267

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão-Salvador* (1890-1930). Salvador: Edufba, 2001.

SANTOS, Thiago Alberto Alves dos Santos. *A liberdade e outras ilusões: a militância de Ismael Ribeiro dos Santos (1880-1912)*. Dissertação de Mestrado, PPGH, UFBa, 2015. p.52.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ªed, São Paulo: Brasiliense, 1983, .p.25-40.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.

SOIHET, Rachel. A subversão pelo Riso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografía — Algumas abordagens. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Jacó dos Santos. Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889). UNEB. Dissertação de mestrado. 2010, p50-51.

SOUZA, Robério Santos. "Tudo pelo trabalho livre!": Trabalhadores e conflitos no pósabolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia; Secretária de Educação e Saúde. p.56

VIANNA, Antônio. Quintal de Nagô e outras Crônicas. Centro de Estudos Baianos, 1979.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi Assim*. 4ªed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2012.

VIANNA, Hildegardes. As fantasias dos velhos tempos. In: CERQUEIRA, Nelson (org.). *Carnaval da Bahia: Um registro estético*. Salvador: Omar G., 2002.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *A africanização do carnaval de Salvador, BA*: a recriação do espaço Carnavalesco (1876-1930). 1995. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ZAMPARONI, Valdemir. De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique. Edufba: Salvador, 2012.

#### **FONTES**

## Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

• Fundo: Tribunal Superior de Justiça

Série: Inventário Seção: Judiciária

Interessado: Joaquim Leonardo Raeder

06/2753/11

• Fundo: Tribunal de Apelação

Série: Inventário

Interessado: Antonio Brandão de Araujo

05/2070/2541/27

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: responsabilidade funcional

Seção: Judiciária

Interessado: Acylino de Abreu Farias

Seção: Arquivo colonial e provincial

Clubes

Anos: 1875-1889 Maço: 1571

#### Arquivo Histórico Municipal de Salvador

• Clube Carnavalesco Cruz Vermelha

Fundo: Intendência

Maço: Clubes Carnavalescos Anos: 1890, 1904, 1905.

• Clube Carnavalesco Embaixada Africana

Fundo: Intendência

Maço: Clubes Carnavalescos

Anos: 1896.

• Livro de Posturas Municipais (1893-1921)

• Livro de Posturas Municipais (1897-1929)

# Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional

• Almanak do Estado da Bahia: Administrativo, Indicador e Noticioso. Anos: 1898, 1899, 1903.

Relatório dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia.
 Anos: 1857, 1866.

#### • Jornais:

A Notícia. 01 de fevereiro de 1915. Cidade do Salvador. 07 de agosto de 1897 Correio do Brasil. 21 de novembro de 1903 Correio do Brasil. 22 de agosto de 1903 Corsário. 04 de outubro de 1888. Diário da Bahia. 09 de julho de 1889. Diário de Notícias. 05 de novembro de 1888. Jornal de Notícias. 09 de fevereiro de 1891 Jornal de Notícias. 11 de fevereiro de 1891 Jornal de Notícias. 13 de fevereiro de 1892. Jornal de Notícias. 25 de maio de 1891. O Monitor. 08 de julho de 1878. Pequeno Jornal. 11 de maio de 1892. Pequeno Jornal. 12 de Abril de 1892.

### Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BEPB

#### • Jornais raros:

A Malagueta – 1897-1898. Diário da Bahia – 1890-1891; 1903-1907; 1909; 1911. Jornal de Notícias – 1890 -1911.